

Ivone Maria Serpa

**Da produção colonial ao sistema agroindustrial: a
modificação do perfil produtivo da região de
Chapecó (1920-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Rosane Marcia Neumann

Passo Fundo

2014

AGRADECIMENTOS

À Deus por sempre me conceder sabedoria nas escolhas dos melhores caminhos, coragem para acreditar, força para não desistir e proteção para me amparar.

À meus pais Argeu Francisco Serpa, Carmem Rosa Serpa, minha nona Luiza (*in memorian*), irmãos, sobrinhos e demais familiares. Que sempre me impulsionam em direção às vitórias dos meus desafios.

Ao Oldair, indispensável nesta caminhada. Obrigado por me entender, auxiliar e estar sempre ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

À minha orientadora Rosane Marcia Neumann pela paciência, ensinamentos e sugestões neste trabalho. Aos demais professores do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

Aos agricultores integrados entrevistados, ao Centro de Memória do Oeste, Fundação Aury Bodanese, Cooperativa Alfa, e a todos que contribuíram para este trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo o estudo da passagem da produção da pequena propriedade colonial para a produção agroindustrial, com a formação das agroindústrias na região da grande Chapecó, no oeste catarinense, entre 1920 e 1980. Esse recorte temporal justifica-se pelo fato de a década de 1920 ser o início do processo de atuação das empresas colonizadoras e a estruturação de um modelo de produção colonial, e a década de 1980 marca o processo de solidificação do complexo agroindustrial da região. Em termos metodológicos, optou-se pela coleta e análise de um conjunto de dados quantitativos e revisões bibliográficas, que possibilitaram acompanhar a formação e desenvolvimento da produção agroindustrial. A região Oeste foi alvo de disputas pela posse do território, dada à diversidade de atividades possíveis de serem praticadas na região. As colonizadoras foram as responsáveis pelo processo de atração de novos moradores, principalmente colonos rio-grandenses. Entre as décadas de 1920 e 1940, além de ser a fase de colonização, tem-se o ciclo econômico da erva-mate, que depois de esgotado passa à atividade da madeira, que vem ao encontro do necessário desmatamento para a formação dos povoados e o consequente lucro advindo com o seu comércio, esse ciclo finda com a exaustão das matas, dando lugar ao ciclo agroindustrial. O processo de mudança do perfil econômico e produtivo iniciou com a modernização agrícola e derivou na constituição e expansão agroindustrial, entre as décadas de 1970 e 1980, a partir dos sistemas de produção integrada avícola e suinícola, que tornou a pequena unidade familiar dependente e subordinada ao sistema de produção capitalista. Esse processo garantiu e auxiliou o desenvolvimento da região Oeste, tornando-a um referencial nacional no que tange ao setor agroindustrial. A região passou de uma economia colonial, entre as décadas de 1920 e 1940, para uma economia agroindustrial baseada no sistema de integração inicialmente de suínos e, posteriormente, de aves, entre 1970 e 1980. Voltada dessa forma para o grande mercado nacional e internacional, passando a ser um dos maiores centros agroindustriais do país.

Palavras-chave: Oeste catarinense. Agroindústria. Produção colonial.

ABSTRACT

This thesis aims to study the shift from production of small colonial property for agro-industrial production, with the formation of agricultural industries in the greater Chapecó in western Santa Catarina, between the years 1920-1980. This time frame is justified by the fact that 1920 is the beginning of the process of colonizing the companies operate, and 1980 marks the solidification process of the agroindustrial complex of the region. In methodological terms, we opted for the collection and analysis of a set of quantitative data, and literature review, which allowed monitoring the formation and development of agroindustrial production. The western region has been the subject of disputes over territory, given the diversity of possible activities to be practiced in the region. The colonizers were responsible for the process of attracting new residents, mostly settlers Grande River. Between 1920 and 1940 as well as being phase of colonization, has been the cycle of yerba mate, which then passes out of the activity of the wood, which meets the necessary clearance for the formation of villages, and the resulting profit arising from trade in the same, this cycle ends with the depletion of forests, giving way to agro cycle. The process of changing economic profile and production began with agricultural modernization, and drifted in the creation and expansion of agribusiness, between the 1970s and 1980s, from production systems integrated poultry and swine, which made the small family unit dependent and subordinated to the capitalist system of production. This process ensured, and assisted the development of the western region, making it a national benchmark regarding the agribusiness sector. The region has a colonial economy, between 1920 and 1940 to an economy based on agribusiness integration system initially pig, and later, of birds, between the years 1970 and 1980. Geared that way for large national and international market, becoming one of the largest agribusiness in the country.

Keywords: West of Santa Catarina. Agribusiness. Colonial Production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Balsas de transportes de madeira no rio Uruguai – SC.....	53
Figura 2: Suíno pesando mais de 450 kg, na cidade de Chapecó.....	60
Figura 3: Abate de suínos da Sadia Concórdia.....	66
Figura 4: Prédio que sediou o primeiro escritório da Coopercentral em 1969.....	86
Figura 5: Primeiro abate de suínos da Coopercentral em 1973.....	88
Figura 6: Construção das instalações da S.A. Indústria e Comércio Chapecó, em 1952.....	90
Figura 7: Instalações prontas da S.A. Indústria e Comércio Chapecó em 1954.....	91
Figura 8: Evolução dos preços do quilo suíno pago ao produtor em Santa Catarina – 1970 a 1985.....	97
Figura 9: Oscilação do preço do quilo do frango para Santa Catarina entre 1970 e 1985.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População em Chapecó de 1910 a 1950	31
Tabela 2: Número de habitantes em Chapecó no ano de 1940.....	38
Tabela 3: Emancipação dos municípios da região de Chapecó.....	41
Tabela 4: Percentual de participação nas exportações dos produtos em Santa Catarina de 1892 a 1906.....	47
Tabela 5: Registro de firmas no município de Chapecó de 1936 a 1945	51
Tabela 6: Principais produtos de exportação de Santa Catarina em percentagens de 1914 a 1945	54
Tabela 7: Produção de suínos (cabeças)	57
Tabela 8: Produção de milho (toneladas)	57
Tabela 9: Saldo migratório populacional do Rio Grande do Sul para oeste catarinense.....	59
Tabela 10: Crédito agrícola de Santa Catarina	79
Tabela 11: Anos de fundação dos frigoríficos voltados para comercialização e o processamento de suínos no estado de Santa Catarina	81
Tabela 12: Evolução dos preços do quilo do suíno pago ao produtor em Santa Catarina – 1970 a 1985	96
Tabela 13: Evolução dos preços do milho pagos ao produtor por saca em Santa Catarina (1971-1981).....	98
Tabela 14: Abate de suínos (em número de cabeças) para Santa Catarina – 1970 a 1984	99
Tabela 15: Abate de suínos (em número de cabeças) em Santa Catarina oeste catarinense e microrregião Oeste	100
Tabela 16: Evolução do preço da terra na microrregião Oeste catarinense.....	101
Tabela 17: População urbana e rural de Chapecó para os censos de 1970, 1980 e 1991	104
Tabela 18: Distribuição de produtores integrados por frigoríficos em 1978 na mesorregião Oeste catarinense	107
Tabela 19: Índices de produção e produtividade entre os países.....	109
Tabela 20: Evolução da suinocultura no Brasil e em Santa Catarina (1980-1985).....	111
Tabela 21: Evolução da produção de suínos em Santa Catarina (1970-1985)	112
Tabela 22: Número de integrados na produção de suínos em Santa Catarina.....	113
Tabela 23: Evolução do abate de aves em Santa Catarina (1970-1985)	114

Tabela 24: Número de avicultores integrados (1970-1976)	116
Tabela 25: Unidades integradas por frigoríficos em Santa Catarina (1977)	117
Tabela 26: Características dos produtores de aves em Santa Catarina para 1980.....	118
Tabela 27: Número de aviários por integrado Sadia Avícola no oeste catarinense (1971-1984)	119
Tabela 28: Abates de aves pelos frigoríficos da região Oeste catarinense (1982-1984) (em mil cabeças)	120
Tabela 29: Integrados por frigoríficos e aviários para 1985, para região Oeste.....	120
Tabela 30: Preços pagos do frango ao produto em Santa Catarina (1970 a 1985) (Cz\$).....	122
Tabela 31: Evolução da população urbana para Chapecó e outras cidades polos de Santa Catarina – 1960 a 2010	134
Tabela 32: População economicamente ativa – 1991 e 2000.....	134
Tabela 33: Produto interno bruto em nível de Brasil, Santa Catarina, oeste.....	135
Tabela 34: Índice de desenvolvimento humano (IDH) para Brasil, Santa Catarina e Chapecó – 1970 a 2000.....	136

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região Oeste catarinense.....	20
Mapa 2: Caminho das tropas	21
Mapa 3: Colônias militares no território do Contestado	22
Mapa 4: Localização das principais ocupações brasileiras e caingangue no final do século XIX.....	23
Mapa 5: Território de disputa entre Brasil e Argentina.....	24
Mapa 6: Território da Guerra do Contestado.....	26
Mapa 7: Atuação das empresas colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina	30
Mapa 8: Planta das terras da Colonizadora Bertaso	32
Mapa 9: Mapa da área total pertencente à Colonizadora Oeste Ltda.	34
Mapa 10: Frigoríficos instalados no Brasil até 1940.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSD – Partido Social Democrático

AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

UDN – União Democrática Nacional

PTB – Partido dos Trabalhadores do Brasil

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

FUNAGRI – Fundo Geral para a Indústria e Agricultura

FIPEME – Financiamento a Pequenas e Médias Empresas

PAGRI – Programa Agroindústria

FUNDECE – Fundo de Democratização do Capital das Empresas

BEFIEEX – Benefícios Fiscais às Exportações

PROCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresa

FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

PIS – Programa de Substituição as Importações

CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

POE – Plano de Obras e Equipamentos

PLAMEG – Plano de Metas do Governo

BESC – Banco do Estado de Santa Catarina

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool

FUNDEPE – Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária

PRONAZEM – Programa Nacional de Armazenagem

FUNDAG – Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola

FINEX – Fundo Nacional para Exportação

ACARESC – Associação ao Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

ICM – Circulação de Mercadorias

BADESC – Banco do Estado de Santa Catarina

EMA – Empreendimentos Agrícolas

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

AID – Agência Internacional para o Desenvolvimento

ADC – Conselho de Desenvolvimento Agrícola

CIMMYT – Centro Internacional de Melhoramentos do Milho e Trigo

IRRI – Instituto Internacional de Pesquisas do Arroz

CIAT – Centro Internacional de Agricultura Tropical

CIP – Centro Internacional da Batatinha

ICRISAT – Instituto Internacional de Cultivos para as Zonas Tropicais Semi-Áridas

IITA – Instituto Internacional de Agricultura Tropical

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

PSI – Programa de Substituição as Importações

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento Econômico

ACRAVE – Associação Catarinense de Criadores de Aves

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	19
1.1 A região Oeste em litígio	19
1.2 Atuação das colonizadoras.....	27
1.3 A migração e as primeiras colônias oestinas	35
1.4 Formação política administrativa de Chapecó e região	39
CAPÍTULO II A ECONOMIA COLONIAL DA GRANDE CHAPECÓ ATÉ 1970....	42
2.1 A formação econômica do oeste catarinense até a década de 1960.....	42
2.1.1 <i>Primeira fase: Produção extrativista e de subsistência e formação do capital comercial (1916-1945)</i>	43
2.1.2 <i>Segunda fase: Formação do capital agroindustrial e a policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura (1945-1965)</i>	58
2.1.3 <i>Terceira fase: Monopolização do capital agroindustrial e a modernização da produção agrícola (1965-1983)</i>	61
2.2 Evolução do capital agroindustrial para a região Oeste e os fatores econômicos de ordem nacional até a década de 1970	62
2.3 O papel do estado e os incentivos fiscais no desenvolvimento das agroindústrias	69
2.4 A modernização agrícola no início do século XX no Brasil.....	73
CAPÍTULO III A CONSOLIDAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA ATÉ A DÉCADA DE 1980	77
3.5 A modernização agrícola no oeste catarinense	77
3.6 O nascimento e crescimento das agroindústrias oestinas	80
3.6.1 <i>Grupo Sadia</i>	82

3.6.2 <i>Cooperativa Central Oeste Catarinense – Coopercentral Aurora</i>	85
3.6.3 <i>Grupo Chapecó</i>	89
3.7 A evolução do mercado de suínos	94
3.8 Sistemas de integração na produção de suínos	105
3.9 A integração dos avicultores	113
4.0 Impactos no perfil social a partir da análise de Chapecó.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
OBRAS CONSULTADAS	143

INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa a formação histórica e econômica da região de Chapecó, situada no oeste de Santa Catarina, a partir das mudanças produtivas agrícolas, baseadas na modernização agrícola, e do surgimento do complexo agroindustrial, tendo como recorte temporal as décadas de 1920 a 1980. Justifica-se esse recorte tendo em vista a década de 1920 se constituir o início da atuação das empresas colonizadoras na região – até então pouco desbravada – e, dessa maneira, o crescente afluxo de migrantes, ampliando, conseqüentemente, o povoamento da região Oeste. A pesquisa encerra-se na década de 1980, pois é esse o período de consolidação e solidificação do complexo agroindustrial, bem como das mudanças no padrão produtivo agrícola.

O modelo de produção adotado pelos colonos era o colonial¹, em que a produção é familiar, na pequena propriedade, delimitada a um lote colonial, e o excedente era comercializado no mercado local e regional, principalmente como mercadoria de troca por aquelas não produzidas pela família. Este sistema de produção herdado dos migrantes rio-grandenses serviu de base histórica para o desenvolvimento econômico da região. Dessa forma o colono mantinha na sua propriedade uma produção diversificada e de subsistência.

O sistema praticado no período demonstra a tendência do migrante em comercializar o excedente para o mercado demandante, garantindo o fornecimento de alimentos, e insumos, fortalecendo o setor comercial que se constitui na região de Chapecó. Embora tivesse por objetivo a comercialização do excedente, como uma forma de obter recursos financeiros, esse não era o objetivo central. Com a entrada da agroindústria, o sistema de produção foi modificado, ou seja, o colono passou a produzir um único produto, voltado para um mercado específico, cujas regras de oferta e procura passaram a ser ditadas pelas agroindústrias. Dessa forma, a problemática da presente pesquisa é investigar: quais os impactos provocados na produção local? Como os colonos se ajustaram a esse novo modelo produtivo? Que mudanças isso trouxe para a região?

No que se refere aos ciclos econômicos, estes representam a base principal da economia para um determinado período, mas isso não significa dizer que outras atividades

¹ Atualmente o sistema adotado de produção familiar, é chamado de agricultura familiar diversificada voltada para o mercado. Neste caso, segundo Bittencourt e Bianchini (1996), agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda, e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. E para Buainaim e Romeiro (2000), a agricultura familiar possui sistemas complexos de produção, combinando diversas culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família, quando para o mercado.

não eram realizadas, nem tão pouco que ao findar um ciclo, a atividade principal deixe de ser exercida, mas sim, ela apenas perde seu espaço de destaque na economia da região de Chapecó, ou seja, as atividades naturalmente, pela extração predatória, por questões de estímulo ou não de preços, ou por outras razões deixaram de ser praticadas com intensidade, mas nem por isso foram extintas, já que a região não é totalmente homogênea, habitada principalmente por caboclos, migrantes gaúchos, e índios. Desta forma, o estudo trata das fases econômicas, com o objetivo de historiar as atividades econômicas praticadas em Chapecó e região, até o surgimento das agroindústrias. Embora, estas fases anteriores (ciclo da erva-mate e madeira) pouco representaram economicamente para a região, elas serviram como base de crescimento populacional, para que posteriormente, à fase das agroindústrias tivessem suporte demográfico para suprir as demandas exigidas.

Como locus de análise, tem-se a grande região de Chapecó, que se caracteriza pela passagem de uma pequena propriedade agrícola de economia diversificada colonial para uma região de agroindústrias. Logo, a região de estudo será delimitada pelos municípios de compõe a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC², sendo eles: Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste. Esta região foi composta a partir da localização próxima entre os municípios, e também, pelas relações econômicas interdependentes, sendo uma área de abrangência direta das agroindústrias, tanto comercialmente, com a venda de produtos finais, e assim mercado consumidor direto, como também no fornecimento de matérias primas, e de relações de trabalho. Assim, pode-se dizer que não é somente o espaço geográfico que constitui fator de região, mas também as relações sociais e econômicas que são estabelecidas em torno da cidade de Chapecó. A região da AMOSC está inserida na mesorregião Oeste, que abrange as microrregiões de Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Chapecó, esta última configura a região de estudo.

A concepção de região perpassa por diversos conceitos de geógrafos, economistas, sociólogos e historiadores que divergem e convergem nas definições. A noção de região remonta ao período do Império Romano e ao conceito de demarcação ou divisão política e de território. Para Hartshorne (1978), o conceito de região é consequência do entrecruzamento de

² A AMOSC é uma associação que surgiu em 11 de fevereiro de 1968. Sendo um órgão prestador de serviços em projetos, consultoria e assessoramento técnico municipal. Disponível em: <http://www.amosc.org.br/home/>?. Acessado em 13 mai. 2014.

elementos naturais, econômicos e sociais. A questão da região pode ser abordada a partir de duas vertentes: a primeira como espaço vivido; a segunda como resultado de desenvolvimento do capitalismo. Referindo-se à primeira, segundo Gomes (1995), a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial, e para compreender a região é preciso vivê-la. De acordo com a segunda vertente, a concepção de região tem a ver com a divisão territorial do trabalho. Para Oliveira (1981), a região é o espaço onde se imbrica a reprodução do capital e por consequência uma forma especial de lutas de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social.

No que tange à divisão regional, para Bourdieu (1989), essa não existe na realidade, pois é a representação que dela fazemos. A identidade regional é produto da construção humana. Assim, entende-se que Chapecó não é somente uma região espacial, mas, sim, uma construção de seus agentes.

Para tanto, em termos teóricos, trabalha-se na perspectiva da história regional, quando esta não deve ser conceituada apenas como uma limitação de espaço, mas, sim, como um espaço oriundo da construção de seus agentes. Segundo Carbonari (1999), o espaço em questão não é fixo, mas um espaço social, de conjuntos heterogêneos, que interagem em que a formação passada atua sobre o presente e condiciona o futuro. Para tanto, o recorte de espaço perpassa a construção e interação econômica e geográfica.

O estudo compreende também a história econômica de formação da região Oeste. Neste caso, a história econômica, segundo Arruda (2008, p.15) “se realiza no espaço ampliado da dimensão histórica, e recupera a um só tempo a história das relações sociais de produção, da circulação e consumo de mercadorias, do universo mental e simbólico de produtores e consumidores”. Esta caracterização está em consonância com o que se problematiza neste estudo, que é investigar as mudanças que ocorreram nas relações de produção, entre agroindústrias e agricultores.

Há alguns trabalhos sobre a formação do complexo agroindustrial catarinense. Goularti (2007) estuda a formação de Santa Catarina, a partir de uma visão macro, logo, sob o enfoque estadual, onde a economia de subsistência se insere no capitalismo brasileiro, bem como, analisa a integração do estado catarinense no sistema nacional de economia, e descreve o incentivo das políticas econômicas governamentais que impulsionaram o empresariado catarinense, incluindo as agroindústrias. Campos (1987), por sua vez, estuda as relações sociais e de trabalho, entre a pequena produção camponesa e as agroindústrias.

Já Espindola (1999) analisa a formação agroindustrial, o sistema de produção, bem como a evolução produtiva para o caso específico da Agroindústria Sadia, através de uma abordagem das estratégias de expansão da empresa, e a conquista do mercado internacional com a venda de suínos e aves.

A presente dissertação trata da região de Chapecó a partir dos municípios da AMOSC, e justifica-se assim, pela especificação na linha de abrangência regional, analisando a evolução da produção, e do mercado de suínos e aves, tratando desta forma, de um estudo específico sobre o tema. A região da AMOSC tem como sede o município de Chapecó, que compreende uma das principais regiões produtoras de alimentos industrializados do Brasil.

A agroindústria é o setor que transforma ou processa matérias-primas agropecuárias em produtos elaborados, adicionando valor a este. Segundo Lauschner (1995), a agroindústria pode ser definida em sentido amplo e restrito. Quanto ao primeiro, é considerada unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para a sua utilização intermediária ou final; no sentido restrito, como unidade produtiva que transforma para a utilização intermediária ou final o produto agropecuário e seus subprodutos não manufaturados, com aquisição direta do produtor rural de, no mínimo, 25% do valor total dos insumos utilizados.

O complexo agroindustrial constitui importante fonte de renda, mercado de trabalho e como produção integrada fomenta o setor agrícola. Dessa forma, é mister entender esse processo de formação histórica agroindustrial, bem como as mudanças ocorridas no setor agrícola a partir da modernização da agricultura, que, interligados, permitiram que esse cenário atual acontecesse.

Podem destacar-se dois fatores determinantes no que tange ao desenvolvimento econômico da região Oeste: primeiramente, a partir de 1917, com a criação da unidade administrativa em Chapecó; depois, a atuação das empresas colonizadoras. Estas últimas obtiveram a concessão de terras do Estado de Santa Catarina e incitaram a migração de colonos rio-grandenses para a região e estabeleceram um modelo de produção colonial.

Diante da crescente produção de milho e da vantagem de produzir suínos, a região de Chapecó passou a estruturar um complexo agroindustrial de referência nacional. A agricultura familiar teve um papel indispensável para esse processo. Então, pode-se considerar que a indústria alimentícia fortalecida no oeste esteve alicerçada historicamente na agricultura familiar.

O estudo busca tratar da colonização e desenvolvimento inicial da região na década de 1920, fase de constituição das agroindústrias e seu desenvolvimento, e, a solidificação da região como fornecedora nacional e internacional de alimentos agroindustrializados, nas décadas de 1970 e 1980.

Dessa maneira, o capítulo primeiro trata da fase de ocupação do oeste entre as décadas de 1920 e de ao final da de 1940. Os conflitos de fronteira, que muito embora já tenham sido plenamente tratados pela historiografia, tem o objetivo aqui, de situar o leitor da trajetória da região de Chapecó que, de certa forma, influenciou nas características políticas que se configuraram localmente nas décadas posteriores a resolução da questão das fronteiras, marcada pelo coronelismo e pela centralização política administrativa. Isso tem relação com as elites administrativas que se formaram logo após a emancipação administrativa, e que foram marcantes até a década de 1950. O primeiro capítulo também trata da atuação das empresas colonizadoras e a formação das primeiras colônias na região. Esse período contempla a formação de lideranças políticas, a partir do poder dos coronéis que se estabeleceram junto com as colonizadoras.

O segundo capítulo contempla as décadas de 1950 e 1960, detalhando as três fases econômicas que desencadearam a constituição das agroindústrias. Dessa maneira, perpassa pelo processo de diversificação da produção, da ênfase na produção de suínos e no melhoramento de raças, que garantiram uma maior oferta de carne em detrimento da banha. O cenário econômico no Brasil e os planos econômicos – e seus programas de crédito, financiamentos, subsídios – foram estabelecidos no período, bem como o desenrolar desses para o Estado e a região Oeste. Por fim, a formação das principais agroindústrias da região Oeste.

O terceiro capítulo estuda a modernização, ou seja, a solidificação das agroindústrias Aurora, Sadia, e Chapecó na região oestina. A importância socioeconômica, que representa o setor e as mudanças ocorridas na produção que se sucederam, baseadas num cenário nacional de transformação da agricultura, desde mudanças na operacionalização da produção ao uso intensivo de implementos agrícolas, que permitiram a ampliação da produção, inclusive do milho, matéria-prima indispensável para a produção de suínos e aves – base da produção das agroindústrias –, tratando também especificamente da modernização agrícola em Santa Catarina e no oeste. Para tanto, serão analisados alguns fatores decorrentes da agroindustrialização, como o êxodo rural, o processo de urbanização e crescimento populacional e ampliação da produção.

Para a revisão bibliográfica, o estudo é baseado em teóricos que tratam do tema, artigos e trabalhos de conclusão de cursos de graduação, mestrado, doutorado, dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, relatórios do Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (Ceag/SC), do Instituto Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa/SC). A pesquisa documental está pautada em documentos fornecidos pelas agroindústrias e disponibilizados pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, como jornais de circulação na região para o período.

Além disso, foram usadas fontes orais, reunindo oito entrevistas realizadas com colonos que vivenciaram esse processo. Destes, dois estão atualmente fora da atividade e residem na zona urbana de Chapecó, e os demais, são do município de União do Oeste e atuam na agricultura, praticando a atividade suinícola, avícola e produção de grãos. A origem dos entrevistados é de migrantes riograndenses, em sua maioria, descendentes de imigrantes alemães e italianos, embora não tenha sido apenas estes os migrantes que povoaram³ a região de Chapecó, outras regiões, ou etnias também contribuíram para isto, mas de forma menos expressiva. O caboclo também teve participação no desenvolvimento agroindustrial, ou seja, o trabalho não possui um sujeito central, de modo que caboclos e migrantes rio grandenses e de outras regiões do país - estes dois últimos de forma mais intensa - se viram inseridos no processo de agroindustrialização pela qual a região de Chapecó passou. Por assim dizer, quando se trata do termo colono ao longo deste trabalho, não se está fazendo alusão apenas a um sujeito, mas sim, ao agricultor.

Todos os entrevistados possuem escolaridade até o ensino médio, fazendo com que estes agricultores tenham poucas opções de escolha ocupacional, já que o grau de empregabilidade e remuneração na zona urbana são baixos em razão da escolaridade, isso se for avaliado os padrões atuais de exigibilidade empregatícia. As entrevistas foram realizadas entre os dias 03 e 15 de janeiro de 2014. Alguns dos entrevistados não autorizaram o uso do nome neste trabalho, segundo eles por precaução, pois ainda possuem ligações com as agroindústrias, nestes casos, serão usadas abreviaturas com as iniciais dos nomes.

³ O termo “povoamento” refere-se apenas a expansão demográfica que a Região de Chapecó teve a partir das empresas colonizadoras, pois salienta-se que a região já era habitada por caboclos e indígenas.

CAPÍTULO I

A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Este capítulo trata da formação histórica da região Oeste do estado catarinense, com enfoque no processo de colonização realizada por empresas particulares e seus desdobramentos das décadas de 1920 a 1950, tendo como recorte espacial Chapecó e região.

Para tanto, parte-se da disputa em torno do atual território do oeste de Santa Catarina entre o Brasil e a Argentina, e posteriormente serão tratadas as querelas entre os estados do Paraná e Santa Catarina pelo pleito do território oestino. Solucionadas essas disputas, iniciou o processo de ocupação territorial via atuação de empresas colonizadoras, a partir das concessões de terras feitas pelo estado de Santa Catarina, visando aumentar o contingente demográfico e impulsionar a economia da região, baseada na pecuária, erva-mate e madeira.

1.1 A região Oeste em litígio

A região Oeste de Santa Catarina compreende atualmente 117 municípios, fazendo divisa com a Argentina e com os estados do Rio Grande do Sul e Paraná, em território brasileiro (Mapa 1). Entende-se “território” como um espaço de poder (RAFFESTIN, 1993), de relações jurídicas, políticas, culturais e econômicas (HAESBAERT, 2004). Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o agente envolvido territorializa o espaço. Nesse sentido,

um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O processo de colonização da região foi resultado da migração interna do excedente populacional do Rio Grande do Sul, composto por colonos de origem italiana e alemã, na primeira metade do século XX, que buscavam novos espaços em razão do esgotamento do solo e da demanda por novas áreas de terra (NEUMANN, 2009). Essa migração, segundo Roche (1969), é denominada de “enxamagem”. Ou seja, já que não existiam mais áreas disponíveis no estado do Rio Grande do sul, e para manterem-se na agricultura, os filhos dos colonos, ou até mesmo os colonos, saíam em busca de terras em novas regiões, e então neste caso, migraram para Santa Catarina.

Mapa 1: Região Oeste catarinense



Fonte: Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (AMOSOC). Disponível em: <http://www.amosc.org.br>. Acessado em 12 jan 2014.

Inicialmente essa região era alvo apenas do interesse de brasileiros pela sua posse. A possibilidade de explorar madeiras economicamente atraiu os colonizadores já no final do século XIX, bem como os descendentes europeus, argentinos e, depois, disputado por catarinenses e paranaenses.

O caminho que os tropeiros seguiam com o gado (Mapa 2), resultou no povoamento do interior catarinense, aberto a partir de 1845. Esse trecho ligava Palmas – Cruz Alta - RS.

Mapa 2: Caminho das tropas

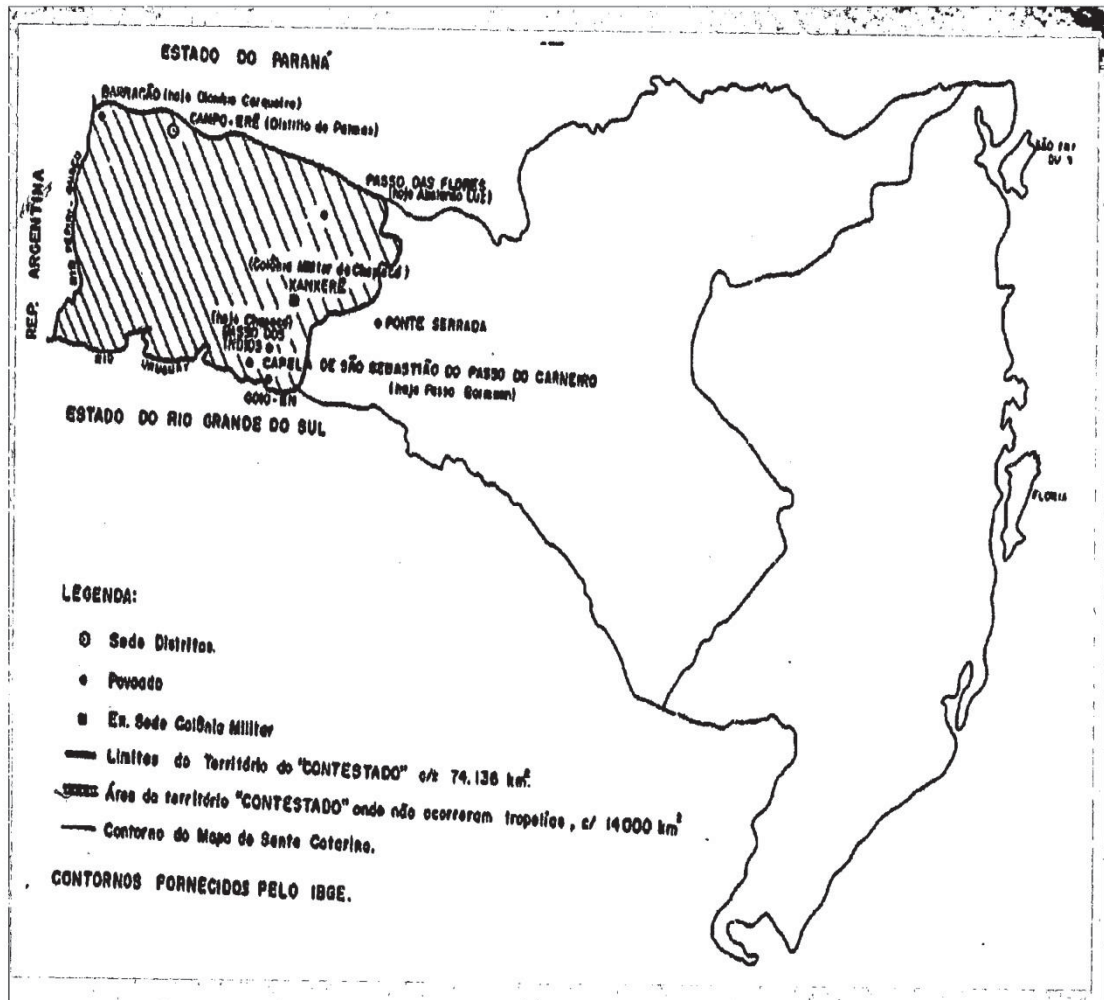


Fonte: Machado (1963, p. 56).

A estrada de Palmas cruzava os rios Chapecó e Chapecozinho, passando pela campina de Xanxerê, Serra do Tigre, Passo Ferreira, Passo do Carneiro (Passo Bormann) e passando o rio Uruguai em Goio En, direcionando-se para Nonoai e Vila Cruz Alta no Rio Grande do Sul. Esse percurso barateava o preço do gado, conduzido para Sorocaba, pois encurtava a distância. Ao longo do caminho por onde as tropas paravam para descansar, iam surgindo pequenos povoados (HEINSFELD, 1997).

Conforme Bellani (1991, p. 36), em 1859, com o nome Xanxerê, foram fundadas as colônias militares de Chapecó e Chopim (Mapa 3), assim denominadas por decreto do Império do Brasil nº 2.502, datado de 16 de novembro de 1859. Todavia, essa lei só foi posta em ação 23 anos após sua criação, dia 14 de março de 1882. À época, essa região possuía uma área de 48 léguas quadradas, distando pelo caminho de tropas então existente 112 km de Palmas e 713 km de Curitiba.

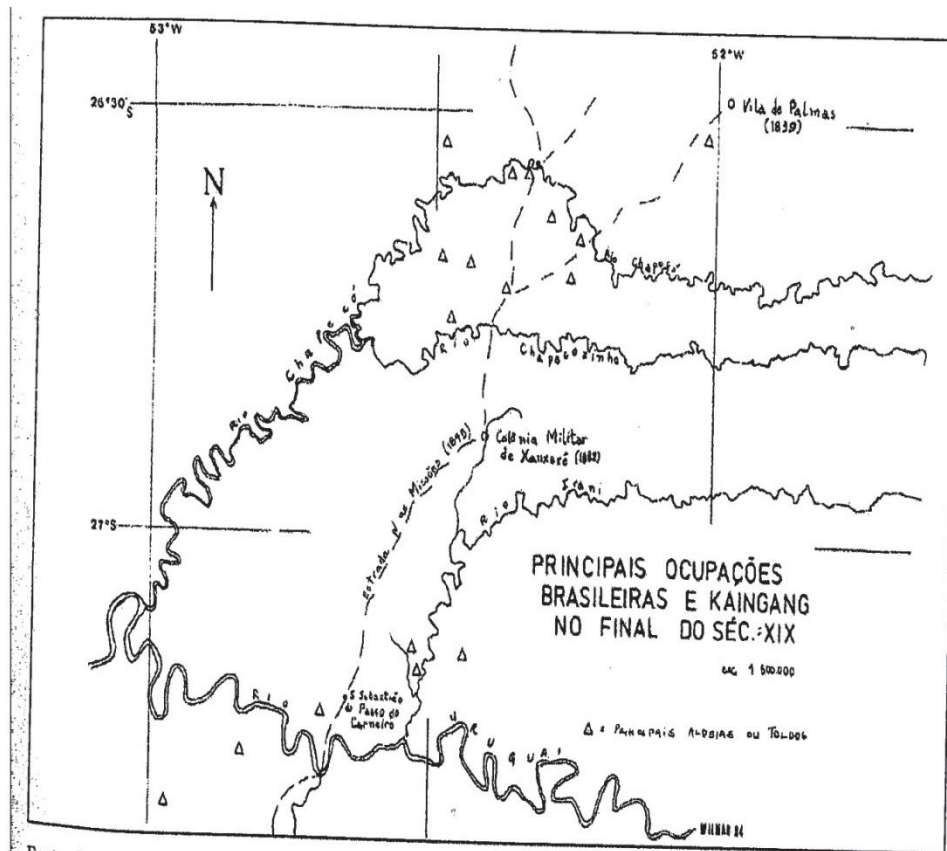
Mapa 3: Colônias militares no território do Contestado



Fonte: Ceom Unochapecó (2008).

As colônias militares, em essência, objetivavam a defesa da fronteira; proteger os habitantes dos campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava (Colônia Chopim); defender-se de invasões dos índios – de origem caingangue - e atraí-los para a civilização e a catequização (Mapa 4).

Mapa 4: Localização das principais ocupações brasileiras e caingangue no final do século XIX



Fonte: D'Angelis (1995, p. 141).

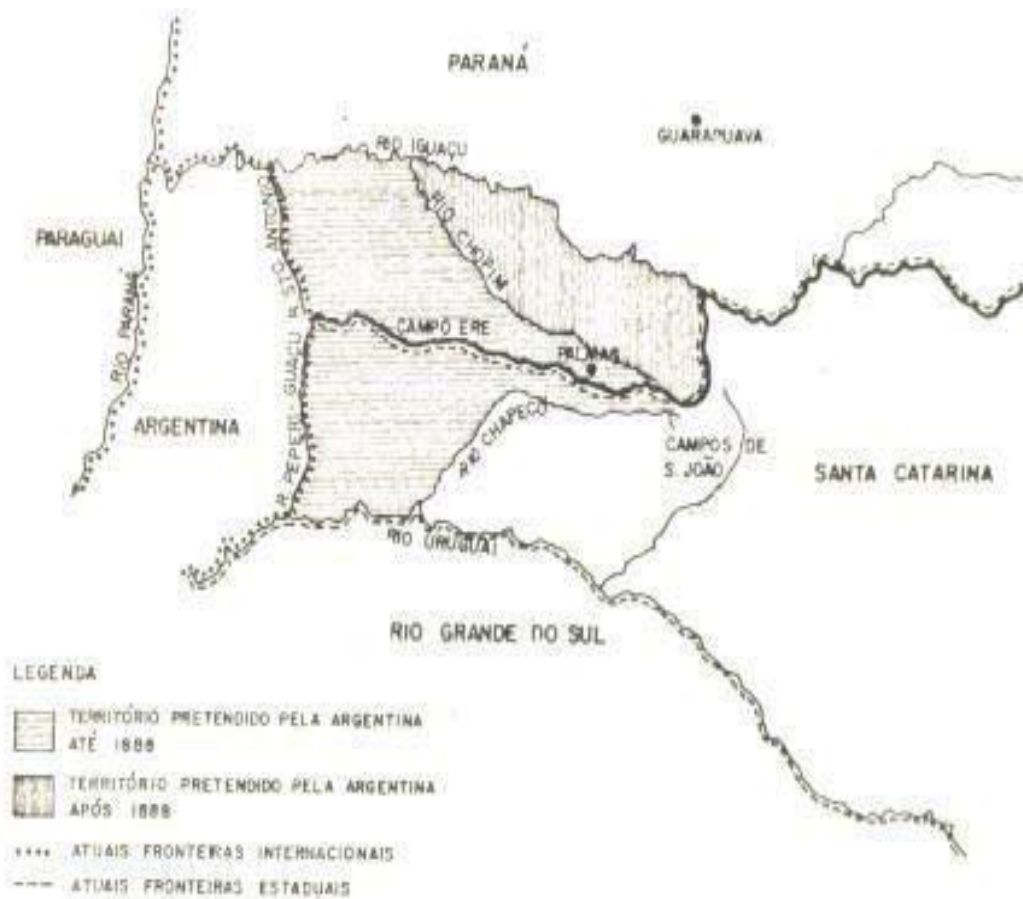
A colônia Militar de Chapecó fundada em 1859 ficou pouco povoada e isolada por muito tempo em razão da falta de estradas e comércio que dinamizassem a região (BELLANI, 1991). Segundo Renk (1997, p. 38), “apesar de a colônia ter sido detalhada no papel, na realidade, o êxito não foi o esperado. A grande acusação é feita ao governo Imperial, pelo esquecimento a terra que a relegara”. Também, pode acrescentar a isto, a questão das fronteiras indefinidas, que só foi resolvida pela diplomacia brasileira nas primeiras décadas do século XX.

A região oeste foi alvo de disputa por Argentinos e Brasileiros. Segundo Wachowicz (1984, p. 29),

em 1888, uma nova interpretação era feita pela Argentina, que passa a reivindicar o Rio Jangada (afluente do Iguaçu), como sendo o Santo Antônio, do Tratado de Santo Idelfonso. A área contestada pelo governo argentino passou então a ter uma superfície de 30.321 km².

O objetivo geopolítico da Argentina era pleitear a região. Conforme pode ser visto no Mapa 5, em 1881 os argentinos reivindicavam o oeste de Santa Catarina na área entre os rios Chopim (PR) e Chapecó (SC) e não o rio Pepery-guaçu, que era a área demarcada de fronteira entre a Argentina e o Brasil.

Mapa 5: Território de disputa entre Brasil e Argentina



Fonte: Wachowicz (1984, p. 45).

Para a Argentina, esse conflito foi chamado de “Cuestión de Misiones” e para o Brasil, “Questão de Palmas” (cf. HEINSFELD, 1997).

Em 6 de fevereiro de 1895, usando inúmeros argumentos a favor do Brasil, como o fato de a ocupação do território ser feita primeiramente por brasileiros, o então presidente dos Estados Unidos da América, Grover Stephen Cleveland,⁴ deu ganho de causa ao Brasil. Assim, as fronteiras do Brasil deixam de ser um problema para o governo.

Contudo, a definição das fronteiras nacionais não apaziguou o conflito, pois, houve um aguçamento da disputa da região pelos estados de Paraná e Santa Catarina, na área denominada de “Contestado”(cf. AURAS, 1995), principalmente pela extração da erva-mate, atividade iniciada depois de 1850, que tornou-se uma atividade rentável. E assim, os ervais passaram a ser cobiçados pelos paranaenses.

A província do Paraná, desde sua fundação, passou a pleitear o domínio até o rio Uruguai (Mapa 6). Em contraponto, a província de Santa Catarina considerava a área como sua. Esta se baseava na distribuição das capitânicas hereditárias, que se constituíam a marcação pelo litoral, seguindo em linha reta para o interior.

⁴ Presidente dos Estados Unidos entre 1885 e 1889 e 1893 e 1897.

Mapa 6: Território da Guerra do Contestado



Fonte: Silva (2010).

O conflito entre Paraná e Santa Catarina, denominado “Guerra do Contestado”, desenvolveu-se de 1912 a 1916, contando com oito mil homens, destes sete mil soldados do Exército Brasileiro, do Regimento de Segurança do Paraná, do Regimento de Segurança de Santa Catarina, mais mil civis contratados.

A disputa somente teve fim em 10 de outubro de 1916⁵, quando o estado de Santa Catarina ganhou a causa. A partir da definição dos limites entre os estados, neste ano, através da lei nº 1.147, são criados os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó. O território de Chapecó ficou com, aproximadamente, 14 mil quilômetros.

Segundo Rosseto (2006, p. 10):

⁵ Ganhos de causa para Santa Catarina proferidos pelo Supremo Tribunal Federal: 6 de julho de 1904, 14 de outubro de 1909 e 25 de julho de 1910.

A sede inicial do Município de Chapecó foi na localidade denominada Passo Bormann. Por razões sócio econômicas, dois anos depois, em 1919, sua sede foi transferida para Xanxerê, sendo que em 1923 voltou ao Passo Bormann e Xanxerê, denominado Passo dos Índios, passou a denominar-se Chapecó e abrigar definitivamente a sede do novo Município.

O governo de Santa Catarina, além da criação dos municípios, iniciou o repasse de terras para empresas particulares, visando à colonização efetiva do território. Por falta de condições estruturais para que o próprio Estado assumisse tal empreitada, a opção foi pela articulação com as empresas, como será visto na sequência.

1.2 Atuação das colonizadoras

Inicialmente, os posseiros também chamados de caboclos eram os principais ocupantes das terras da região Oeste de Santa Catarina, ou seja, residiam na terra, mas não tinham o título de posse que lhes garantia a propriedade, e a base econômica era a agricultura de subsistência. De modo que, o sistema de vida do caboclo, não era de comercializar excedentes, como será visto a frente. Nisso se difere dos migrantes do Rio Grande do Sul que culturalmente, tendem a ter uma vida capitalista mais ativa, e aqui referindo-se especificamente a comercialização do excedente.

O termo “caboclo” possui diversos sentidos, de acordo com a etimologia da palavra significa “produto da miscigenação” do colonizador português com o nativo indígena. Entretanto, do ponto de vista sociológico, o caboclo está ligado ao seu modo de vida, Gehlen (1991, apud SILVA, 2004, p. 9) define-o como sendo “membros de um grupo social com características próprias, definidas pela concepção geral das coisas, do estilo de vida, das relações com outros grupos sociais, pelo sistema de trabalho, pelo sistema de reprodução social, pela religiosidade”.

Os posseiros, segundo Zarth (2002), “eram camponeses que ocupavam pequenas áreas e eram vítimas de expulsão à medida que avançavam as fronteiras agrícolas”. Essa definição pode ser complementada com a de Myskiw (2002), diz ele que pelo senso comum: “posseiro” é aquele que adquire (ou ocupa) e faz uso de uma determinada área de terra sem ter o título de

propriedade expedida em seu nome pelo Estado ou pela União, já que não havia demarcação, nem mesmo estradas, comércio e órgãos públicos que oficializassem as posses.

A partir de 1919, o governo de Santa Catarina iniciou o processo de concessão de terras para fins de colonização, sem levar em consideração a ocupação até então dos posseiros. De acordo com Waibel (1979, p. 162):

Para o governo, a colonização é a política de povoamento e desenvolvimento de áreas desabitadas. Este tipo de colonização depende, em grande parte, de fatores políticos, que frequentemente são instáveis e interferem com uma sã administração das colônias. Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que o ganhará se conseguir uma boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não é prejudicada por interferência política.

Com relação à população indígena, alguns indígenas já tinham sido aldeados (POLI, 1989) após 1845, na abertura de caminho para passagem das tropas, portanto não mais ofereciam ameaça as companhias colonizadoras. Segundo Poli (1995, p. 35):

no povoamento do oeste catarinense podem ser visualizados três fases de ocupação, cada uma com atividades econômicas distintas: a fase indígena, que se deu até meados do século XIX; a fase cabocla, que a sucedeu e miscigenou-se com a indígena; e a fase da colonização, caracterizada pela vinda de elementos de origem alemã, italiana e polonesa, vindos basicamente do Rio Grande do Sul, através de projetos de colonização.

Quanto aos posseiros no município de Chapecó, alguns chegaram a requerer a posse de terras. Entretanto, lhes foram negadas, em 1919, sob a alegação de serem devolutas. Dessa forma, o procedimento legal era adquirir a posse da terra via companhias colonizadoras, ou os posseiros seriam desalojados, o que estava em consonância com a Lei das Terras de 1850, que estabelecia a compra como forma principal de seu acesso. E o decreto estadual de nº 21, de 5 de março de 1925⁶, dizia, em seu primeiro artigo: “Fica estabelecido o prazo de até 31 de dezembro de 1925, a regularização das posses criminosas (invasões ou ocupações ilegais). Os

⁶ Não foram encontrados decretos anteriores a este, que se referiam as terras devolutas para o Oeste Catarinense.

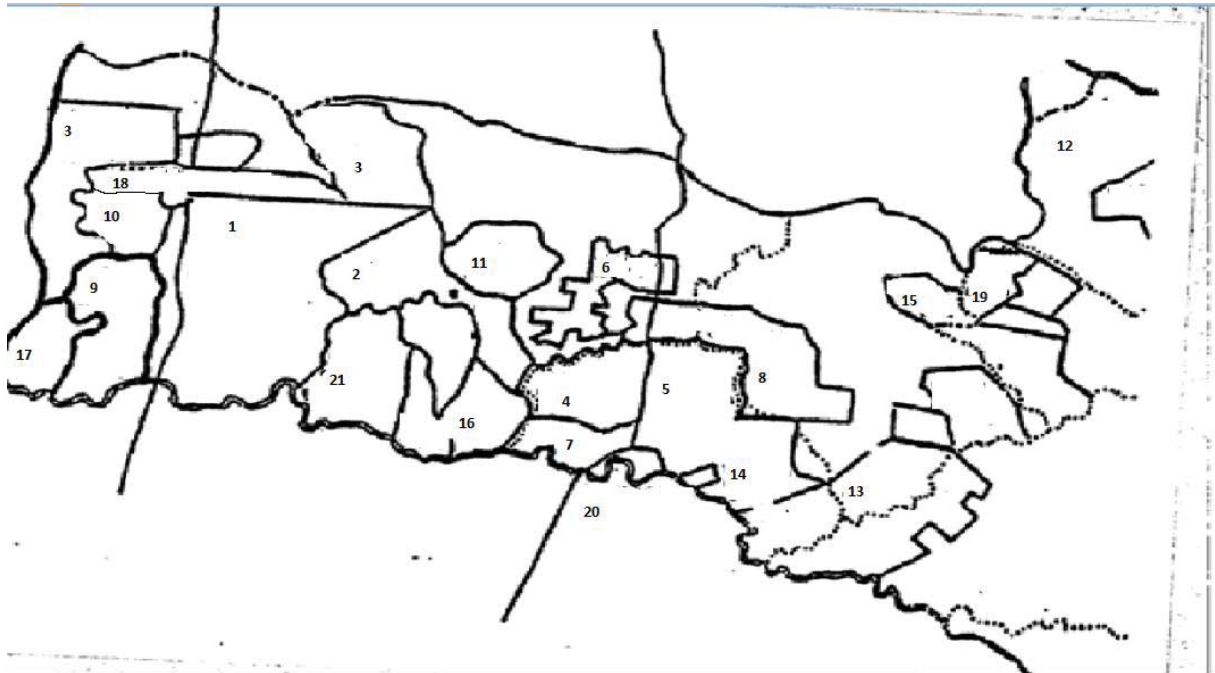
posseiros após este prazo serão despejados, com perdas das benfeitorias” (PIAZZA, 1994, apud, RADIM, 2006).

Esse sistema de concessão de terras por parte do estado catarinense difere-se do adotado no Rio Grande do Sul, segundo Neumann (2009), a maior parte das terras florestais eram terras públicas, e o estado gaúcho limitava ou negava a venda para colonizadoras, conduzindo ele próprio a colonização.

O sistema de concessão de terras as empresas colonizadoras, funcionava da seguinte forma: estas recebiam do governo porções de terra e, em troca, deveriam proporcionar a ocupação definitiva da área e construir estradas para o transporte e deslocamento dos colonos (BAVARESCO, 2005). Esperava-se que, essas medidas, promovessem o desenvolvimento e a inserção da área ao restante do Estado.

Assim, a colonização da região se inicia com ações e empreendimentos das companhias colonizadoras (Mapa 7). Essas ficaram responsáveis pela criação da infraestrutura das estradas como parte das atribuições pelo recebimento de terras do Estado. Algumas receberam terras em troca da construção de estradas, como a Empresa e Colonizadora Oeste Catarinense, a Bertaso e Maia, a Brasil Development and Colonization Company – subsidiária da Brasil Railway, construtora da Ferrovia do Contestado –, e a Companhia Territorial Sul Brasil. Outras companhias, entretanto, compraram suas terras, arcando com valores mais elevados, é o caso das empresas Chapecó-Peperi, Volksverein e Barth-Benetti e Cia. (WERLANG, 2006). A partir da década de 1920, a região Oestina já tinha mais de uma dezena de companhias colonizadoras responsáveis pela vinda de milhares de famílias (BELLANI, 1991).

Mapa 7: Atuação das empresas colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina



Legendas: 1 - Sul Brasil; 2 - Bertaso Maia e Cia.; 3 - Brasil Development; 4 - Colonia Rio Branco; 5 - Colonia Concordia; 6 - Colonia Militar; 7 - Lucc Rosa e Cia.; 8 - Angelo Di Carli e Cia.; 9 - Colonia Peperi Chapecó; 10 - Barth, Beneti e Cia.; 11 - Reservado para índios; 12 - Porto União; 13 - Estrada de Ferro; 14 - Teodoro Capela e Cia.; 15 - Fazenda Cruz Alta; 16 - Faxinal do Tigre; 17 - Colonia Itapiranga; 18 - Fazenda Sargento; 19 - Irmãos Coelho de Souza; 20 - Colonizadora Brum; 21 - Colonia Itaberaba.

Fonte: Ceom Unochapeco (2007).

A ocupação do oeste catarinense deu-se com base na pequena e média propriedade e, sobretudo para migrantes do Rio Grande do Sul, em que cada família seria proprietária de um lote colonial de aproximadamente 24 hectares.

O crescimento da colonização favoreceu também o aparecimento de uma nova atividade econômica regional, a extração dos recursos naturais, principalmente a madeira. A população que vinha para a região Oeste era composta pela segunda ou terceira geração de italianos ou alemães, que desde o século XIX havia imigrado para o Rio Grande do Sul.

O processo de colonização promovido pelas companhias colonizadoras provocou um significativo aumento populacional. No ano de 1890, segundo o censo do IBGE, o Campo de Palmas possuía 887 homens e 782 mulheres, totalizando 1.669 habitantes. Segundo Bellani (1991), o município de Chapecó, três anos após sua fundação (que ocorreu em 1917), de acordo com o censo de 1920, possuía 11.315 habitantes, sendo 5.274 mulheres e 6.041 homens. Um crescimento de 578% nesse período.

De acordo com Peluso (1991), no início do século até a década de 1940, o contingente populacional das terras oestinas teve um aumento de mais de 50%, ultrapassando os quarenta mil habitantes; precisamente, segundo o Ipeadata,⁷ no final da década de 1940, a população de Chapecó era de 44.327 habitantes. E nos de anos de 1950, o acréscimo se comparado a década anterior foi de 118%, já que a população foi para 96.624 habitantes. O aumento populacional na década de 1920 é explicado pela atuação das companhias colonizadoras, que impulsionaram a vinda de migrantes, depois nos anos de 1940 e meados de 1950 e a constituição das primeiras agroindústrias, e com isso o desenvolvimento do setor empresarial de Chapecó, atraíram novos moradores para o local. Isso demonstra que desde o princípio da ampliação do contingente populacional, as colonizadoras e as agroindústrias foram os principais desencadeadores da expansão sócio econômica da região de estudo.

Tabela 1: População em Chapecó de 1910 a 1950

Ano	1920	1940	1950
Chapecó	11.315	44.327	96.624

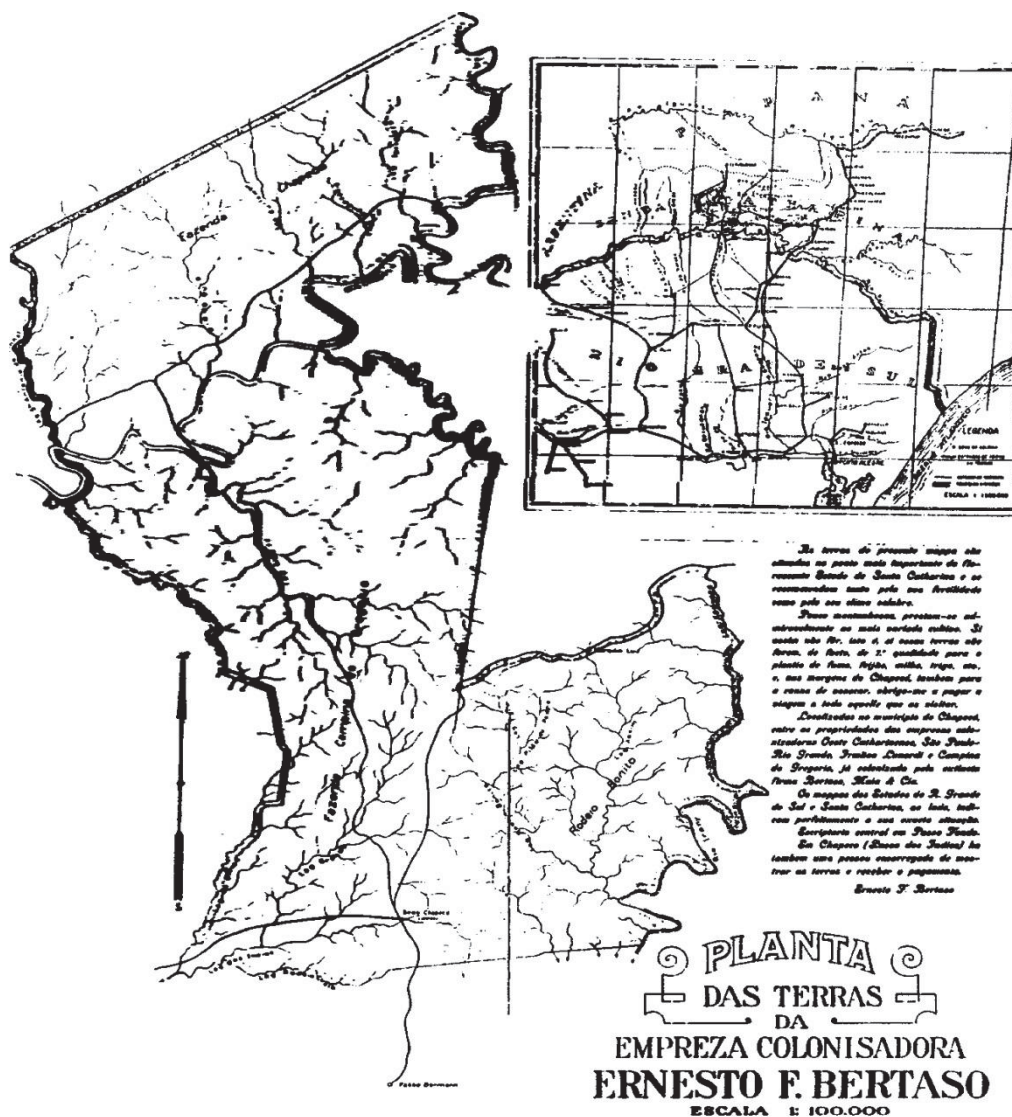
Fonte: Elaboração própria do autor (Ipeadata).

Na região de Chapecó atuaram as companhias colonizadoras Bertaso, Maia e Cia. e a Companhia Territorial Sul Brasil. A Sociedade Bertaso Maia e Cia. (Mapa 8) foi constituída em 18 de setembro de 1918, tendo como sócios – com participações iguais – Agilberto Maia, Manoel Passos Maia e Ernesto Francisco Bertaso, este último também chamado de coronel Bertaso,⁸ perdurando até 21 de novembro de 1923. Nessa época a colonizadora tinha sua sede no Rio Grande do Sul.

⁷ O banco de dados do Ipeadata, para esse indicador, fornece as informações em décadas. (disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 10 abr. 2013).

⁸ Ernesto Francisco Bertaso nasceu em 24 de setembro de 1876, na cidade de Verona, na Itália, e faleceu na cidade de Chapecó em 1960 (SILVA, ROSA, 2010).

Mapa 8: Planta das terras da Colonizadora Bertaso



Fonte: Vicenzi (2008)

Em 26 de julho de 1920, a Sociedade Bertaso Maia e Cia. obteve a concessão do governo do estado de Santa Catarina de 100.000 hectares para colonizar. A firma contratou com o governo estadual a construção da estrada Passo Goio-En-Passo dos Índios para receber em pagamento dos seus serviços em terras devolutas. Dessa forma, a abertura de estradas acabava favorecendo a vinda dos colonos. Segundo entrevista feita pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom), Ernesto Pasqualli, neto do cel. Bertaso, considerou:

Foi comprado mais terras e conseguindo mais concessões, abrindo estradas pro governo, e em troca do serviço ele recebia terras, o que na época era muito comum. O governo não tinha dinheiro, pagava em terra. Tinha terra de sobra que ninguém queria, e o velho então ia fazendo; ele fazia as estradas que interessava para a colonização dele, e o governo, por seu lado que alguém fizesse, e como tinha estas terras que não valiam nada na época, eles davam a terra como pagamento. Então daí é que surgiu uma colonização bem maior que a colonização inicial (Cadernos do Ceom, ano 21, n. 29, Bens culturais e ambientais).

Em fevereiro de 1922, a sede da colonizadora, que era em Passo Fundo – RS foi transferida para o Passo dos índios, atualmente Chapecó. Em 2 de junho de 1923, Manoel Passos Maia vende seus direitos da colonizadora a família Bertaso. Dentre esses direitos estão as áreas da Fazenda Chapecó, com 537.186.748 m², e da Fazenda Rodeio Bonito, com 288.203.010 m² (WERLANG, 2006). Essa mudança ocorreu após a Superintendência do Município de Chapecó ser repassada, em 1921, ao cel. Manuel dos Passos Maia, razão para que o coronel dois anos depois, desfizesse sua sociedade.

Com a dissolução da sociedade, Ernesto F. Bertaso passou a ser o único dono da colonizadora, formando uma nova firma, denominada Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso. Mais tarde, em 1948, alterada para Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto F. Bertaso S.A., tendo como diretores o coronel e seus filhos Serafim e Jaime e seu cunhado Paulo Pasqualli (HASS, 2003).

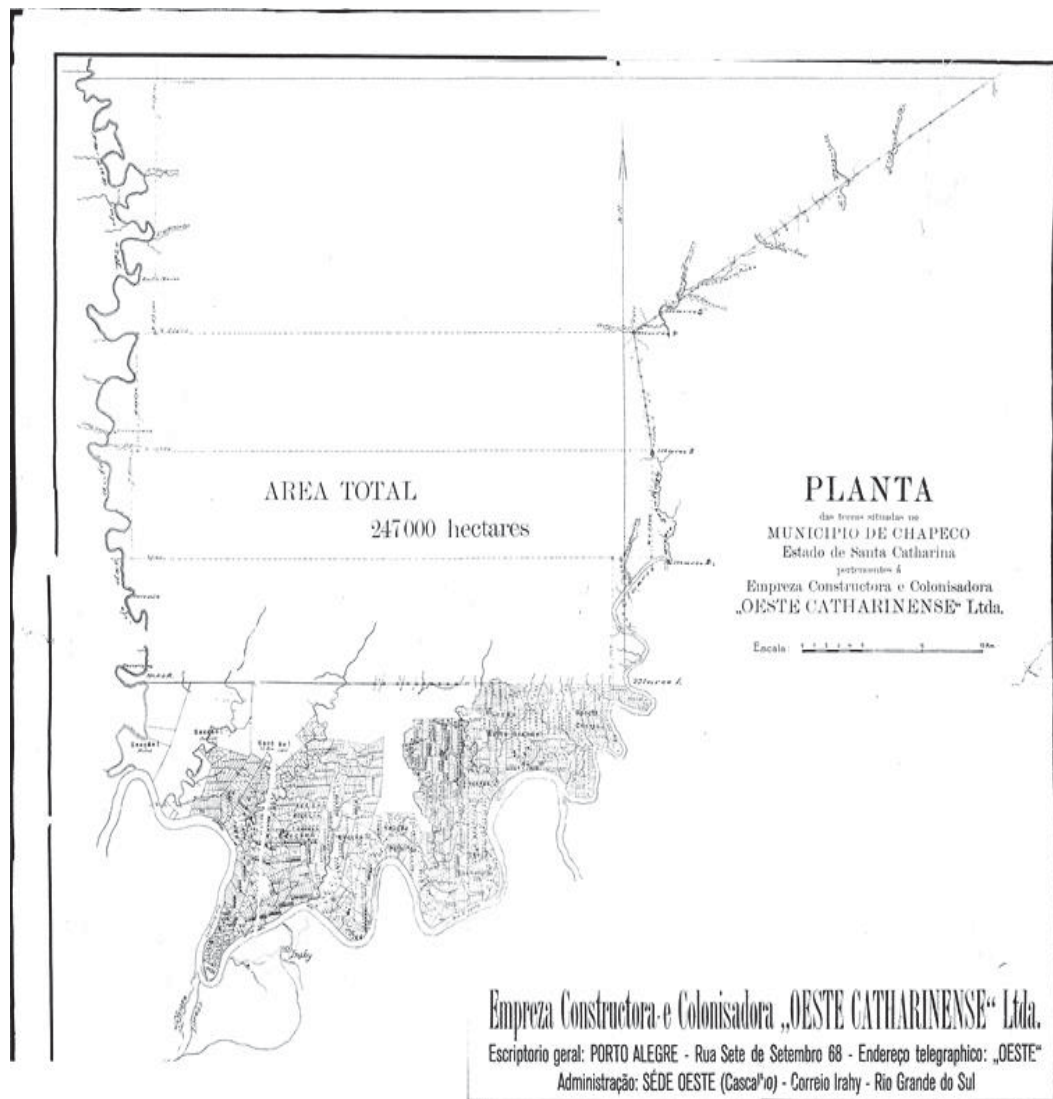
Junto ao patrimônio adquirido pela Firma Bertaso Maia e Cia., Ernesto Bertaso acrescentou a fazenda Campina do Gregório, com uma área de 509.234.879 m² (equivalente a 50.923,4880 hectares). Ao todo o patrimônio territorial do coronel Ernesto Francisco Bertaso no oeste catarinense era de 2.249.259,441 m² (ou 224.925,9520 hectares) após a dissolução da sociedade em 1923. Para que se tenha ideia da área, equivalia à área do município de Chapecó, que é de, aproximadamente, 625 km²; a empresa Bertaso possuía, aproximadamente, 2.249 km², ou seja, a área da referida empresa era, aproximadamente, 3,6 vezes maior da área do município de Chapecó, ou, então, a área dos Bertaso equivalia a 8.997 colônias de 25 ha.

A Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto F. Bertaso S.A investia também nos setores de exportação e extração de madeiras e cerâmicas. Estando também ligada a indústria, setor de transportes e fábrica de aproveitamento de produtos oriundos da mandioca e moinho.

Outra companhia colonizadora substancial na região foi a Companhia Territorial Sul Brasil, sociedade anônima, sediada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, fundada em 23 de maio de 1925, presidida por 14 acionistas. Esta adquiriu a Empresa Construtora e

Colonizadora Oeste Catarinense Ltda., que possuía 2.467.074.800 m², esta área foi desmembrada em 685 lotes coloniais, 510 lotes urbanos e 80 chácaras (Mapa 9).

Mapa 9: Mapa da área total pertencente à Colonizadora Oeste Ltda.



Fonte: Acervo Museu Padre Fernando Nagel, Maravilha - SC.⁹

Com essa incorporação, a Cia. Sul Brasil passou a deter grande poderio na região. Aliado a isso, os acionistas da então Empresa Oeste Catarinense e da Cia. Sul Brasil

⁹ Agradecemos ao colega Vitor Marcelo Vieira pela cessão dessa imagem.

Benjamin de Oliveira, Frederico Carlos Gomes e Emílio Getrum eram proprietários do Banco Nacional de Comércio, sucedido pelo Banco Meridional.

Em 1938, a Cia. Sul Brasil havia vendido 106.088 hectares, dos 277.283 que possuía, ou seja, se for analisar em lotes, significa que dos 11.458 lotes coloniais, 4.384 lotes foram vendidos no ano de 1938. Em 1954, a empresa já havia vendido praticamente toda a área, resultando na formação de 48 seções – providos de estradas vicinais e gerais. Os lucros oriundos da venda dos lotes eram repassados para sua matriz em Porto Alegre.

1.3 A migração e as primeiras colônias oestinas

O desenvolvimento da região Oestina esteve ligado à vinda de famílias do Rio Grande do Sul; portanto, a migração representou o instrumento de povoação e desenvolvimento para a região.

Segundo Sayad (1998, p. 54), “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. Para Tedesco (2006, p. 92), “o imigrante é visto pela sociedade hospedeira em razão de sua funcionalidade ao sistema produtivo”.

A imigração de agricultores europeus teve seu início na segunda década do século XIX. Segundo Neumann (2009, p. 27),

neste período a Europa experimentava um grande crescimento econômico e demográfico, refletido numa rápida industrialização e urbanização. Essa transição implicou profundas mudanças no sistema produtivo, como o encarecimento das terras e a consequente expulsão do campesinato, a substituição gradativa do trabalhador pela máquina etc., resultando em um movimento de emigração em massa.

No contexto do estudo, a migração interna foi responsável pelo povoamento intenso do oeste catarinense. Segundo Neumann (2009), a migração tem por finalidade última a busca de melhores condições de sobrevivência, migrando em consequência da disponibilidade de terras, dessa forma da necessidade de colonizá-las. Assim, “migrar corresponde, portanto, a

um processo de desajustamento-ajustamento que se traduz na recompensa subjetiva que proporciona. Objetivamente, migrar suprime a inadequação entre o sujeito ou grupo e a sociedade de origem e restaura, nesta, o equilíbrio interno” (MARTINS, 1973, p. 21).

A colonização de europeus no sul do Brasil fomentou o surgimento dos núcleos coloniais pioneiros, especialmente no Rio Grande do Sul. Com a vinda crescente de imigrantes, as terras foram sendo colonizadas, pois cada imigrante adquiria uma colônia. A partir da terceira geração colonial, as terras disponíveis eram mais escassas, daí então a necessidade de migrar para outros estados ou regiões.

A busca por terras mais férteis, produtivas e acessíveis, somado ao esgotamento das terras no Rio Grande do Sul, impulsionou a migração interna. Por essas questões, a empresa Bertaso levou mais de oito mil famílias do Rio Grande do Sul para o oeste de Santa Catarina, a maioria ítalo-brasileira (HASS, 2000).

A partir da criação da unidade administrativa em 1917, em Chapecó iniciou-se a colonização da região propriamente dita, que foi a consequência principalmente pela expansão colonial procedente do Rio Grande do Sul. O contingente de migrantes internos, composto majoritariamente por rio-grandenses – descendentes de italianos e alemães – deparou-se com uma já reduzida população indígena e de caboclos.

Segundo Renk (2000, p. 93),

influenciados pela constante corrente migratória que procede do Rio Grande do Sul – e os novos colonos já são todos nascidos no vizinho estado sulino, descendentes de italianos e alemães, toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho, levando àqueles rincões até o pouco incultos por abandonados a prosperidade e riqueza –, os referidos lugares apresentam agora apreciáveis elementos de progresso.

Com a chegada dos colonos iniciou-se o desenvolvimento e a comercialização da madeira, transportada por meio de balsas. Em razão disso, foram criadas inúmeras serrarias para o beneficiamento das toras.

Segundo Rosseto (2006), após o extrativismo de madeira, novas áreas disponíveis surgiram, e se iniciou a cultura do milho. Dessa maneira, obteve-se motivada também a criação de suínos, comercializados em Curitiba e São Paulo. Esse processo produtivo legou a Chapecó e região a alcunha de território fornecedor de alimentos, já que estimulou a produção

suinícola, que se constitui nas décadas posteriores a principal matéria prima das agroindústrias. Esse comércio foi fundamental para a industrialização de Chapecó.

A primeira colônia fundada no oeste catarinense foi em 1922, trata-se da colônia Porto Feliz, atualmente Mondaí, com famílias procedentes da colônia de Neu-Württemberg, atual Panambi, predominantemente protestantes. Já em 1926 é fundada a Colônia Porto Novo, atual Itapiranga, colônia onde predominavam católicos.

Com a constituição das colônias Porto Feliz e Porto Novo, outros núcleos coloniais foram surgindo no oeste catarinense. Apenas algumas destas colônias transformaram-se em distritos, principalmente, as de maior contingente populacional.

Em 1930 mais colonos vindos do Rio Grande do Sul se estabeleceram nas novas colônias (PLEIN, 2005). Isso pode ser averiguado na tabela 9, em que é apresentado o saldo migratório populacional do Rio Grande do Sul para o oeste catarinense, que demonstra um crescimento próximo a 10%, e também na tabela 1, que demonstra um crescimento populacional de Chapecó entre as décadas de 1920 a 1940, de mais de 250%. Esses colonos, que migraram do Rio Grande do Sul, eram detentores de uma cultura mais capitalista que os posseiros, isso foi percebido também pelas entrevistas realizadas - que serão detalhadas no capítulo terceiro - em que migrantes do Rio Grande do Sul sentiram-se menos vitimados ou prejudicados pelo sistema implantado pelas agroindústrias.

E a partir de 1940, o número de povoados e vilas aumentou no oeste catarinense pela continua vinda de colonos alemães, italianos e poloneses. O crescimento da região nesse período se deu pela atratividade da extração de madeira. A distribuição populacional do distrito de Chapecó, em 1940, pode ser conferida na Tabela 2.

Tabela 2: Número de habitantes em Chapecó no ano de 1940

Distritos	Vilas – sedes	Distritos (habitantes)
Abelardo Luz	105	4.171
Campo Erê	48	2.130
Caxambu	227	2.837
Dionísio Cerqueira	84	906
Fachinal dos Guedes	64	1.950
Guatambu	279	3.185
Itapiranga	497	4.813
Mondaí	545	3.267
Passarinhos	73	3.594
São Carlos	448	3.662
São Domingos	66	2.652
Xanxerê	553	3.206
Xaxim	338	2.168
Total	3.327	38.541

Fonte: Peluso (1991, p. 280).

De acordo com a tabela, os distritos com maior contingente populacional eram Itapiranga, com 4.813 habitantes, seguido de Abelardo Luz, com 4.171 habitantes. Nem as colonizadoras e nem os governantes estavam preocupados em estabelecer um modelo de colonização. O fundamental era atrair compradores para as terras e explorar a riqueza das madeiras, garantindo o povoamento e o poder nacional sobre o território (PELUSO, 1991).

Na década de 1940, as condições de infraestrutura sociais e econômicas não eram suficientes. Segundo Alba (2002, p. 18), “os meios de transporte eram muito lentos e as estradas eram precárias, o comércio e o acesso aos hospitais eram igualmente precários”.

Com o passar dos anos, o comércio da região foi ampliado e o número de estabelecimentos agropecuários também, isso desencadeou lentamente mudanças em infraestrutura de acesso a região. Junto com isso, o aumento da produção de origem animal,

como a banha suína, mais tarde a produção de suínos em larga escala, auxiliou no processo de transformação econômica e industrial da região, com a constituição do conglomerado de agroindústrias, como será visto a seguir.

1.4 Formação política administrativa de Chapecó e região

“Chapecó”, palavra de origem caingangue, segundo Paim (2003, p. 24), significa “de onde se avistava o caminho da roça”. O município pertence à microrregião da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (Amosc).

A fundação do município de Chapecó, no local chamado “Passo dos Índios”, aconteceu juntamente aos municípios de Mafra, Joaçaba – antiga colônia Cruzeiro (cf. RADIN, 2009) e Porto União em 1917. Sua criação ocorreu durante o governo catarinense Felipe Schmidt,¹⁰ lei nº 1.147, em 25 de agosto de 1917.

Quando da sua criação, o município de Chapecó possuía uma área de, aproximadamente, 14.000 km², delimitado pelo rio Uruguai, ao sul; rio Peperi-guaçu, ao oeste; a Argentina, a leste, pelo antigo município de Cruzeiro, e ao norte pelo estado do Paraná (BELLANI, 1991). Com a instalação do município, foram criados cinco distritos: Passo do Bormam (sede municipal), São Domingos, Campo-Erê, Xanxerê e Barracão.

A sede e comarca do município foram instaladas em 15 de novembro de 1917, na vila de Passo do Bormann. Entretanto, em razão de conflitos de interesses pelas lideranças locais, foram transferidos, em 1917, para a vila de Xanxerê, permanecendo ali até 1931.

Para Alba (2002), até meados da década de 1940, os domínios econômico e político no município de Chapecó estavam concentrados nos donos das empresas colonizadoras, especialmente da família Bertaso. Nesse sentido, Hass (2000, p. 25) aponta que o mandonismo local era fortalecido pelo governo do Estado: “A estrutura de dominação e as formas de controle social faziam parte de toda uma cultura social e política resultante das relações de poder da época, em que o público e o privado tornam-se complementares”.

A região Oestina caracterizou-se por inúmeros conflitos de interesses, onde a concentração econômica, a centralização do poder e a ligação com o governo estadual

¹⁰ Assumiu em 11 de agosto de 1915 até 28 de setembro de 1918.

contribuíram para um substancial mandonismo local, reforçado pela influência que os coronéis exerciam na região.

Segundo Hass (2000), os conflitos políticos se estabeleciam na forma de luta armada para intimidar opositores e eleitores. De acordo com o chefe de polícia de Santa Catarina, Artur Ferreira da Costa foi um dos que compuseram a caravana da visita do presidente Adolfo Konder à região Oeste em 1929,

[...] um dos flagelos do Oeste Catarinense, como no Nordeste brasileiro, é o banditismo. As estradas e as picadas estão macabramente povoadas de túmulos, em parte na zona que percorremos. São resultados de motivos políticos, questões de terras, assuntos de honra, e em menor escala, de roubo (COSTA, 1931, p. 57).

Em razão de conflitos políticos e de interesses, e do mandonismo coronelista, a fase de implantação administrativa de Chapecó foi conturbada. Até a década de 1940 o Partido Social Democrático (PSD) era a legenda que dominava. Um de seus líderes era justamente Serafim Enoss Bertaso, Engenheiro civil e político, filho do coronel Ernesto Bertaso, e que em 1944 foi eleito prefeito de Chapecó. De acordo com Alba (2002, p. 21), somente depois de 1950, tempo de expressivas transformações socioeconômicas, é que “novos personagens começaram a se sobrepôr e conquistar espaço na vida política da região. Os extratos médios de caráter urbano/liberal/burocrático – representados pela UDN e pelo PTB –, começaram a ocupar esses espaços”. Assim, a partir desta década, novos grupos irão atuar no sistema político administrativo local, buscando conquistar novos espaços.

Conforme o crescimento dos distritos, cada um foi se desmembrando de Chapecó, como podemos observar na Tabela 3.

Tabela 3: Emancipação dos municípios da região de Chapecó

Distritos	Data de emancipação
Abelardo Luz	21 de junho de 1958
Campo Erê	21 de junho de 1958
Caxambu	14 de dezembro de 1962
Dionísio Cerqueira	30 de dezembro de 1953
Fachinal dos Guedes	21 de junho de 1958
Guatambu	12 de dezembro de 1991
Itapiranga	30 de dezembro de 1953
Mondaí	30 de dezembro de 1953
Passarinhos (Palmitos)	2 de março de 1954
São Carlos	30 de dezembro de 1953
São Domingos	14 de dezembro de 1962
Xanxerê	30 de dezembro de 1953
Xaxim	30 de dezembro de 1954

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A partir da década de 1950, com o desmembramento de Chapecó, os distritos alcançam a emancipação político-administrativa. E a partir daí passam a construir sua própria história. Entretanto, cabe ressaltar que o município de Chapecó permaneceu com o *status* de capital do oeste pela desenvoltura econômica que atinge.

Portanto, o processo de ocupação do território oeste foi permeado por conflitos litigiosos, e o que de fato contribuiu para o aumento populacional foi à atuação das empresas colonizadoras, que motivaram a migração de famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. O que inicialmente constituía um processo de povoamento resultou em uma região economicamente ativa o que será evidenciado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A ECONOMIA COLONIAL DA GRANDE CHAPECÓ ATÉ 1970

Com o aumento da população da região de Chapecó as práticas econômicas passaram a ser desenvolvidas para subsistência, e para comercialização do excedente. Neste capítulo são abordadas as fases econômicas de Chapecó, desde o extrativismo, a produção colonial da formação das agroindústrias - percebendo a simultaneidade e complementação entre os mesmos - ainda a formação e transformação do capital agroindustrial ocorrido de modo gradativo, o papel do estado, os incentivos fiscais, bem como, o contexto político e econômico de Chapecó entre as décadas de 1950 e 1970.

2.1 A formação econômica do oeste catarinense até a década de 1960

Foi a partir da formação do complexo agroindustrial de carnes, em meados de 1940, primeiro no segmento de suínos e depois no segmento de aves, que o desenvolvimento regional ocorreu. Assim, a agroindústria de suínos e a agricultura familiar acabaram dinamizando a economia regional.

Segundo Campos (1987, apud COLLETI, 2009, p. 51), existiram quatro fases de relação entre agricultores e agroindústrias:

I) *produção de subsistência e gestação do pequeno capital comercial* (até a década de 1930): nesse período acumularam-se pequenos capitais com a venda e a comercialização dos produtos dos colonos por mercadorias. Havia uma transferência de renda aos comerciantes, mesmo assim, em razão do solo fértil, houve o desenvolvimento da unidade familiar;

II) *crescimento do capital comercial e sua expansão em busca de excedente camponês* (1935-1945): nesta fase há uma ampliação na base geográfica e na atuação do comércio, pois

verifica-se um número cada vez maior de produtores na atividade comercial, impulsionando novas rotas comerciais;

III) *surgimento do grande capital agroindustrial e a mercantilização da produção camponesa* (1945-1965): com o número elevado de frigoríficos e suínos em larga escala de produção, visando aos produtores não apenas subsistência, havendo assim um excedente para a comercialização;

IV) *processo de monopolização do capital agroindustrial e modernização seletiva da pequena produção mercantilizada* (1965-1980).

Colleti (2009) faz considerações sobre as fases de formação agroindustrial para a região Oeste catarinense, tendo como base o desenvolvimento da suinocultura. Segundo o autor, a fase primeira, refere-se a produção extrativista e de subsistência e formação do capital comercial (1916-1945); seguida da fase de formação do capital agroindustrial e transformação da produção agrícola numa policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura (1945-1965); depois tem o período da monopolização do capital agroindustrial, consolidação do mercado de trabalho urbano industrial na região e modernização da produção agrícola (1965-1983); na sequência o momento da diversificação e ampliação da produção agroindustrial e integração e seleção dos produtores de suínos (1983-1990); e por fim a fase da reestruturação produtiva e implantação da integração no sistema de parceria na suinocultura.

No que tange ao foco temporal do estudo, serão consideradas as três primeiras fases: a primeira contempla a formação do município de Chapecó até a chegada dos frigoríficos de suínos, em 1945; a segunda já corresponde ao surgimento de um número maior de frigoríficos e a agricultura familiar já constitui um sistema baseado na produção de suínos; de 1965 a 1983, representa a terceira fase, refere-se à modernização da agricultura, marcada pelo crescimento do mercado de trabalho urbano e uma concentração de frigoríficos na região como grandes empresas.

2.1.1 Primeira fase: Produção extrativista e de subsistência e formação do capital comercial (1916-1945)

Com a vinda dos imigrantes europeus implantou-se no Rio Grande do Sul, no século XIX, um modelo de produção para consumo e comercialização do excedente. Com a

migração das gerações oriundas destas para o oeste catarinense, essa cultura foi transposta para nova região.

Inicialmente, as empresas colonizadoras que foram alocadas pelo estado de Santa Catarina mediante a necessidade de ocupação do território da região Oeste, tinham como atividade a exploração da madeira e a venda de terras para os colonos. A população nesse período era constituída por pequenos comerciantes, colonos, indústrias madeireiras e um incipiente mercado de trabalho composto principalmente por caboclos.

O desenvolvimento econômico da região de Chapecó esteve alicerçado na família, ou então, baseado na agricultura. No período que nos reportamos, os produtos mais comercializados eram a erva-mate, cultivo comercial do fumo, e a madeira. A indústria madeireira era substancial para o desenvolvimento tanto do mercado de trabalho, por conta da necessidade de mão de obra na tirada do produto até o transporte para os rios, como também para a melhora da infraestrutura da região, como das estradas e na acumulação de capital.

O comércio regional, como já foi destacado, deu-se pela comercialização do excedente por parte das famílias e pela venda por parte dos comerciantes dos produtos não produzidos por estas. As firmas que representavam nesse caso o comércio eram os moinhos, freiteiros e cooperativas de produção. Os suínos, que no futuro seriam o principal produto de comercialização para as agroindústrias, eram criados e quando gordos conduzidos a pé de 3 a 6 km de distância, até chegar ao vilarejo mais próximo onde eram vendidos ou trocados por outras mercadorias no comércio local. A gordura animal, ou banha, era um produto de grande consumo no Brasil, com demanda garantida. Segundo Pertile (2008), as primeiras fábricas de banha do Brasil surgiram ainda na década de 1880 no estado de São Paulo.

A economia da região Oeste foi construída a partir da influência dos ciclos econômicos, que se caracterizavam por representar a base de produção principal da economia do Brasil em determinados períodos de tempo, e estavam inseridos na primeira fase de desenvolvimento entre a agroindústria e a agricultura, que se deu pela produção extrativista, de subsistência e formação do capital comercial (1916-1945). Com os ciclos surgem subciclos para as diversas regiões que o compõem, que se formam a partir da atividade principal nacional.

O oeste catarinense esteve inserido de forma marginal na economia nacional. Inicialmente, ainda no século XVIII, com o ciclo da mineração em Minas Gerais, o abastecimento da região com o gado levado do Rio Grande do Sul implicou a abertura de caminhos na região e a conseqüente formação de pequenos núcleos de povoamento. Já no

século seguinte, a base da economia dos lavradores nacionais estava assentada na exploração da erva-mate, e com o incremento da colonização até meados do século XX, o extrativismo da madeira.

A descoberta do ouro em Minas Gerais, da mesma forma que movimentava a economia do país, também preocupava o governo com a escassez de alimentos de primeira necessidade. Dessa maneira, a atividade da pecuária como fornecedora de alimentos por meio do gado e das mulas de transporte foi de grande importância para o ciclo do ouro. O Rio Grande do Sul passou a ocupar o centro da produção de charque destinado à região mineradora – provendo também de alimentos àqueles que se dedicavam ao trabalho de extrativismo direta ou indiretamente.

Quanto ao oeste de Santa Catarina, surgiram subciclos, ou ciclos regionalizados, como o gado. Esse processo contribuiu para a ocupação dos campos de Santa Catarina, especialmente o oeste catarinense, que era caminho das tropas, iniciando a ocupação dos Campos de Palmas.

As tropas de gado do Rio Grande do Sul com destino às feiras de Sorocaba - SP se deslocavam via Lages – SC, onde havia cobrança de impostos, e isso por sua vez, contribuía para que os tropeiros procurassem novas picadas, desviando-se, assim, das coletorias da província. Dessa maneira, ocorreu a ocupação dos Campos de Palmas e a abertura de novos caminhos, fazendo com que fazendeiros instalassem-se na região, surgindo, dessa forma, pequenas vilas no local de parada dos tropeiros.

Em 1862 iniciou o processo de abertura de uma estrada entre os rios Iguaçu e Uruguai, partindo de Palmas, passando por Campo Erê até a região de Corrientes. Essa estrada seria importante para o transporte de tropas, que eram utilizadas nos cafezais e na mineração.

A fixação dos fazendeiros nos campos do oeste catarinense ocorreu para a criação de gado, iniciando-se o primeiro ciclo econômico pecuário na região. Foi fundamental para a ocupação da área, pois contribuiu para o início de povoações e de novas rotas para o deslocamento de tropas com destino a São Paulo. O desenvolvimento deu-se em pequenos povoados.

Os indígenas, em razão de perseguições sofridas, também foram expulsos. Segundo Renk (1997, p. 33), “a descoberta desses campos não foi tão pacífica quando se poderia supor; havendo, de um lado, o confronto entre indígenas e fazendeiros; e, do outro, a divisão interna, intraclasse fazendeira, concorrendo pela ocupação do espaço”.

O gado criado no oeste catarinense era comercializado como troca por produtos alimentícios principalmente para a Argentina, em Corrientes. No Rio Grande do Sul, por sua vez, além da comercialização com São Paulo, o gado fomentou o desenvolvimento das indústrias de charque, assim como a indústria de aproveitamento do couro.

Nesse viés, o ciclo do gado representou a abertura de novas picadas e o povoamento da região, e através de seu lucro representava garantia para a compra de produtos alimentícios.

Já a fase de exploração econômica dos ervais do oeste catarinense, esteve associada ao Paraná, ao Rio Grande do Sul e à Argentina. O comércio mais frequente era com a Argentina. A erva-mate destacou-se como o produto mais exportado de Santa Catarina nos anos de 1892 a 1906.

Tabela 4: Percentual de participação nas exportações dos produtos em Santa Catarina de 1892 a 1906

Anos	Arroz (%)	Erva-mate (%)	Madeira (%)	Farinha mandioca (%)	Açúcar (%)	Fumo (%)	Café (%)
1892	7,97	13,15	15,88	12,91	5,8	--	13,76
1893	--	--	--	--	--	--	--
1894	5,1	26,58	8,77	20,36	1,75	0,007	4,18
1895	5,21	28,69	8,86	15,28	1,79	0,11	7,47
1896	3,13	20,22	9,42	11,63	6,69	0,07	4,18
1897	2,29	22,99	6,11	12,34	10,56	0,2	8,75
1898	4,16	20,44	5,48	19,68	8,67	0,31	4,2
1899	3,64	21,41	5,84	19,51	8,07	0,54	2,26
1900	2,66	31,32	2,61	15,23	5,09	1,47	1,74
1901	1,56	28,93	4,21	4,51	7,12	2,77	6,1
1902	2,17	27,9	5	3,34	6,87	1,87	7,02
1903	2,99	22,45	5,86	4,93	10,98	1,96	3,68
1904	4,48	18,53	7,05	11,63	6,95	2,31	3,42
1905	4,67	23,76	8,94	4,31	4,05	3,17	3,15
1906	5,03	18,82	9,3	5,25	2,1	1,66	4,79

Fonte: Piazza (1994, p. 60).

De acordo com a tabela, em termos gerais durante o período analisado, a extração de erva mate foi a que mais representou nas exportações em Santa Catarina. Seguido da farinha de mandioca, que entre os anos de 1894 a 1900 se manteve na segunda posição. Para os demais anos, há uma oscilação entre a participação dos produtos. Ainda em termos gerais, a que menos teve expressão nas exportações foi o fumo. No ano de 1893, em razão da Revolução Federalista,¹¹ a economia do estado esteve desorganizada. Dessa forma, não se obteve os dados para esse ano, conforme destacou Piazza.

¹¹ Sucedeu na região Sul do Brasil, após a Proclamação da República uma instabilidade política causada pelos federalistas, que objetivavam autonomia estadual, contrários ao então presidente do estado Júlio Prates de

No oeste catarinense, entretanto, em consequência do contrabando e das dificuldades de fiscalização da extração da erva-mate, torna-se difícil fazer um levantamento de dados precisos. Se no oeste do estado de Santa Catarina o controle de saída de erva-mate não era eficiente, nos estados vizinhos, como Paraná e Rio Grande do Sul, isso acontecia. Segundo Renk (1997, p. 168),

nas primeiras décadas deste século, o que se percebe é que no Oeste Catarinense, as possibilidades de escoamento da erva restringiam-se a três pontos: em direção Oeste, à Argentina, pela fronteira com Dionísio Cerqueira, à estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, e em Cruzeiro (atual Joaçaba).

A extração de erva-mate do oeste catarinense era comercializada para o Rio Grande do Sul graças a posição geográfica da fronteira daquele estado. A exportação se dava também para a Argentina e o Uruguai. Em 1910, segundo Linhares (1969, p. 24), “passou pelo Passo do Bormann (hoje Chapecó), 635.526 kg, e em 1911, aproximadamente 1.181.580 kg”. Esses dados são de erva-mate cancheada, ou seja, erva seca para o soque de beneficiamento. O transporte era feito por mulas, em sacolas de couro, e em pequenas embarcações pelos rios, até o local de comercialização.

Referindo-se ao âmbito econômico, em razão da distância entre o local de produção e o mercado consumidor, o oeste catarinense não passou de um fornecedor de matéria-prima para as indústrias que se instalaram no país e nos estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul, e também Argentina. Esta última, em 1923, importou do Brasil mais de 91.000 kg de erva mate.

Em geral, o caboclo era quem extraía a erva-mate do oeste catarinense, em alguns casos a extração também era feita por imigrantes (GERHARDT, 2006). Essa extração se relaciona a uma atividade nômade e concentrada nas áreas de mata, pois em virtude do intervalo de tempo entre uma poda e outra, havia a necessidade de deslocamento de região. Enquanto o preço da erva-mate era estável, as populações tinham condições de se manter.

Segundo Bavaresco (2005), em 1910 o ciclo da erva-mate atingiu seu ápice; entretanto, a partir daí verificou-se um processo de decadência.

Castilhos. Esse conflito aconteceu entre 1893 e 1895, vencido pelos aliados de Júlio de Castilhos. Ver mais em: FONSECA. In: FRANCO(1993).

A partir de meados de 1920, as indústrias brasileiras de erva-mate, principalmente do estado do Paraná, transferiram-se para a Argentina. Segundo Linhares (1969, p. 32),

a crise atingia, assim, seu grau máximo. Momentos verdadeiramente angustiantes eram vividos pelos exportadores brasileiros de erva mate beneficiada. Completamente desacomodados de qualquer ajuda, alguns deles, em desespero e como pra ver se alvorçavam o patriotismo de nossas autoridades, chegaram ao extremo de transferir para Buenos Aires parte de suas instalações fabris. Era o caminho, tinham já a certeza, para quem quisesse sobreviver.

Em 1927 houve uma tentativa de defesa da indústria brasileira da erva-mate. Foi criado pelo governo de Santa Catarina, com sede em Joinville, o Instituto da Erva-Mate. A instituição visava defender e ampliar o processo de produção. Entretanto, com poucos recursos, o órgão pouco pôde contribuir para superar a crise.

No oeste de Santa Catarina, no auge do período do ciclo ervateiro, verificou-se a extração do produto para a indústria. Nessa área o fluxo comercial era maior, dado o comércio de gado e muares. Nessa região também vieram a se desenvolver pequenas indústrias, porém sucumbiram com a crise do ciclo da erva-mate, que chegou ao final na década de 1920. Com a concorrência com os argentinos, a partir desse período, os ervais em sua maioria passaram a dar lugar à agricultura – principalmente para o cultivo de milho e soja – que apresenta melhor rentabilidade. Embora nem todos os agricultores tenham abandonado a cultura, o cultivo se mantém, principalmente para o consumo de chimarrão e chá (MAFRA, 2008). A atividade de extração da erva mate, pouco contribuiu economicamente para o desenvolvimento da região, uma vez que a atividade era praticada sem a legalização das empresas, havia pouca fiscalização, e a matéria prima em sua maioria cancheada era de baixo valor agregado.

Com a redução do fluxo comercial da erva mate, e com o processo de colonização no oeste catarinense, houve incremento da exploração da madeira, já que o estado aumentou a concessão de terras por meio das empresas colonizadoras, como visto anteriormente. Segundo Rosseto (2006, p. 12),

a colonização se processa principalmente em consequência da expansão da área colonial procedente do Rio Grande do Sul. A frente de expansão agrícola, instalada no noroeste do Rio Grande, foi intensificando seu avanço para o interior de Santa Catarina, composta, em regra, por descendentes de imigrantes, particularmente de italianos.

As madeiras mais nobres eram exploradas pelas empresas colonizadoras, depois disso é que as terras eram vendidas aos colonos. Logo, a indústria madeireira começou a se destacar no oeste.

O desenvolvimento da região dependia de novas famílias que se instalavam nas áreas a serem colonizadas e desbravassem as matas, isso contribuiria respectivamente, para o aumento populacional, e a comercialização da madeira. Nesse ponto, a vinda de colonos do Rio Grande do Sul fez com que isso acontecesse. Segundo Waibel (1979, p. 172), “uma família pioneira começa o ciclo cultural comprando a terra numa área de mata desabitada. Em seguida, derruba e queima a floresta, à maneira dos índios; planta milho, feijão preto e mandioca”. Desse modo, para que as habitações se estabelecessem era necessário derrubar a mata, e isso favoreceu o comércio da madeira.

Assim, na década de 1930, o oeste contava com várias empresas madeireiras. Segundo Bellani (1991), entre 1936 e 1945 o número de registros de firmas madeireiras alcançou um total de 109 estabelecimentos. A maioria dos donos das madeireiras eram os proprietários das empresas colonizadoras e, portanto, foram os empreendimentos ligados diretamente à ação das colonizadoras que nortearam a singularidade da região Oeste nessa época. As principais firmas de atuação na região eram a madeireira da família Bertaso, Madeireira Marafon, Sociedade Madeireira Xapecoense, Firma Migliorini Grando e Cia., Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai, Firma de José Santinelli, Firma de Angelo Sartori e Wallinghaus à L'uble (BELLANI, 1991).

Tabela 5: Registro de firmas no município de Chapecó de 1936 a 1945

Anos	Número de firmas
1936	24
1937	09
1938	09
1939	07
1940	11
1941	09
1942	18
1943	14
1944	07
1945	01
Total	109

Fonte: Bellani (1991)

Em 1936, 22,1% do total das firmas foram legalizadas, e o cenário para os demais anos foi de baixas legalizações de madeireiras (BELLANI, 1991). Isso pode ter ocorrido em razão das exportações da madeira para a Argentina, provocando um desestímulo, e, por conseguinte, uma redução do número de firmas que se inseriram legalmente no mercado da região de Chapecó, e pela série de problemas administrativos enfrentados na época, desde transferências da sede do município até a dificuldade de fiscalização.

As madeireiras faziam uso da abundante matéria-prima que movia a economia local, fazendo surgir ao redor dessas indústrias vilas e núcleos que abasteciam de gêneros de primeira necessidade, fornecidos por pequenos comércios oferecidos pelas empresas colonizadoras.

Segundo Bavaresco (2005), diante dessa dependência de centros maiores que garantiam o abastecimento local, a região Oeste nesse período era periférica. Periferia nesse caso expressa um espaço econômico social que produz produtos primários para a exportação e é suprido por produtos manufaturados. Haja vista que não eram capazes de estimular o desenvolvimento industrial e, dessa maneira, eram dependentes de centros maiores.

A mão de obra utilizada pelos madeireiros era cabocla e de famílias migrantes oriundas principalmente do Rio Grande do Sul. Segundo Poli (1995, p.104)

muitas vezes, o proprietário da serraria, para atrair trabalhadores, oferecia casas para morar, construídas por ele ao redor do pátio da indústria. Os salários pagos eram quase sempre baixos, não ensejando muitas perspectivas de avanço sócio-econômico e, muito menos, de autonomia. As condições de trabalho eram muito ruins. O peão não contava com assistência médica e social nem amparo legal para suas reivindicações. Tinha que se sujeitar às leis determinadas pelo patrão por depender dele em sua sobrevivência. Trabalhava enquanto tinha condições físicas para isso, mas se envelhecesse ou sofresse algum acidente, era “despachado” sem indenização nenhuma e sem proteção ou perspectiva.

As madeiras mais cobiçadas pela indústria e mercado exportador eram araucária, louro e cedro. Segundo o jornal *A Voz de Chapecó*, de 13 de abril de 1947, a exportação ocorria substancialmente para o Uruguai, pois havia uma resistência dos produtores em comercializar a madeira internamente, sendo que o preço da mercadoria para exportação era melhor.

Figura 1: Balsas de transportes de madeira no rio Uruguai – SC



Fonte: imagens do IBGE (1965).¹²

A imagem acima mostra a importância do rio Uruguai no sucesso do comércio da madeira, de modo que, através das balsas era possível que o deslocamento do produto ocorresse até o mercado consumidor.

O preço de comercialização da madeira era baixo, mas a diversidade e facilidade de venda do produto compensava esse fator. Segundo Bellani (1991), em 1939 o preço obtido pelas tábuas de primeira por dúzia em réis era de Rs 55.000, Rs 45.000 por dúzia de segunda e Rs 35.000 por dúzia para a terceira; as tábuas de qualidade superior eram classificadas como de primeira.

As árvores, principalmente cedro, pinheiro e imbuia, eram derrubadas e cortadas em toras, após arrastadas até o rio Uruguai de onde eram formadas as balsas. E desciam rio abaixo, até a Argentina e Uruguai, sendo a madeira comercializada nos Portos de São Tomé,

¹² Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 jul. 2013.

Passo de Los Libres e Itaquí. Assim, o transporte da madeira era realizado pela via aquática, através do rio Uruguai, tornando-se o principal corredor de exportação. Em troca da madeira, os comerciantes adquiriam sal, bebidas, armas, entre outros produtos.

Na Tabela 6 evidencia-se a participação do comércio da madeira nas exportações do estado de Santa Catarina entre 1914 e 1945.

Tabela 6: Principais produtos de exportação de Santa Catarina em percentagens de 1914 a 1945

Produtos	1914	1920	1930	1938	1945
Madeira	8,1	10,5	18,3	27,4	34,3
Têxteis	7,2	8,9	7,5	15,3	14,2
Carvão	--	--	--	2,8	6,9
Far. mandioca	8,2	3,6	3,3	2,7	2,5
Erva-mate	13,2	18,1	20,6	3,4	2,3
Manteiga	8	5,8	5,1	3,3	1,3
Banha	19,4	5,9	12	9,5	7,3
Demais	35,9	47,2	33,2	38,3	31,2

Fonte: Cunha (1995, p. 122).

Percebe-se nesta tabela que o percentual de exportação de madeira foi crescente ao longo dos anos, passando a ser superior ao da erva-mate a partir de 1938, quando esta passou a decair. Assim, com a decadência do extrativismo da erva-mate, a madeira começou a ganhar maior importância, havendo também pela atuação das madeiras, crescimento dos núcleos coloniais. E desta maneira, no período de 1950 surgiram novos municípios no oeste.

Vale ressaltar que a distância do restante do estado e a falta de estradas – já que o estado de Santa Catarina e a administração estadual pouco se interessavam pelo desenvolvimento oeste – justificam as relações comerciais com outros estados e com a Argentina. Segundo Poli (1995, p. 82), “a ação governamental brasileira preocupou-se somente em promover as ações necessárias para garantir a posse do território, sem preocupar-se muito com o desenvolvimento econômico e social do Oeste Catarinense”.

O ciclo da madeira não resultou em acúmulo de capital suficiente para dar lugar a novos setores produtivos. Como principais fatores pode-se destacar a dificuldade do relevo para a extração e beneficiamento, impedindo a instalação de grandes madeireiras; assim, a exploração da madeira se baseou em pequenas empresas. Segundo Grando (2011, p. 27), “salvo raras exceções, esse setor concentrou em adquirir, a preços baixos, as árvores dos agricultores que precisavam limpar a área para fazer o plantio. Estas vendas lhes permitiram gerar algum resultado monetário e amortizar os pagamentos da gleba”.

De qualquer modo, esse ciclo foi importante para os colonos que chegaram a região, pois a madeira era utilizada para a construção de galpões, casas e outras instalações imprescindíveis para a permanência na região.

A decadência da fase da madeira ocorreu com o desaparecimento das florestas nativas do oeste, resultado da intensa exploração das reservas pelas madeireiras, caracterizando-se como um extrativismo predatório, sem haver uma renovação da vegetação. Segundo Cunha (1995, p. b49), “em face da inexistência de política governamental e do imediatismo da exploração, o Estado perdeu parte importante de sua cobertura florestal nativa, sem que a repusessem, mesmo com outras essências”. De acordo com Bavaresco (2005), até o fim do ciclo, a mata nativa da região foi reduzida a apenas 2%.

O desenvolvimento da indústria madeireira na região de Chapecó influenciou no processo de povoamento da região e, por conseguinte, fomentou o aparecimento de uma nova atividade econômica, “sabendo-se que a vida econômica regional era inexpressiva até então” (BELLANI, 1991, p. 91).

A fase agroindustrial inicia a partir do declínio do ciclo da madeira. Entretanto, isso não quer dizer que as atividades ligadas à madeira, ou até mesmo a erva mate, tenham deixado de existir, mas sim, significa dizer que a atividade principal, que norteava a economia naquele período passou a ser pautada na atividade agroindustrial.

O processo de surgimento das agroindústrias ocorreu pela passagem do sistema colonial de produção - tratado aqui, como produção diversificada para subsistência, sem perspectivas de produção para comercialização do excedente para o ramo industrial¹³ - para o surgimento do setor agroindustrial, seguindo a uma tendência do próprio sistema de mercado implantado no Brasil.

¹³ Deve-se esclarecer que os agricultores comercializavam seu excedente, até como forma de troca por outros produtos, mas a produção específica para comercialização só acontece depois com o surgimento das agroindústrias.

Esta fase teve início a partir de 1950, em consonância com as transformações ocorridas na industrialização brasileira¹⁴ no período. Nessa fase houve o surgimento das agroindústrias no extremo oeste e oeste de Santa Catarina, oriundas das atividades ligadas à agricultura.

Esgotadas as possibilidades de sobreviver com a extração e venda de madeiras, os colonos e comerciantes foram levados a buscar e investir em outras atividades. Um dos setores até então posto à margem foi a agroindústria.

Antes mesmo da vinda dos colonizadores, o caboclo já exercia a criação de animais, como o gado para transporte e tração, e de porcos. Segundo Renk (1997, p. 199), “havia um ‘sistema primitivo’ que era o porco alçado, criado exclusivamente com frutos, como a imbuia, pinhão e vegetais e o único cuidado dispensado era o sal”. Os porcos abatidos eram utilizados para a alimentação ou troca. A produção de banha, ainda simplória, era comercializada na Argentina e no Rio Grande do Sul.

Além da criação de animais, outros produtos eram cultivados, como a abóbora e o milho. A maioria dos colonos fazia uso do sistema bastante primitivo, ou seja, derrubar a mata, queimar, em seguida plantar. Com isso abriam clareiras por alguns anos, depois eram deixadas em repouso, surgindo a mata secundária. Enquanto isso, uma nova área era escolhida para ser derrubada. A esse processo era chamado de “rotação de terras” (WAIBEL, 1979).

Com o uso do processo de rotação de terras, houve a separação espacial e econômica da agricultura e pecuária (BAVARESCO, 2005).

Nas colônias era diversificada a produção, gerando um pequeno excedente utilizado para a venda ou troca. Por ser para o colono uma atividade mais difícil o transporte de grãos, procurou ocupar-se com a criação de galinhas e de porcos, principalmente, estes últimos, já que o comércio propiciava ganhos razoáveis, pois a produção exigia investimentos baixos e possibilidades para o transporte. Segundo Grandó (2011, p. 28),

com a dificuldade de transportar grãos, era preferível produzir algo que se movia no caso o suíno. Criavam o porco preto, vulgarmente chamado de Macau ou comum. Os agricultores estruturaram as primeiras criações ao céu aberto. Eles cercavam uma dada extensão de terreno e engordavam os animais conforme a disponibilidade de alimento ou a necessidade de dinheiro. Inicialmente, dada a inexistência de comerciantes, os próprios agricultores e condutores de tropas empreendiam viagens comerciais comboiando tropas de suínos, principalmente para cidades do Rio Grande do Sul.

¹⁴ Mudança nas indústrias automobilística, química fina, elétrica, entre outras.

Conforme os dados mostrados na Tabela 7, pode-se acompanhar a quantidade de suínos produzidos na região Oeste nas décadas de 1920 a 1960.

Tabela 7: Produção de suínos (cabeças)

Ano	1920	1940	1950	1960
Região Oeste	4.381	25.369	39.549	18.979

Fonte: Elaboração própria do autor (Ipeadata).

A produção de suínos foi crescente, entretanto houve uma queda considerável na década de 1960 de 52% em razão da quebra na produção de milho, como pode ser acompanhado na Tabela 8, evidenciando-se a interligação.

Tabela 8: Produção de milho (toneladas)

Ano	1920	1940	1950	1960
Região Oeste	1.317	14.518	72.037	40.645

Fonte: Elaboração própria do autor (Ipeadata)

A produção de milho teve uma queda de 44% no mesmo período considerado para análise de suínos. O que pode explicar essa redução foi a crise econômica brasileira e os problemas sanitários com o rebanho no oeste catarinense (ESPINDOLA, 1999). Problemas também de ordem climática explicam essa situação na década de 1960, como é mencionado no jornal *A Folha do Oeste*, de 11 de janeiro de 1968, disponibilizado pelo CEOM, referindo-se às constantes chuvas que comprometeram a safra de milho do ano, mencionando também a indisponibilidade de tráfego no setor rodoviário, as geadas na data de 12 de outubro de 1966, os períodos de cheia, na década de 1960, abrangendo também o Vale do Itajaí.

A produção de excedentes para o mercado é legado dos migrantes do Rio Grande do Sul. A necessidade de comercialização do excedente, ou seja, a formação de poupança era importante para o pagamento da terra, a aquisição de produtos não produzidos na colônia e aquisição de ferramentas. Nesse contexto surge o importante papel do vendista, ou comerciante (BAVARESCO, 2005).

O comerciante passou a centralizar os negócios que aconteciam nas pequenas vilas. O colono comercializava o excedente de sua produção, como feijão, banha, suíno vivo e fumo, em troca adquiria sal, tecidos, querosene, medicamentos e ferramentas. Na maioria das vezes ocorria essa troca, raramente o colono recebia dinheiro, em algumas ocasiões deixava em conta junto ao comerciante.

Na década de 1940 foi criada a Delegacia Regional de Polícia em Chapecó e o Departamento de Estradas e Rodagem. No final do ano de 1949, segundo o jornal *A Voz de Chapecó*, datado de 12 de março de 1950, foi instalado um posto agropecuário, onde eram vendidos arados, tratores e maquinários. Em razão desses estabelecimentos, mais colonos migrantes chegaram, aumentando o contingente habitacional e como consequência, da produção de cereais e suínos.

A suinocultura tornou Santa Catarina um dos principais estados abastecedores dos frigoríficos instalados em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Considerando também que nesse processo surgiram, em 1940, frigoríficos no Vale do Rio do Peixe, como a Sadia e a Perdigão. A partir da década de 1950, surgiram frigoríficos em Chapecó, onde encontraram considerável oferta de matéria-prima. Com isso, houve uma mudança na dinâmica de produção praticada desde a colonização, baseada na organização familiar, tendo uma relação com os comerciantes locais, passando agora para uma relação entre o capital industrial e o bancário.

2.1.2 Segunda fase: Formação do capital agroindustrial e a policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura (1945-1965)

Nessa fase foram substituídas as culturas até aqui mencionadas – erva-mate, madeira e fumo – pela atividade suinícola. Também houve um crescimento da migração para a região, conforme pode ser observado na Tabela 9.

Tabela 9: Saldo migratório populacional do Rio Grande do Sul para oeste catarinense

Período	Total	%
1920 a 1940	10.340	7,2
1940 a 1950	22.801	15,9
1950 a 1960	48.664	33,9
1960 a 1970	61.730	43,0
Total	143.535	100,0

Fonte: Campos (1987, p. 102).

De acordo com a tabela, o número de migrantes do Rio Grande do Sul para o oeste foi crescente ao longo das décadas. O que pode se considerar é que, a partir da década de 1970, o fluxo permanece crescente, entretanto, além da migração para colonização, em busca de terras férteis, e produtivas, os rio-grandenses visam também ocupação no mercado de trabalho, ou seja, o foco de migrantes passa a ser, com o passar das décadas, se estabelecer na zona urbana também, graças ao aumento da oferta de empregos nas agroindústrias, e outros ramos ligados a esta.

O crescimento da demanda por produtos alimentícios, que têm ligação com a política de substituição de importações do governo Vargas, impulsionou a expansão e a geração de lucros para o oeste catarinense. Aliado a isso, o desenvolvimento da malha rodoviária entre Chapecó e Joaçaba, junto à estrada de ferro, que permitiu o acesso dos produtos da região aos grandes centros consumidores no sudeste do país, consolidando a suinocultura como atividade principal das famílias. Todo trabalho realizado estava subordinado e movido pela produção de suínos.

Figura 2: Suíno pesando mais de 450 kg, na cidade de Chapecó



Fonte: Arquivos do Ceom (UnoChapecó).

A Figura 2 mostra as características dos suínos anterior à formação do complexo agroindustrial. Eram animais de alto peso para a produção de banha, produto com demanda elevada.

A suinocultura passou a englobar um mercado determinado pelas agroindústrias que dominam a cadeia produtiva.

Segundo estudo do Ceag - SC (1978, p. 67),

na década de 40, quando se instala uma empresa de porte maior e se desenvolvem as demais, cresce a demanda por matérias-primas agropecuárias. Estende-se a fonte de fornecimento de suínos. As empresas estabelecidas no Oeste buscam na região do Vale do Itajai a matéria prima complementar, enquanto a empresa ali localizada também passa a exigir, ainda mais, da mesma fonte.

A indústria e a suinocultura impulsionaram a mudança de acumulação, e o desenvolvimento do capital comercial em capital industrial.

A partir da década de 1940, Santa Catarina, na região do Vale do Rio do Peixe, iniciou propriamente o desenvolvimento das agroindústrias com a Perdigão fundada em 1940 em Videira, posteriormente outras surgiram. Na década de 1950, na região Oeste, a concentração do capital madeireiro e comercial deu origem à indústria de carnes, a partir disso, ao complexo agroindustrial (GOULART, 2007) com a Indústria e Comércio Chapecó (1952).

Com esse avanço industrial, as cidades-polos se sobressaíram, passando a se constituírem, assim, pela dinâmica das agroindústrias.

2.1.3 Terceira fase: Monopolização do capital agroindustrial e a modernização da produção agrícola (1965-1983)

Essa fase compreende as décadas de 1960 a 1980, quando o capital agroindustrial determinou a dinâmica da produção regional, a ampliação dos centros urbanos que possuíam as agroindústrias e a modernização da agricultura.

Nesse período, a oferta de suínos era crescente e as agroindústrias objetivavam ampliar o leque de produtos e incorporar novos mercados internos e externos, havendo assim uma convergência de interesses entre as agroindústrias e as famílias.

O complexo agroindustrial formado também teve viabilização do Estado brasileiro com a criação de políticas de créditos agrícolas por meio da constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), políticas de pesquisas e extensão rural por meio da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), da Embrapa, e em Santa Catarina, em 1975, foi criado o Centro Nacional de Suínos e Aves da Embrapa na cidade de Concórdia (FERRARI, 2003).

O surgimento de novas raças e o melhoramento genético de suínos implicou a distinção nos seus preços. Eram comprados das famílias produtoras a um preço melhor, com contrato feito entre as empresas e os suinocultores, garantindo a venda da produção para a empresa, esta lhes oferecia assistência da também chamada “produção integrada”.

Na região Oeste, a formação do capital agroindustrial teve início com seis empresas: Perdigão, em Videira, Aurora e Chapecó Alimentos, em Chapecó, Sadia, em Concórdia, Seara na cidade de Seara e Ceval em Gaspar. Sua consolidação ocorreu por fusões e aquisições de

fábrica de rações, moinhos e frigoríficos (ESPINDOLA, 1999), também por meio do uso em benefício das políticas de crédito e da extensão rural fornecida pelo estado.

2.2 Evolução do capital agroindustrial para a região Oeste e os fatores econômicos de ordem nacional até a década de 1970

O setor da suinocultura é instaurado em Santa Catarina a partir da ocupação do Vale do Itajaí em 1850, com a ocupação pelos imigrantes europeus. As colônias baseavam sua produção para a subsistência familiar, produzindo principalmente aves, grãos, porcos, entre outros.

Muitos descendentes de italianos, vindos do Rio Grande do Sul, no século XX, almejavam ser comerciantes no oeste catarinense (ESPINDOLA, 1999), baseavam-se em comerciantes paulistas e rio-grandenses e dedicavam-se a fazer o intermédio entre a pequena produção mercantil e os mercados maiores das cidades do Centro-Sul.

Entre os pequenos agricultores, a diferenciação era motivada pela expansão da produção de suínos (ESPINDOLA, 1999). Havia a produção, mas mercado comprador não. Tratando-se de um sistema de mercado oligopsônico, em que há poucos compradores e inúmeros vendedores, isso favorecia o acúmulo de capital aos comerciantes, que despontavam em relação aos demais do Rio Grande do Sul, São Paulo, entre outros.

A estrutura de mercado no Brasil na época para os produtos agrícolas era de oligopólios-oligopsônios, visto que as empresas compravam toda a produção dos agricultores a preços baixos e a revendia aos consumidores a um preço mais elevado. Rangel (1985, p. 90) complementa:

Noutros termos, manipulando os preços ao produtor, e submetendo este último a condições erráticas de comercialização, o oligopsônio-oligopólio deprime e desorganiza continuamente a produção, tornando-a escassa; apoiado numa demanda, a qual deixa indefeso o público consumidor, para impor a estes preços extorsivos, perenemente em alta, e em sua esteira todo o sistema nacional de preços.

Ainda na década de 1930, os comerciantes para ampliarem seus lucros e ganharem mais mercados nas cidades, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, entre outras

– já que, nesse período, com a crise econômica mundial e o fechamento do mercado externo, havia possibilidade de produzir para o consumo interno aquilo que antes era importado, ampliando, assim, uma reserva de mercado para os substituidores de importações –, passaram a instalar o beneficiamento local de certos produtos agrícolas, agregando também maior valor.

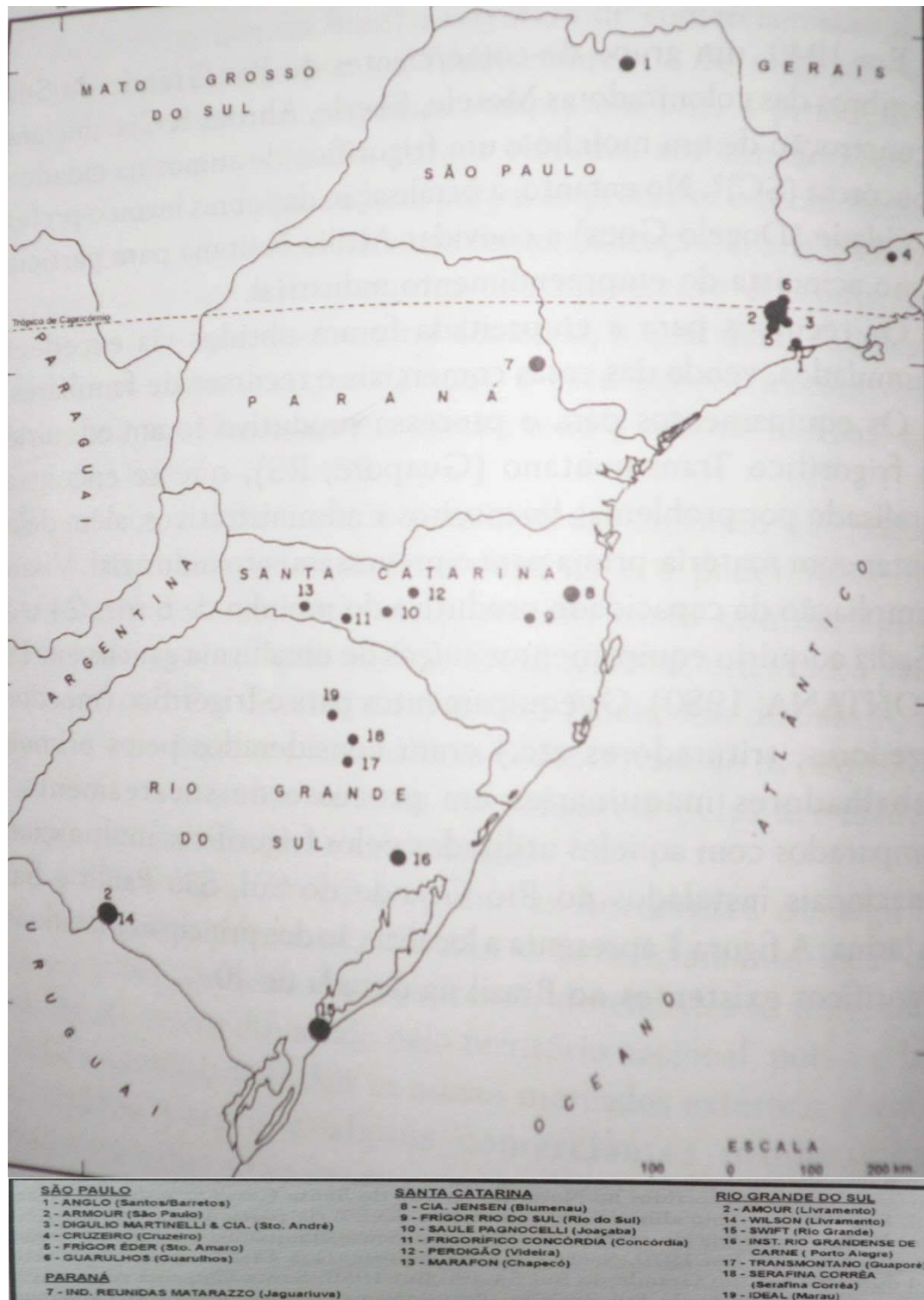
Após 1930, os produtores de suínos da região de Rio do Peixe se deslocaram para a região Oeste, que estava iniciando sua colonização. Juntamente com a produção de suínos, a produção de milho¹⁵ foi ampliada com a vinda dos migrantes do Rio Grande do Sul, dinamizando a região Oeste para a atividade da suinocultura. Mais precisamente entre 1935 e 1945 a suinocultura transformou-se na principal atividade comercial da região.

A crescente oferta de suínos estimulou o surgimento de frigoríficos, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960. Essa, com o tempo, centralizou a produção no oeste catarinense, principalmente Chapecó, inicialmente na suinocultura, posteriormente, na década de 1970, na avicultura.

Os equipamentos para o processamento produtivo dos frigoríficos eram a maior parte importados, ou às vezes até considerados sucatas, quando comprados de outros frigoríficos, principalmente do Rio Grande do Sul (ESPINDOLA, 1999).

¹⁵ Como já mencionado anteriormente, um dos principais produtos agrícolas das décadas de 40, 50 e 60 era o milho, que fomentava a criação de suínos.

Mapa 10: Frigoríficos instalados no Brasil até 1940¹⁶



Fonte: Espindola (1999, p. 28).

¹⁶ No mapa acima tirado de Espindola (1999), faz-se a ressalva de que o Frigorífico Ideal segundo pesquisas realizadas esteve localizado em Serafina Correa/RS, e não em Marau/RS, como está demonstrado.

No mapa verifica-se que até 1940 o estado do Rio Grande do Sul possuía sete frigoríficos, Santa Catarina e São Paulo já possuíam seis. No estado catarinense, os frigoríficos estavam localizados em Blumenau (Cia. Jensen), Rio do Sul (Frigor Rio do Sul), Joaçaba (Saule Pagnocelli), Concórdia (Frigorífico Concórdia), Videira (Perdigão) e Chapecó (Frigorífico Marafon), este mais tarde seria vendido ao Grupo Chapecó, compreendendo o Frigorífico Coopercentral Aurora.

A mão de obra era oriunda de outros frigoríficos instalados no Rio Grande do Sul e também do meio rural. Alguns, como o Grupo Sadia, usavam mão de obra especializada, vinda da Europa e dos Estados Unidos. Os funcionários desenvolviam várias tarefas, desde reparo de máquinas até carpintaria. Havia uma pequena divisão do trabalho. Os frigoríficos desenvolviam um processo de flexibilização da mão de obra.

A oferta de suínos por parte dos agricultores concentrava-se nos meses de setembro, outubro e novembro, e nos demais períodos havia ociosidade no maquinário. Para dirimir esse problema, foi implantado na década de 1950 o “sistema de integração” dos pequenos produtores rurais. Esse sistema foi criado nos Estados Unidos também na década de 1950, caracterizando-se pelo fornecimento de insumos e assistência técnica para os animais por parte da empresa, e os produtores ficavam responsáveis pelas instalações e se comprometiam comercializar a produção para a empresa.

A preocupação com a conquista e solidificação de mercado impulsionava a especialização dos produtos com alto grau de qualidade e elaboração, como salame, presunto, entre outros. Já que, os frigoríficos da região teriam de concorrer com as multinacionais e as nacionais que fabricavam esses produtos elaborados.

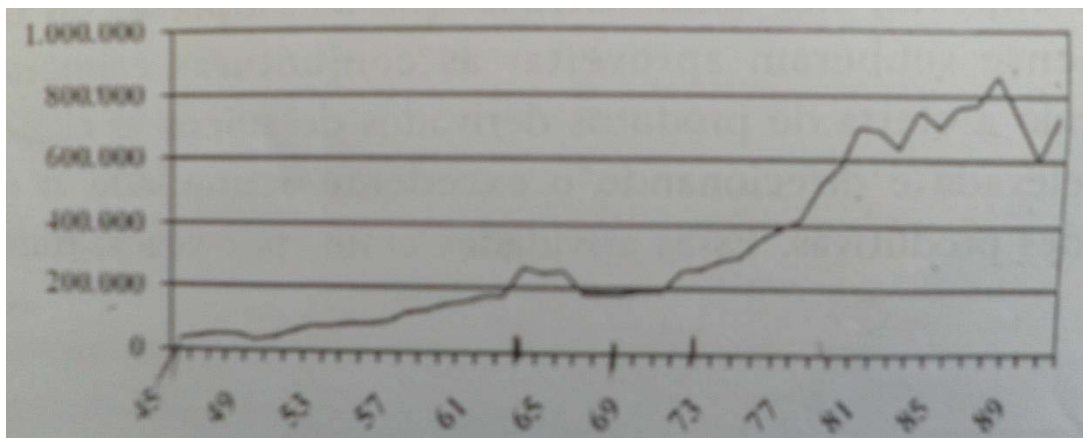
Entre as décadas 1940 e 1950, uma das dificuldades das agroindústrias foi o escoamento dos produtos para São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que o transporte ferroviário no oeste catarinense não era capaz de transportar produtos que careciam de refrigeração, e pela via de transporte rodoviário carecia de estradas. A partir da década de 1960, as agroindústrias passam a investir em transporte aéreo para suprir a deficiência do terrestre.

A partir da década de 1950 até a de 1960, a indústria nacional passou por modificações, com instalação de indústria de material elétrico, química, automobilística, etc. Esse crescimento foi orientado pelo Plano de Metas, que obteve um crescimento industrial de 11,2% ao ano, entre 1957 e 1962 (RANGEL, 1985).

A ampliação das atividades industriais, a diminuição dos abates de suínos pelos frigoríficos multinacionais e nacionais instalados em São Paulo e arredores e a aceleração da urbanização (BENÍTEZ, 1979) expandiram o abate de suínos dos frigoríficos já atuantes, como a Sadia e a Perdigão, e fomentaram o surgimento de novos frigoríficos na região Oeste: Chapecó (1952), Seara (1956), Itapiranga (1962), Reunidas Ouro (1960), Unifrico (1963).

Por exemplo, durante o período de 1945 a 1949, em virtude da crise econômica brasileira e dos problemas sanitários com o rebanho no oeste, o frigorífico Sadia Concórdia teve uma redução no número de suínos abatidos. Segundo Espindola (1999), a média desses cinco anos foi de 43.348 suínos abatidos contra 71.763 entre 1950 e 1955, e 130.300 entre 1956 e 1960. O aumento nesse período foi em razão do período chamado “milagre econômico”, sucedido no Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek.

Figura 3: Abate de suínos da Sadia Concórdia



Fonte: Espindola (1999, p. 31).

Entretanto, a crise instaurada no início da década de 1960 forçou a diminuição na quantidade de suínos abatidos. De 180.927 abatidos em 1962, decaiu para 145.758 em 1964. Já em 1966 há uma recuperação da produção em razão da melhoria do estado econômico nacional.

Todo excedente acumulado pelos frigoríficos era reuplicado em novos investimentos, como ocorreu durante a década de 1950 com a Panzoni Brandalise S. A., que mudou a razão

social para Perdigão S.A., implantando novas fábricas de rações e frigoríficos em Videira (1952). Em Chapecó, o empresário Plínio Arlindo de Nês instalou frigorífico de suínos em Chapecó, o frigorífico Chapecó, ou seja, souberam tirar proveito das boas fases econômicas vividas pelo Brasil, ampliando os negócios e a oferta de produtos oriundos da produção de suínos.

As agroindústrias instaladas na região Oeste distinguiam-se das demais multinacionais e nacionais instaladas nas outras regiões do país, pois as últimas especializaram-se na produção de carnes e enlatados oriundos de bovinos, ao passo que as primeiras trabalhavam com processos diferentes de produtos, como presunto, salame, etc., e especializaram-se em animais de pequeno porte, como suíno e, mais tarde, aves. Os frigoríficos do Rio Grande do Sul tinham uma menor oferta de suínos para a produção, se comparados aos do oeste catarinense.

Quanto aos frigoríficos multinacionais, segundo Mamigonian (1976, p. 13),

[...] perderam as vantagens que tinham. Monopolizando anteriormente o mercado, não modernizaram suas instalações de abate e industrialização, aumentaram suas remessas de lucros para o exterior, em vista da pressão nacionalista do período de 1950-64, e passaram a trabalhar com capital de giro, obtidos de empréstimos bancários.

Em razão da crise de 1962 a 1967, houve baixo crescimento industrial, situação de superinvestimento e capacidade ociosa (RANGEL, 1985). Segundo Mamigonian (1976, p. 13), “os frigoríficos estrangeiros da cidade de São Paulo e Barretos, que haviam abatido 705 mil bovinos em 1955, reduziram seus abates em 1963 a 456 mil, isto é, 35% menos”. Já no oeste a redução no número de suínos abatidos foi de 20% (ESPINDOLA, 1999).

Em consequência da crise na oferta de bovinos e suínos no mercado, os frigoríficos do oeste de Santa Catarina investiram na produção de frango pelo sistema de produção integrada com os agricultores, almejando também novos mercados. O preço da carne de frango historicamente esteve sempre abaixo, pela metade, da carne bovina de segunda. Então, com a redução do poder de compra da população brasileira em razão da crise, outras carnes tiveram aumento de consumo. Em virtude disso, de 1962 a 1967, em plena crise econômica, o setor de abate de aves teve um grande crescimento (ESPINDOLA, 1999). O incremento na demanda por carne de frango fomentou o melhoramento genético dos plantéis.

No ano de 1964, após o golpe militar, é criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Esse plano visava aumentar a carga tributária, cortar gastos públicos, arrochar salários e conter o crédito (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO, 2010). A inflação era o foco para o controle da época, a qual derivava do “excesso de demanda” e também dos produtos agrícolas ofertados a partir de um mercado oligopsônios-oligopólios. As medidas adotadas pelo Paeg originaram uma crise nas empresas, desencadeando em concordatas e falências. “No setor de alimentos, 27 empresas solicitaram insolvência no primeiro semestre de 1964. Entre 1964 a 1966, o número de falências e concordatas requeridas por empresas dos ramos alimentícios e de vestuário foi acima do seu triplice” (ESPINDOLA, 1999, p. 38). As agroindústrias aproveitaram dessa conjuntura para adquirir comércio que garantisse a infraestrutura na produção e fazer incorporações que aumentassem o poder de mercado.

No período de 1968 a 1973, em razão do chamado “milagre brasileiro”, houve recuperação das empresas graças às novas medidas político-institucionais, como a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o sistema funcional de crédito ao consumidor, o incentivo às exportações, as reformas fiscal e financeira e a criação do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (ABREU, 1990). Pode-se considerar que essa melhoria no setor agrícola também é resultado da criação no ano de 1965 do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (Funagri), linhas de financiamento para a indústria, como o Financiamento a Pequenas e Médias Empresas (Fipeme), Programa Agroindústria (Pagri) e do Fundo de Democratização do Capital das Empresas (Fundece).

De fato, o que houve foi que no período de 1967 a 1973 o Brasil viveu uma conjuntura extremamente favorável. A inflação também tem baixado nesse período, passando de 88,4% em 1963 para a casa de 15% em 1971 (RANGEL, 1985).

No que se refere ao setor de alimento, as taxas de crescimento chegaram a 9,1% (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO, 2010), isso impulsionou ainda as empresas a ampliarem a diversificação dos produtos. Para isso importaram máquinas mais modernas dos Estados Unidos para desenvolver novos produtos, mais elaborados e com maior agregação de valor, como quibes, almôndegas, hambúrgueres, focados no mercado interno (ESPINDOLA, 1999).

Em 1973, ciente da crise mundial instaurada a partir do choque do petróleo, o governo militar implantou, em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que tinha como

lema: “Crescimento a qualquer custo”. Esse plano visava fomentar o desenvolvimento dos setores de bens de capital, de insumos, modernização e reorganização de agroindústrias, novos mercados para exportação de bens manufaturados – para isso, criou o programa Benefícios Fiscais às Exportações (Befiex) (BELIK, 1992).

A partir das estratégias de ordem nacional, coube aos governos estaduais criarem mecanismos de incrementar a indústria. No final de 1975, o governo de Santa Catarina criou, pela lei nº 5.159, o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresa (Procape) em substituição ao Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Fundesc). Com isso foi possível alavancar novos investimentos produtivos para as agroindústrias.

Em Chapecó, a instalação da Sadia Avícola contou com o financiamento do Fundesc (ESPINDOLA, 1999). Outras empresas do gênero também aproveitaram o ciclo da economia brasileira para ampliar e diversificar a produção: o Frigorífico Chapecó instalou um abatedouro de aves em Xaxim - SC em 1974; o Grupo Perdigão criou novas fábricas de couro na cidade de Novo Hamburgo - RS e em Franca - SP em 1973, em 1974 implantou unidades produtoras de rações em Joaçaba - SC e incorporou o Frigorífico Unifriço de Salto Veloso - SC em 1976. A Cooperativa Central Oeste Catarinense, com a marca Aurora, constituída em 1969, em Chapecó, iniciou o abate de suínos em 1970.

Esse processo de expansão e acumulação de capital das agroindústrias foi resultado de condições históricas naturais, empresariais e econômicas. O Estado contribuiu direta e indiretamente na solidificação do complexo agroindustrial, como será discutido a seguir.

2.3 O papel do estado e os incentivos fiscais no desenvolvimento das agroindústrias

O oeste catarinense passa a ganhar destaque no cenário econômico e político de Santa Catarina a partir da década de 1930, em razão do aumento considerável da população, ampliação da produção mercantil, oferta local e nacional de produtos alimentícios e desmembramentos e criação de vários municípios.

Durante a primeira fase de ocupação da região Oeste (1916-1930), a base política do estado de Santa Catarina era constituída por comerciantes, exportadores e importadores do

litoral, principalmente do Vale do Itajaí. A partir desse período, a estrutura de mercado oligopsônico dos comerciantes da região Oeste fomentou a ascensão no quadro político. Atílio Fontana, coronel Passos Maia, coronel Bertaso, entre outros (HASS, 2003), passaram a ter influência de ordem estadual e a usar a máquina administrativa na melhoria das condições de vida local. Portanto, o estado de Santa Catarina estrategicamente estava incrementando a modernização econômica.

Plínio Arlindo de Nês, presidente do Frigorífico Chapecó, foi prefeito (1956-1961), deputado estadual (1963-1966), secretário estadual da Secretaria do Oeste no governo Colombo Salles e presidente do Badesc (1976-1979). No seu mandato à frente do Badesc, financiou uma base de frigorífico em Itajaí para armazenar produtos para exportação e priorizou a eletrificação rural.

Outros presidentes e líderes de empresas da região também assumiram cargos políticos e participaram nas decisões de natureza econômica e política, interferindo no desenvolvimento da região (cf. HASS, 2000).

O governo de Santa Catarina no período de 1930 a 1945 esteve focado em introduzir um sistema de infraestrutura (sistema de esgoto, estradas de rodagem, etc.) capaz de sustentar a modernização econômica via ampliação das atividades da indústria no nordeste catarinense e modernização das atividades das agroindústrias no oeste. Em nível nacional, o governo brasileiro incrementou o chamado “Programa de Substituição as Importações” (PIS), que objetivava desenvolver e solidificar o setor industrial brasileiro.

No que tange ao estado de Santa Catarina, o primeiro plano para o desenvolvimento agroindustrial surge em 1937, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai) pelo Banco do Brasil. Essa carteira de crédito visava ampliar os financiamentos agrícolas e os empréstimos em projetos voltados para as agroindústrias. Em nível nacional, em 1943 foi implantada a Política de Preços Mínimos para a agricultura, que dava uma margem de garantia de renda com a produção agrícola.

Após a década de 1950, o governo brasileiro passou através do Plano Salte e o Plano de Metas de JK a ter mais preocupação com o setor agroindustrial. De acordo com Belik (1992, p. 63), “as metas selecionadas para o segmento de alimentação do Plano de Metas de JK eram em número de seis: trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes”. Embora se tenha tentado, não foi possível alcançar todos os objetivos (ESPINDOLA, 1999).

No governo de Getúlio Vargas, 1951, outras políticas foram tomadas objetivando incentivar a instalação de frigoríficos na região Central do Brasil (Campo Grande, Teófilo Otoni, entre outros) (MAMIGONIAN, 1976).

No âmbito do estado de Santa Catarina, no período de 1951 a 1956, no governo de Irineu Bornhausen, foi criado o Plano de Obras e Equipamentos (POE), que canalizava recursos públicos em investimentos em energia elétrica, estradas de rodagem, saúde, educação e agricultura; entretanto, o POE tinha metas que não foram cumpridas pela falta de experiência em planejamento e de um aparato institucional (GOULART, 2007). Irineu Bornhausen, no ano de 1953, criou a Secretaria da Agricultura, que antes estava vinculada à Secretaria de Viação e Obras Públicas. Ainda nesse governo foram constituídos pontos de vacinação de suínos e construídos silos. Posterior a este, no governo de Jorge Lacerda e Heriberto Hülse, foi feita a interligação da região Oeste com o litoral catarinense.

Em 1961, no governo de Celso Ramos, foi criado o Plano de Metas do Governo (Plameg), oriundo de um seminário socioeconômico, que tratou de temas como crédito, agricultura, educação, transporte, carvão, madeira, pesca, energia elétrica, integração do Oeste. O Plameg objetivava montar uma política para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina. Diante disso foram criados o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), a Secretaria de Negócios do Oeste e as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc).

A Secretaria de Negócio do Oeste teve um papel importante para o desenvolvimento da região. Entre os anos de 1950 e 1960 a instalação de pequenas indústrias, comércio, e aumento da demografia, fez com que novas demandas por infraestrutura surgissem. Não só necessidades internas, como também, infraestrutura de escoamento da produção do período. A distância da capital do Estado, e a falta de investimentos públicos suscitaram diversas reclamações e insatisfação da população habitante. Tanto é que em 1962 desencadeou-se na região um movimento pela criação do Estado do Iguaçu. De forma a amenizar este conflito, foi criado em 17 de agosto de 1963, pela Lei Estadual nº 3.283, pelo então Governador Celso Ramos, a Secretaria de Negócios do Oeste.

A secretaria ficou sediada na cidade de Chapecó, e respondia por 31 municípios. E passou a priorizar ações e obras que faltavam na região, com estradas, escolas e energia elétrica, servindo de apoio para o crescimento econômico (CASSOL, 2013).

Em nível federal, a partir do golpe militar de 1964, foram criados novos instrumentos que garantiram inovação em matéria de política agrícola (ESPINDOLA, 1999). É criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o Fundo Geral para a Indústria e Agricultura

(Funagri), o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg). O Funagri, segundo Belik (1992), unia recursos oriundos de entidades nacionais e internacionais, canalizados pelo Banco Central. A partir de 1967 a conta desse fundo foi vinculada ao SNCR, tornando-se um dos principais pontos para o processo de modernização da agricultura brasileira. Após 1967, foram criados outros fundos, fragmentados de acordo com as especificidades, como o Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária (Fundepe), Programa Nacional do Alcool (Proalcool), Programa Nacional de Armazenagem (Pronazem), Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (Fundag) (BELIK, 1992). Em 1966 foi criado o Fundo Nacional para Exportação (Finex), que garantia capital de giro e financiamento para as empresas exportadoras. O fundo trabalha fazendo adiantamento das receitas com vendas para o exterior.

Em 1957 foi criada a Associação ao Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), que além de garantir de forma gratuita a assistência técnica aos pequenos e médios agricultores também ofertava crédito. Para isso tinha convênios com o Besc Banco Mercantil, Banco do Brasil e BRDE. Este último, por sua vez, era o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, criado em 1961, para garantir financiamentos ao setor industrial, suinícola e, posteriormente, avicultura. Em 1963 foi criado o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Fundesc). Este, por sua vez, garantiu às empresas um desconto de 10% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), sob a garantia de aplicar esse abono em projeto de modernização e implantação de unidades industriais. Entre 1970 e 1978 o oeste catarinense obteve cerca de 30% do total de recursos liberados junto ao Fundesc (ESPINDOLA, 1999).

O Funagri, a partir da década de 1970, tornou-se o maior fundo de financiamento do setor agroindustrial (ESPINDOLA, 1999). Nesse molde foi desenvolvido o processo de modernização da agricultura de Santa Catarina.

Em 1975 foi lançado no Brasil o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II), que objetivava desenvolver a indústria de base e garantir maiores exportações de produtos manufaturados. Para isso, o governo federal lançou o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (Procape) em 1975, que veio substituir o Fundesc. Nesse sentido, foram apoiados e reforçados os programas de pesquisa, assistência técnica, extensão rural e expansão da rede elétrica, sendo esta uma iniciativa do estado.

O Procape, apenas para a região de estudo, desembolsou, entre 1975 e 1979, U\$\$ 51.057,00 para a Sadia Chapecó, U\$\$ 65.609,00 para a Indústria Chapecó, U\$\$ 82.831,00 para a Seara de Xanxerê (Relatório PROCAPE, 1991).

Junto ao Procape foi criado o Banco do Estado de Santa Catarina (Badesc) em 1975 (GOULART, 2007). Esses implementaram vários projetos para o setor agroindustrial.

De modo geral, a política de desenvolvimento do setor agroindustrial surgiu tanto em nível de Estado nacional como estadual a partir de 1960. Esta foi baseada na criação de instrumentos de desenvolvimento, como criação de linhas de crédito, incentivos fiscais, entre outros, permitindo o desenvolvimento das agroindústrias.

2.4 A modernização agrícola no início do século XX no Brasil

Quando se contempla a instalação do complexo agroindustrial no Brasil, ou seja, o setor que transforma ou processa matérias-primas agropecuárias em produtos elaborados, faz-se necessário analisar todo o processo de mudança e modernização no setor da agricultura no Brasil, responsável pelo aumento da produção que garantiu o crescimento do setor agroindustrial.

O processo de modernização da agricultura ocorreu substancialmente após o término da Segunda Guerra Mundial, baseado numa nova estratégia de imperialismo monopolista ou oligopolista, em que os Estados Unidos firmaram sua liderança no mundo capitalista.

Nesse período ocorreram transformações como a expansão da economia mundial, especialmente dos países com maior nível de industrialização; maior poder de controle das grandes corporações multinacionais ou transnacionais sobre a economia mundial; solidificação do capitalismo monopolista e internacional (por meio do monopólio das multinacionais); avanço científico e tecnológico, com o surgimento no mercado de novos produtos, cada vez mais elaborados e sofisticados; crescimento das grandes corporações e de filiais em países menos desenvolvidos, ampliando a integração econômica mundial, com grande influência das corporações transnacionais.

A partir de 1950 as transformações especialmente no setor agrícola se tornaram mais evidentes. Grande parte da força humana de trabalho até então empregada nas tarefas de lavoura e da pecuária transferem-se para outros setores de atividade; o crescimento agrícola foi mais lento que o crescimento industrial, especialmente no Brasil, no período de 1963 a 1977, a indústria cresceu 221%, o setor terciário 189%, ao passo que o setor primário cresceu

apenas 93%; o crescimento no que tange o setor tecnológico para a agricultura também foi mais tardio, de qualquer modo, essa aconteceu, passando de uma agricultura tradicional para uma moderna, em que a tradicional baseava-se no uso intenso dos recursos naturais – fertilidade do solo e da mão de obra familiar –, já a agricultura moderna apoia-se na utilização de máquinas, equipamentos, insumos, técnicas mais aprimoradas, derivando numa maior racionalização do empreendimento; o progresso técnico-científico, mais orientado para a indústria que pela agricultura; a difusão do padrão de consumo norte-americano para outros países, primeiro a Europa, a seguir a América Latina e depois a Ásia e África.

O novo modelo de consumo passa a estar baseado na proteína animal, e não mais na vegetal, isso faz com a produção de aves e outros animais aumentem. Para que isso seja possível, careceu-se de investimentos em pesquisa em melhores sementes, como do milho e soja.

Em meados do século passado, esse padrão de consumo e produção estava inteiramente consolidado nos Estados Unidos. E partir disso, os grupos econômicos norte-americanos e o governo exportam esse padrão de produção e consumo para a Europa, que ainda enfraquecida com o segundo conflito mundial tenta se reerguer. Nesse contexto e em razão do crescente consumo mundial, o Brasil também principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970 passa a adotar esses padrões.

As transformações nos modos de produção ocorrem também em razão da chamada Revolução Verde. Este programa almejava o aumento da produtividade agrícola no mundo por meio de melhorias da genética vegetal para a criação e a multiplicação de sementes adaptáveis às diferentes condições de clima e solo, e resistentes a pragas e doenças, bem como técnicas agrícolas mais eficientes e modernas.

O programa foi inicialmente patrocinado e criado pelo grupo econômico Rockefeller, sediado em Nova York, nos Estados Unidos. Esse grupo atuava em diferentes frentes de negócio, como no setor industrial possuía empresas que fabricavam máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos e fertilizantes; no setor financeiro possuía um dos maiores bancos privados do mundo, o Chase Manhattan Bank, um dos maiores credores do Brasil; no setor comercial eram sócios da Cargill que, por sua vez, era uma das maiores comercializadoras de grãos do mundo (CASTRO, 1979).

A ação substancialmente está focada em implementar ações na infraestrutura da produção, principalmente no que se refere a adubos, equipamentos e sementes, e também na

integração e controle dos produtores por meio do direcionamento ao crédito rural e assistência técnica.

No Brasil, em 1943, o então chefe do grupo Rockefeller, Néelson Rockefeller, em visita ao país, criou três empresas do grupo: a Cargill, atuante principalmente na fabricação de cereais e fabricação de rações; a Empreendimentos Agrícolas (EMA), ligada à fabricação de equipamentos para a lavoura; a Agrocerec, voltada para produção de semente de milho híbrido e pesquisas genéticas. As empresas Cargill e Agrocerec ainda estão em atividade, enquanto a EMA não foi obtida informações quanto a sua existência atual.

Por influência da Fundação Rockefeller na década de 1950, no estado de Minas Gerais foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), que visava implantar e orientar novas técnicas de cultivo para com os produtores rurais. A partir da Acar, outros organismos foram criados em outros estados brasileiros, como no Rio Grande do Sul, com a criação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar). E no ano de 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), que visava dar mais apoio ao processo de modernização da agricultura. Este órgão contou com o apoio da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), instituição norte-americana (BRUM, 1988).

No Brasil, para atender às exigências para o avanço da modernização, foi criada em 1971 a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e sua atuação sofreu influência dos centros internacionais.

Ainda na década de 1970 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), cujo objetivo era dinamizar o atual sistema de assistência técnica e extensão rural. E cada estado passou a ter sua Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Com isso, ampliou-se a articulação e o controle dos produtores rurais, novas técnicas de uso do solo e culturas, bem como uma orientação alimentar foram introduzidas.

A Revolução Verde¹⁷ foi o carro-chefe para aumentar e difundir a venda de insumos agrícolas modernos no mundo, como equipamentos, máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, pesticidas, etc, garantindo melhorias em pesquisas, e aumento da produção de toda a cadeia, tanto agrícola, como na produção de aves e suínos, que é influenciada por este processo de forma secundária.

A partir da modernização inicia-se a busca no Brasil por uma elevação da produção e incentivos para desenvolvimento de vários setores atrelados à agricultura, um dos quais foi o desenvolvimento do setor das agroindústrias.

¹⁷ Mais informações sobre a Revolução Verde, ver em: Brum, 1988.

Esse processo caracteriza-se por mudanças na base técnica da produção, bem como nas relações sociais de produção, já que passa a ter uma maior integração entre o produtor e a produção no mercado e na racionalidade do lucro, visto que o objetivo principal da produção agrícola ou agropecuária passa a ser o lucro.

A formação econômica da região de Chapecó – que inicialmente surgiu a partir da produção colonial e gestação do pequeno capital comercial, a partir de atividades caracterizadas pelo extrativismo – se consolidou no setor agroindustrial, graças aos incentivos fiscais, e fomento a partir de reformas estruturais no setor agrícola, que convergiram no crescimento do setor, junto ao crescimento do país, no já mencionado “milagre brasileiro”. Desta maneira, as agroindústrias não só se mantiveram no mercado, como também consolidaram a região como polo no setor de alimentos agroindustrializados. Esse processo de nascimento das agroindústrias, e de transformação, constituído a partir da modernização do setor, será tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

A CONSOLIDAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA ATÉ A DÉCADA DE 1980

Este capítulo contempla o processo de modernização da agricultura nacional e de Santa Catarina. A análise percorrerá o processo de modernização pelo qual a agricultura de Santa Catarina e região de Chapecó passou, implicando na passagem de uma produção colonial para a agroindustrial, as transformações na quantidade produzida, a evolução no mercado de suínos e aves, e o surgimento das agroindústrias. Será tratada a interdependência da agricultura com as indústrias alimentícias, o sistema de produção integrado da região Oeste, fortalecido ainda mais a partir da década de 1970, bem como a integração dos suinocultores e dos avicultores, contemplando o desenvolvimento das principais agroindústrias (Chapecó, Aurora e Sadia) até a década de 1980.

3.5 A modernização agrícola no oeste catarinense

As razões para o processo de modernização agrícola são amplas. Existem, contudo, outras variáveis que influenciam e foram determinantes na escolha do processo de mudança agrícola.

Uma das razões para a modernização foi o aumento da produtividade do trabalho para a obtenção maior da mais valia, já que as inovações técnicas visavam a aumentar o lucro, e a modernização das técnicas permitiram um aumento da capacidade produtiva de cada operário.

A redução dos custos unitários é outro fator relevante que justificou a modernização. Essa redução garantia maior lucro e passar a concorrência, e também, a partir de uma agricultura mais moderna reduz-se o uso de trabalhadores, substituídos por máquinas.

Outro fator motivacional para o processo de modernização agrícola foi a de realização dos interesses do complexo agroindustrial, norteados por uma estratégia global de expansão

do capital oligopolista internacional. Leva-se em conta para isso, que a agropecuária foi considerada uma atividade periférica ao complexo financeiro-industrial, e sua modernização representou também a ampliação do setor bancário e das indústrias fabricantes de insumos e máquinas modernas, das agroindústrias de processamento e transformação da produção agropecuária.

O processo de modernização agrícola em Santa Catarina se insere no contexto nacional, como já mencionado, pelas suas características de colonização e posse da terra e também pela presença das agroindústrias que influenciaram nas concessões de crédito rural no Estado.

De acordo com os censos agropecuário de 1975 e demográfico de 1980, o Estado apresentou-se como um dos menores em estágio de modernização da agricultura, com um grau de intensidade de exploração da terra relativamente alto e um grau baixo de modernização e mecanização das relações de trabalho, fato ligado à importância da pequena produção familiar, especialmente no que tange à produção de aves e suínos.

Segundo dados do Instituto Cepa/SC de 1982, as transformações ocorridas no Estado para o período de 1960 a 1980 mostraram que a elevação de gastos com máquinas agrícolas e de investimentos realizados para custeio para a produção agrícola chegaram a ter uma elevação para o período de 1.530%. Especificamente o custo com aquisição de tratores, fertilizantes, produtos veterinários e rações, a elevação foi de até 2.800%.

Segundo Espírito Santo (1999), um dos fatores que mais facilitou a modernização foi o crédito bancário, principalmente pequenos créditos, com juros baixos, oriundos principalmente do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), e depois a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc),¹⁸ ainda constituída na década de 1950, que além de assessorar os agricultores de todo o Estado, executou um programa de educação do jovem rural, que tinha por nome os chamados “Clubes 4S”, que correspondiam a Sentir (Heart), Saber (Head), Saúde (Health) e Servir (Hand). Inspirado nos EUA, o programa atendia filhos de agricultores com faixa etária dos 14 aos 25 anos.

Numa análise para o período de 1970 a 1980, a modernização do Estado esteve relacionada especialmente a alguns fatores, como criação modernizada, uso intenso de insumos modernos e mecanização, propriedade familiar, e financiamentos. Este último é tratado na tabela a seguir:

¹⁸ Atualmente vinculada à Empresa de Pesquisa e Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)

Tabela 10: Crédito agrícola de Santa Catarina

Ano	Número contratos	Valor (Cz\$ 1,00)
1970	74.254	227.535
1971	58.091	240.056
1972	68.101	380.644
1973	72.273	673.870
1974	87.820	1.375.062
1975	178.820	2.989.786
1976	172.625	4.541.564
1977	143.091	5.754.825
1978	164.464	9.013.710
1979	176.289	16.930.908
1980	202.814	32.820.806
1981	192.076	57.711.724
1982	202.751	142.304.701
1983	241.883	221.701.780
1984	131.856	453.689.716
1985	176.915	2.432.390.960

Fonte: Instituto Cepa/SC e Banco Central do Brasil.

O progresso dos financiamentos e créditos agrícolas em Santa Catarina seguiu a tendência nacional. Conforme a tabela, a variação percentual no número de estabelecimentos agrícolas de 1970 a 1980 foi de 138,26%, depois o número de empréstimos estabilizou e veio a decair, chegando em 1985 com uma queda de 77,96%, se comparado ao ano de 1980. Embora o número de contratos tenha caído de 1983 a 1984 – explicados pela crise da década, e pelas maiores exigências para concessão do crédito -, os valores concedidos para investimentos foram sempre crescentes para o período analisado, o que também colabora para essa elevação do crédito, eram as altas taxas inflacionárias que desvalorizavam o valor da moeda.

O crédito agrícola foi o agente viabilizador que permitiu à pequena produção alargar suas relações com múltiplos capitais (CAMPOS, 1987), garantindo produzir com o emprego de meios não disponíveis internamente em nível de pequena propriedade. Mas, por outro lado, aumentou o endividamento das unidades familiares, com isso um comprometimento do orçamento, que mais tarde com as crises do setor provoca uma vulnerabilidade do agricultor, dificultando a sua permanência no campo.

A busca constante por novos mercados e a ampliação dos existentes, aliado à exigência maior do consumidor resultou no aumento de projetos para a ampliação de novas linhas de produtos para os frigoríficos. Em 1973 foram aprovados projetos no montante de Cr\$ 63,7 milhões pelos fundos e agentes estaduais de fomento industrial (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e Banco do Estado de Santa Catarina S.A.) (CEAG, 1975). Em 1974 foram aprovados projetos no total de Cr\$ 6,6 milhões e se encontravam em fase de consulta solicitações de financiamentos no total de Cr\$ 36,1 milhões (CEAG, 1975).

O setor de suínos foi o carro-chefe tanto para as agroindústrias como para os pequenos agricultores, uma vez que o nível de expansão agroindustrial só foi possível a partir da capacidade de oferta de suínos por parte dos pequenos produtores, e também por suas capacidades de expansão comercial e industrial.

3.6 O nascimento e crescimento das agroindústrias oestinas

A relação entre o capital e a pequena produção do oeste catarinense refere-se ao processo de formação do grande capital agroindustrial a partir de 1945 com o surgimento dos frigoríficos. Esses surgem a partir das cooperativas, que na década de 1950 estavam sofrendo com as políticas e problemas de ordem econômica nacional. Entretanto, essas dificuldades não impediram aos empreendedores da região de Chapecó em unir forças para implementá-los.

Tabela 11: Anos de fundação dos frigoríficos voltados para comercialização e o processamento de suínos no estado de Santa Catarina

Empresa	Região de implantação	Ano de fundação
Perdigão S/A Comércio e Ind.	Vale do Rio do Peixe	1940
Com. e Ind. Saulle Pagnoncelli	Vale do Rio do Peixe	1942
Sadia Concórdia S/A	Vale do Rio do Peixe	1944
S/A Ind. e Com. Chapecó – SAIC	Oeste	1952
Frigorífico Seara	Vale do Rio do Peixe	1956
S.A Frigorífico Itapiranga	Oeste	1962
Frigorífico Sul Catarinense	Sul	1963
Coop. Central Oeste Catarinense	Oeste	1969
Frig. São Carlos - FRISCAR	Oeste	1975
Unifrigo S.A. Ind. e Com.	Vale do Rio do Peixe	1963
Indústrias Reunidas Ouro S.A.	Vale do Rio do Peixe	Década de 60

Fonte: Federação das Indústrias de Santa Catarina, Fiesc, (apud BORGES, 1993).

Em 1940 foi o período de surgimento das agroindústrias em Santa Catarina no Vale do Rio do Peixe com o frigorífico Perdigão S/A Comércio e Ind., o oeste catarinense teve sua primeira agroindústria em 1952, com a S/A Ind. e Com. Chapecó – SAIC, criada por Plínio Arlindo de Nês, conforme será visto mais detalhadamente a frente.

A partir da década de 1960 há uma franca expansão das agroindústrias do oeste catarinense, e um farto crescimento tanto no abate de suínos como de aves entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse tempo, as agroindústrias se firmam como grandes conglomerados nacionais. Esse crescimento dos conglomerados agroindustriais ocorre, sobretudo, em razão da também expansão produtiva da pequena produção.

Atualmente, a região Oeste se destaca como pólo regional com uma base econômica voltada para a agropecuária e agroindústria, que ainda é sede de grandes frigoríficos, como AURORA e Brasil Food.

Será analisada a formação das principais empresas do setor na região que compreende o município de Chapecó, a partir da sua formação até a década de 1980. Para que na

sequência se aborde as relações sociais e produtivas relacionadas às transformações entre a agroindústria e a pequena produção.

3.6.1 Grupo Sadia

O Grupo Sadia foi criado em 1944, liderado por Atílio Fontana, na cidade de Concórdia, onde exercia a atividade de moinho e frigorífico. No início, o frigorífico se chamava S.A. Indústria e Comércio Concórdia, e depois passou a se chamar Sadia, o nome surgiu da junção do S.A., e do “dia” de Concórdia. Conforme relata Atílio Fontana:

No ano seguinte (1944), eu tiraria desta razão social as duas primeiras letras – SA – e lhes juntaria a última sílaba de ConcórDIA, para formar o nome SADIA, que se tornaria a marca nacional e até internacionalmente conhecida dos nossos produtos (FONTANA, 1980, p. 127).

O surgimento da Sadia teve como característica o que Mamigonian (1976, p. 188) considera como “capitalistas sem capitais, gente de origem modesta, imigrantes europeus, com experiência industrial ou não, aos quais se pode acrescentar os modestos comerciantes de exportação e importação das zonas de colonização europeia do Sul do Brasil”. Pois Atílio Fontana era empregado em uma casa comercial, ele adquiria pessoalmente os produtos comercializados no estabelecimento, despachava-os a São Paulo, conseguindo preços satisfatórios. Com o excedente transacionado pela casa comercial, investiu em 1923 na compra de um Hotel, que o transformou em 1925 numa casa comercial, mais tarde instalaria a agroindústria Sadia.

Na época, a banha era um dos principais produtos comercializados via transporte ferroviário, senão o principal, visto que o transporte de suínos da cidade de Concórdia até o principal comprador, São Paulo, levava 15 dias, era inviável.

O frigorífico Sadia iniciou seu abate com capacidade média diária de 100 suínos, com um quadro de 50 funcionários, e chegou em 1945, um ano após sua fundação, a abater 34.902

suínos/ano, depois em 1976 teve um crescimento de mais 91% no abate se comparado a 1945, chegando a abater 389.141 suínos/ano (CEAG/SC, 1978).

Na década de 1950, a Sadia se expandiu até São Paulo, criando o Moinho da Lapa Ltda., com capacidade de processar 280 toneladas/dia de trigo. Também nessa década foi o pioneiro em trazer uma nova raça de suínos para o oeste catarinense, a raça norte-americana Duroc Jersey, com a característica de produzir mais carne, diferindo da até então raça produzida na região, cujo produto maior era a banha. Com isso, enviou técnicos ao exterior para que se qualificassem e posteriormente pudessem oferecer cursos aos suinocultores escolhidos para produção da nova raça. Dando início ao sistema de integração.

Ainda na década de 1950 a Sadia iniciou o processo de fabricação de produtos mais elaborados, como presuntos, mortadelas e linguiças, e para o transporte e comercialização, em 1953, passou a alugar aviões. Obtendo registro no Ministério da Aeronáutica, em 1955 a empresa constituiu a Sadia S.A. Transportes Aéreos. O registro obtido foi possível graças a ascensão à presidência do senador catarinense Nereu Ramos, então aliado político de Atilio Fontana. Entre 1955 e 1956 o grupo criou suas próprias distribuidoras comerciais em São Paulo e Rio de Janeiro.

Na década de 1960, a Sadia S.A passou a investir no setor avícola, iniciando a sua própria produção de frangos, com franca expansão para outros estados do Brasil. Esse novo ramo de investimento foi impulsionado a partir de uma viagem feita por um de seus funcionários, Ivo Reich¹⁹, aos Estados Unidos em 1961. O modelo começou a ser implantado em Concórdia acompanhando a tendência e o modelo norte-americano de avicultura integrada. A partir daí em anos seguintes a Perdigão também passa a enviar técnicos para os EUA, onde participaram de um curso de especialização em avicultura (TASSARA; SCAPIN, 1996). Segundo Teixeira (1994, p. 47),

¹⁹ Ivo Frederico Reich (1932 - 2011) era superintendente da Sadia, e chegou nos de 1990 a ser diretor presidente da empresa (COMASSETTO, 2004).

“Recém chegado de viagem dos EUA, Ivo Reich começou a implantar em Concórdia o modelo norte-americano de ‘avicultura integrada’. Conseguiu achar, a uns oito quilômetros da cidade, um colono disposto a realizar a experiência. Diomédio Bósio construiu um pequeno galinheiro de 3 × 3 metros, de chão batido, coberto de sapé e aquecido a lenha. Ivo levou para lá 100 pintinhos, que passaram a ser tratados e alimentados com ração especial. Nas primeiras semanas Ivo percorreu a pé muitas vezes o caminho para acompanhar o desenvolvimento da criação. Em 85 dias, tempo recorde para a época, Diomédio Bósio já estava trazendo os frangos de volta no seu jipe para o abate na Sadia. Não demorou muito e outros colonos seguiram o seu exemplo.”

Em 1964 criou o departamento de fomento ao pequeno produtor rural, permitindo que no ano de 1969 tivesse 1.200 produtores integrados para a produção de suínos (CEAG/SC, 1978). Mais tarde, no final da década de 1960, e já vislumbrando o crescimento no setor, criou o departamento de fomento para avicultura, contando com 134 unidades familiares integradas para a produção de frangos em 1970.

Em 1964 criou a Companhia Brasileira de Frigoríficos, a FRIGOBRÁS, na cidade de São Paulo, com sucursais na cidade de Toledo, no estado do Paraná, expandindo então suas atividades além do Estado de Santa Catarina. No ano de 1967 foi constituída a Sadia Comercial Ltda. (Sadial), com a finalidade de fazer a distribuição nacional dos produtos da empresa.

Em 1971, em Chapecó, foi criada a Sadia Avícola S.A., trabalhando na produção de rações e concentrados e no abate de frangos e perus. Abateu em 1973, 555.000 perus, em 1977, 1,6 milhão e em 1980 chegou a abater 3,8 milhões de perus (TEIXEIRA, 1994).

Em 1977, na cidade de Xanxerê cria a Sadia Agro Pastoril Ltda, que se encarregou primeiramente em produzir matriz de leitões, e depois em 1978, em produzir perus e galinhas matrizes, e depois destina-los a produção integrada para abate.

Em 1974, próximo a Cuiabá - MT, foi fundada a Sadia Oeste S.A. Indústria e Comércio, com capacidade de abater 1.200 bois/dia. Já em 1977 foi formada a Sadia Agro Pastoril Ltda. na cidade de Xanxerê, com duas mil matizes de alta linhagem. Os leitões oriundos desse empreendimento têm seu desenvolvimento pelos produtores integrados. Logo, em 1978, a Sadia Agro Pastoril associa-se à empresa Canadense Hybrid Coo, constituindo a Hybrid Agro Pastoril Ltda., responsável pela produção de perus e galinhas matrizes, fornecendo as aves para posterior abate.

Depois a Sadia investiu no mercado de óleos vegetais, adquirindo uma indústria de soja de Joaçaba. Em 1985, o Grupo Sadia foi composto por um conglomerado de 25 empresas, com suas filiais somavam 92 unidades espalhadas por 15 estados brasileiros.

No ano de 1985, o grupo apresentou um capital social de Cr\$ 639.207.158,00, com um patrimônio líquido de Cr\$ 3.365.069.719,000 e um lucro de Cr\$ 1.383.300.855,00 (ESPINDOLA, 1999). Também nesse ano realizou exportações no valor de U\$\$ 262 milhões (Relatório anual da Sadia, 1985; São Paulo, 1986).

Ainda nesse ano, o grupo possuía 21.922 funcionários, além de 11.391 suinocultores integrados e 13.928 avicultores, também integrados (relatório anual Sadia, 1985; São Paulo, 1986). E no ano anterior, em 1984, os dois frigoríficos Sadia em Santa Catarina abateram 91.217.144 aves e 692.228 suínos, equivalendo a 37,3% e 21,2% do abate do estado (CAMPOS, 1987).

3.6.2 Cooperativa Central Oeste Catarinense – Coopercentral Aurora

A Cooperativa Central Oeste Catarinense – Coopercentral, atualmente chamada de Cooperativa Central Aurora Alimentos – surgiu em 1969, liderada por Aury Luiz Bodanese, tendo como principal fundadora a Cooperalfa – Cooperativa Alfa. Esta última surgiu ainda em 1967, de iniciativa de 37 agricultores de Chapecó, que objetivavam melhorar os ganhos com a comercialização de grãos e suínos, até então monopolizados pelo Grupo Chapecó (SILVESTRIN, 1999).

Figura 4: Prédio que sediou o primeiro escritório da Coopercentral em 1969



Fonte: Ceom.

Em 1969 a Cooperalfa se uniu a mais oito cooperativas singulares da região e formaram a Coopercentral. Foram então fundadas a Cooperativa Mista Agropastoril Chapecó, Cooperativa de Laticínios Chapecó, Cooperativa Mista Xaxiense, Cooperativa Mista Lageado Grande de Xaxim, Cooperativa Agrícola Regional de Xanxerê, Sociedade Cooperativa de Palmitos, Cooperativa Agropecuária de São Carlos e Cooperativa Mista Modelense. Essas cooperativas adquiriram um pequeno frigorífico desativado em Chapecó. A Coopercentral “nasceu pela visão de se perceber a necessidade de industrializar a produção primária dos associados das cooperativas” (*Jornal Informativo* dos 25 anos da AURORA, 1994) e também das facilidades de linhas de crédito que iriam favorecer a captação de recursos através da Lei de Criação nº 4.266, de 1969, do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Fundesc) (SILVESTRIN, 1999).

Segundo a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71, Cooperativa é definida como “tipo de sociedade celebrada por pessoas que se obrigam reciprocamente a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum e sem objetivo de lucro.” A cooperativa então não possui fins lucrativos, esta difere-se das agroindústrias Sadia, e Chapecó S.A.

A Cooperativa Alfa operava com a comercialização de produtos, como trigo, soja, milho e feijão, e também a produção de suínos dos associados. E a partir da formação da Coopercentral em 1969, dada a possibilidades de incentivos fiscais pelo governo estadual, um novo mercado é avistado: a produção a partir de um frigorífico. Ainda na ata de constituição da Coopercentral já é mencionada a possibilidade da compra do frigorífico S.A. Indústria e Comércio Marafon,²⁰ que estava fechado, mas que não possuía dívidas consideráveis. A compra aconteceu somente em 1973, dada às limitações políticas e burocráticas (SILVESTRIN, 1999). A Coopercentral também para facilitar o transporte dos produtos comprou 22 caminhões, com o auxílio de financiamentos do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE) e da própria Fundesc.

Inicialmente a agroindústria iniciou com abates, especializando-se nos cortes, depois com produtos industrializados.

²⁰ Criado em 25 de fevereiro de 1954, sob a liderança de Andre Marafon e seus filhos. O frigorífico Marafon foi constituído para atender o abate de até duzentos suínos/dia.

Figura 5: Primeiro abate de suínos da Coopercentral em 1973



Fonte: CEOM.

A capacidade de abate de suínos no início das atividades era em média de 150 por dia. Com o tempo o frigorífico passou a expandir sua produção, em 1974 passou a ser responsável por 0,7% do abate de suínos estadual, chegando a 60.108 suínos por ano. Já no ano de 1978 foram abatidos 174.086 suínos (*Jornal Informativo* dos 25 anos da AURORA, 1994). A década de 1970 é um período em que há um maciço investimento no setor da agricultura, tanto na modernização, como em financiamentos para o setor, dessa forma, havia produção de matéria prima para a agroindústria por parte da agricultura, e incentivos federais para produção e expansão da Coopercentral .

Em 1980 a Coopercentral adquiriu um modesto frigorífico no município de São Miguel do Oeste e outro no Rio Grande do Sul, na cidade de Presidente Getúlio. Os três frigoríficos juntos em 1984 já abatiam 526.434 suínos por ano (*Jornal Informativo* da AURORA, 1993), 16,1% do abate estadual.

A agroindústria foi diversificada nas suas atividades, deste o comércio de insumo e bens de consumo junto a seus associados até a armazenagem de grãos, elevando sua capacidade de dez mil toneladas em 1969 para 150 mil em 1987. A frota de caminhões em

1987 chegou a 150, sete supermercados, abrangendo oito municípios, na década de 1980, uma soma de 13.500 associados, dos quais 17% integrados à suinocultura.

Em meados de 1987, criou um frigorífico de abate de aves em Maravilha, com capacidade de 114.000 aves/dia, graças ao também sistema de integração dos avicultores (*Jornal Informativo da AURORA*, 1993).

Em 1984 a Coopercentral apresentava um patrimônio líquido de Cr\$ 28.724.000.000.000, faturamento de Cr\$ 103.861.000.000.000, tendo um lucro líquido de Cr\$ 2.427.000.000.000, contando com 1.380 funcionários (*Jornal Informativo dos 25 anos da AURORA*, 1994).

Atualmente, continua exercendo a atividade de agroindústria, contando com doze cooperativas filiadas, mais de sessenta mil associados e mais de dezenove mil funcionários²¹.

3.6.3 Grupo Chapecó

Em 11 de outubro de 1952 foi criado o Grupo Chapecó com o nome de S.A. Indústria e Comércio Chapecó – SAIC – sob a liderança de empresários, ganhando destaque Plínio Arlindo de Nês. Inicialmente as atividades eram voltadas para o abate, processamento e frigorificação de suínos, posteriormente, passou a atuar em outros ramos, como no da avicultura na cidade de Xaxim em 1974, a partir daí, mudou a denominação para Chapecó S.A., ou Grupo Chapecó. A matriz da empresa continuou sendo a cidade Chapecó.

Quando da criação, na década de 1950, o governo brasileiro passa a se preocupar com setor agroindustrial, por conta do plano de metas de Juscelino Kubitschek que no segmento alimentação estabelecia como um dos pontos principais os frigoríficos, os demais eram armazéns, silos, trigo, matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes.

O capital inicial de constituição do Grupo Chapecó era de oito milhões de cruzeiros velhos. Nos estatutos da Chapecó S.A, constavam seus objetivos de comércio e industrialização de produtos suínos, “podendo se dedicar a outros empreendimentos” em Santa Catarina e em outros estados (*Jornal Informativo Chapecó*, 1981).

²¹ Disponível em: http://www.auroraalimentos.com.br/br/aurora_apresentacao.php. Acessado em 14 mar. 2014.

Figura 6: Construção das instalações da S.A. Indústria e Comércio Chapecó, em 1952



Fonte: *Jornal Informativo Chapecó*, 1981.

O Grupo Chapecó iniciou sua produção em setembro de 1955, com abate de quarenta animais por dia, com o uso do sistema integrado de produção, contava com 28 funcionários, com área construída de 10.000 m² (Fundação Plínio Arlindo de Nêz, abril de 1987, n. 41, ano 6). O sistema integrado permitiu às agroindústrias a segurança de contar com a matéria-prima de boa qualidade e aos produtores rurais a assistência técnica com insumos, matéria animal e mercado comprador garantido para o ano todo.

Em 1955 o capital da agroindústria já havia sido dobrado, 16 milhões de cruzeiros velhos (Álbum do Cinquentenário, 1967).

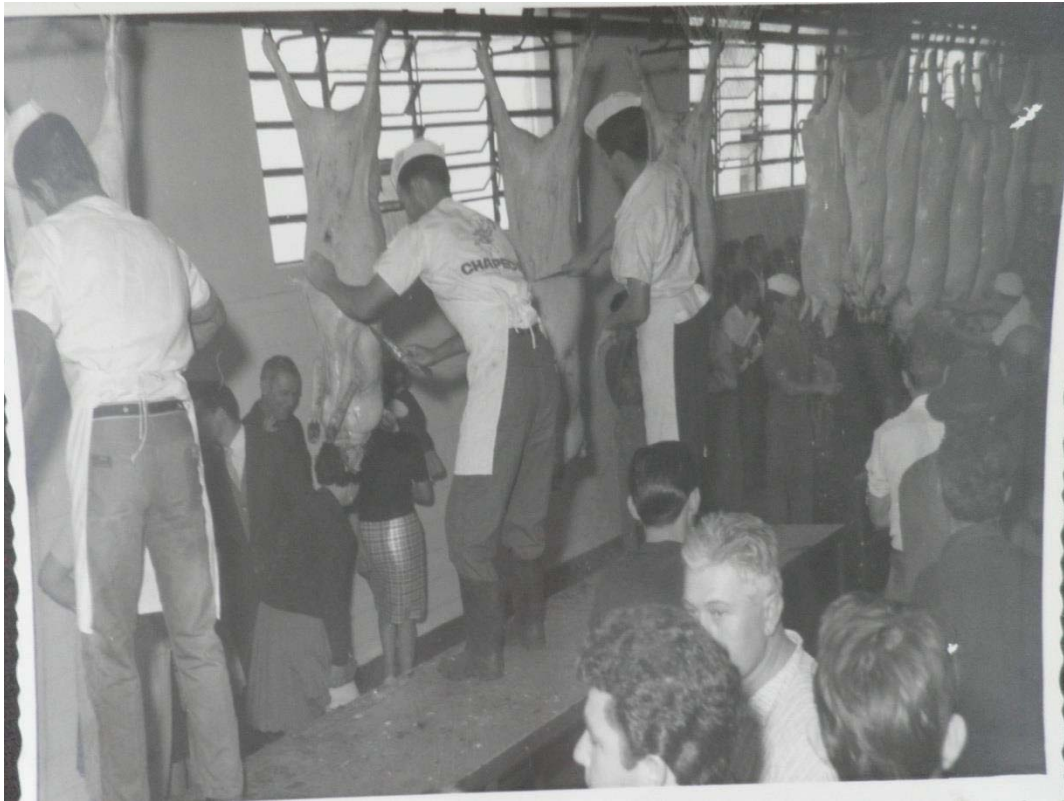
Figura 7: Instalações prontas da S.A. Indústria e Comércio Chapecó em 1954



Fonte: *Jornal Informativo Chapecó*, 1981.

Em março de 1955 também foi criada a filial do Grupo Chapecó em São Paulo. Em 15 de maio de 1960 foi constituída a Cooperativa de Consumo dos Empregados, para prover para os colaboradores e associados gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade (Álbum do Cinquentenário, 1967). Em 14 de agosto de 1962, na cidade de Xaxim, foi criada a filial do Grupo Chapecó, operando com o abate de suínos. Em 1963 foi criada a Fundação Plínio Arlindo de Nês, que organizava torneios, associações esportivas e ações de lazer.

Figura 8: Processo de abate dos suínos, em 1955



Fonte: Ceom.

Em 8 de maio de 1968 cria-se em São Paulo a Chapecó Distribuidora de Produtos Alimentícios, com um capital inicial de um mil cruzeiros (*Informativo Chapecó*, agosto de 1981), montando filiais em Curitiba, Bauru, Porto Alegre e Belo Horizonte. A empresa tinha a finalidade de representar, prestar serviços, distribuir os produtos do Grupo Chapecó, importar e exportar produtos oriundos das indústrias agropecuárias, suinocultura, avicultura e produtos alimentícios em geral. Em 1967 o grupo contava com 255 empregados, no final de 1968, com mais de 34 filiais em São Paulo (*Informativo Chapecó*, agosto de 1981).

Somados os abates de suínos em 1967, 11 anos após o início das atividades, o Grupo Chapecó havia abatido 958.696 suínos. Em junho de 1968 é aberto escritório de vendas, dando suporte para o setor do grupo na cidade do Rio de Janeiro. Também nesse mesmo ano, em Chapecó, a empresa constituiu uma vila com 48 casas para a acomodação das famílias dos empregados do grupo, o local é hoje conhecido como Vila Mantelli (BEN, 2004). A construção dessas moradias era para motivar a vinda dos colonos. Segundo Mezzalira (2011), estes trabalhadores vindos do interior tinham a segurança de que enquanto estivesse na

agroindústria teriam onde morar. Com o passar dos anos a empresa deixou de oferecer a moradia, pois o número de funcionário se elevou.

Figura 9: Abates se suínos no frigorífico Chapecó em 1957



Fonte: Imagens do IBGE.

Até o final da década de 1960, o Frigorífico Chapecó absorvia em torno de 30% da matéria-prima de suínos da região (SILVESTRIN, 1999).

A década de 1960 foi um período de expansão dos frigoríficos, de aberturas de filiais em outros estados, isso foi fortemente incentivado pelos empréstimos do governo federal, em que boa parte era canalizado para as agroindústrias.

Na década de 1980, o Grupo SAIC era formado por sete empresas: a empresa controladora do grupo S.A. Indústria e Comércio Chapecó, Frigorífico Friscar de São Carlos,

adquirido em 1982, Chapecó Avícola S.A., sediada em Xaxim, Chapecó Paraná S.A., com sede em Francisco Beltrão, no estado do Paraná, Cachoeirinha Agropecuária Ltda., Expresso Chapecó Ltda., Chapecó Auditoria Consultoria e Processamento de Dados (Fundação Plínio Arlindo de Nês, abril de 1987, n. 41, ano 6).

Também em meados da década de 1980 o grupo contava com 4.200 empregados (Fundação Plínio Arlindo de Nês, abril 1987, n. 41, ano 6), mais três mil produtores integrados à suinocultura e 741 de avicultura. Ainda nessa década, em 1985, o grupo possuía um faturamento total de Cr\$ 806.167.788.000, rendendo-lhe um lucro de Cr\$ 60.330.839, com exportações de U\$\$ 35.977.452, possuindo um capital social de Cr\$ 50.039.465.000 e um patrimônio líquido de Cr\$ 50.039.465.000 (SAIC, balanço de exercício de 31/12/1985).

No ano de 1984 os frigoríficos pertencentes ao Grupo Chapecó abateram 30.408.805 frangos e 389.668 suínos, correspondendo a 12,4% e 11,9%, respectivamente, do abate de Santa Catarina (*Jornal Informativo Chapecó*, 1984).

Entre as décadas de 1960 e 1970, o crédito foi o principal instrumento financiador tanto para promoção da modernização da agricultura brasileira - e garantindo assim, insumos e matéria prima – quanto para expansão das agroindústrias. Logo, no início dos anos de 1980, a crise da dívida externa reduz os investimentos em financiamento agrícola e agroindustrial. Uma das maneiras de se obter dinheiro no período foi através da venda de ações ao BNDES. O Grupo Chapecó, com a venda de ações, capitaliza U\$\$ 4,1 milhões (BELIK, 1992). A partir de 1985 os frigoríficos passam então a absorver os recursos do BNDES, o Grupo Chapecó neste caso, obtém U\$\$ 2,1 milhões, e U\$\$ 28,9 milhões para Sadia.

O Grupo Chapecó a partir dos anos de 1996 passou a ter problemas de ordem financeira, circunstância que acumulou dos períodos de alta inflação, da recessão do mercado e da falta de capital de giro. Em 1997 o BNDES assumiu o comando geral da empresa. Já em 29 de abril de 2005, foi decretado falência da empresa. Esta foi vendida posteriormente e passou a fazer parte da Coopercentral Aurora (HENN, SILVA, 2010).

3.7 A evolução do mercado de suínos

A mudança dos padrões de produção de suínos iniciou pelo processo de substituição das antigas raças de pelagem escura pela pelagem branca, vinda da Europa ainda na década de 1960. Os frigoríficos adotaram a estratégia – visando incentivar a produção da nova raça - de pagar preços diferenciados, sendo o porco branco remunerado com um preço entre 10 e 20% superior ao porco preto.

Por si só, isso acarretou mudanças na pequena produção, já que por um lado, as novas raças de pelagem branca eram mais produtivas, e assim conseguiam peso de abate rápido e com uma melhor conversão alimentar; mas por outro, eram menos rústicas que as raças de pelagem escura, e assim, exigiam maiores cuidados com manejo, sanitários e de alimentação (CEAG/SC, 1975).

Dessa maneira, pode-se dizer que a introdução de novas raças demonstrou o início da perda do domínio técnico do processo produtivo por parte do pequeno produtor. Desde logo os frigoríficos do estado passaram a se tornar fabricantes de rações e concentrados para atender à nova demanda de proteicos e vitamínicos para a produção dos suínos, dando início ao processo de produção integrada.

O enorme progresso técnico, aliado à inserção de novas raças, disseminou a produção de suínos no estado. Estima-se em 54.000 o número de estabelecimentos que se dedicavam prioritariamente à suinocultura no estado de Santa Catarina no ano de 1978 (CEPA/SC).

Tabela 12: Evolução dos preços do quilo do suíno pago ao produtor em Santa Catarina – 1970 a 1985

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)	Valor (Cz\$)
Janeiro	9,3 ²⁷	9,1 ²⁸	9,7 ⁶	9,3	13,7	13,6 ⁶	10,7	12,2 ⁴	10,0 ²⁹	12,3 ⁴ ³⁰	13,9 ⁶	8,5 ⁵	9,2 ⁶	9,9 ⁹	14,1 ²	-
Fevereiro			10,3 ⁴	10,4 ⁴	13,8 ⁹	13,9 ⁶	10,7	12,2 ⁴			13,3 ⁰	8,1 ⁷	10,5 ¹	9,4 ⁶	14,0 ⁸	10,9 ⁵
Março			10,6 ³	11,9 ⁵	14,0 ⁹	13,6 ⁶	11,1	15,3 ⁵			12,7 ⁶	8,3 ⁶	9,7 ¹	8,9 ³	13,3 ²	9,2 ¹
Abril			10,9 ²	10,7 ²	15,8 ⁵	13,4 ⁶	11	13,1 ⁵			11,5 ⁰	9,3 ⁷	9,3 ⁸	8,4 ²	12,7	8,5 ⁸
Maior			11,2 ¹	10,2 ⁵	15,6 ⁵	13,1 ⁶	10,7	13,2 ⁵			11,1 ²	7,8 ⁹	9,4 ⁵	7,9 ⁹	11,6 ⁷	8,8 ⁵
Junho			11,4 ¹	10,3 ⁵	15,3 ⁶	12,9 ⁶	10,3	13,6 ⁵			10,3 ²	7,4 ³	9,3 ⁰	7,7 ²	10,7 ⁷	9,2 ⁰
Julho			10,9 ²	10,3 ⁵	14,4 ⁸	12,2 ⁵	9,8	13,5 ⁵			9,8 ²	6,8 ¹	9,8 ⁸	8,1 ³	10,4 ⁰	10,5 ⁹
Agosto			10,5 ³	10,8 ²	14,3 ⁹	11,5 ⁵	6,5	12,6 ⁵			9,2 ²	7,5 ²	8,9 ³	9,6 ⁵	10,6 ³	11,9 ⁴
Setembro			9,6 ⁵	11,3 ⁸	13,9 ⁹	11,0 ⁵	9,4	12,7 ⁴			8,9 ⁵	7,1 ⁷	8,7 ⁸	12,4 ³	11,3 ²	11,3 ⁷
Outubro			9,2 ⁶	11,9 ⁴	13,9 ⁹	10,7 ⁵	10,7	13,2 ⁵			8,4 ²	7,4 ³	8,8 ⁶	13,7 ⁴	12,2 ¹	11,4 ³
Novembro			9,3 ⁶	13,1 ⁷	13,9 ⁹	10,5 ⁵	11,3	13,1 ⁵			8,1 ³	7,7 ⁷	9,2 ⁶	11,8 ⁵	11,1 ¹	11,4 ¹
Dezembro			9,1 ⁷	12,8 ⁹	13,3 ¹	10,4 ⁵	11,6	12,8 ⁵			9,1 ⁷	8,6 ⁰	9,0 ⁶	11,0 ⁰	10,0 ⁵	13,2 ⁶

Fonte: Instituto CEPAS/SC (1989).

²⁷ Média anual, já que não foram encontrados dados mensais para este período.

²⁸ Média anual, já que não foram encontrados dados mensais para este período.

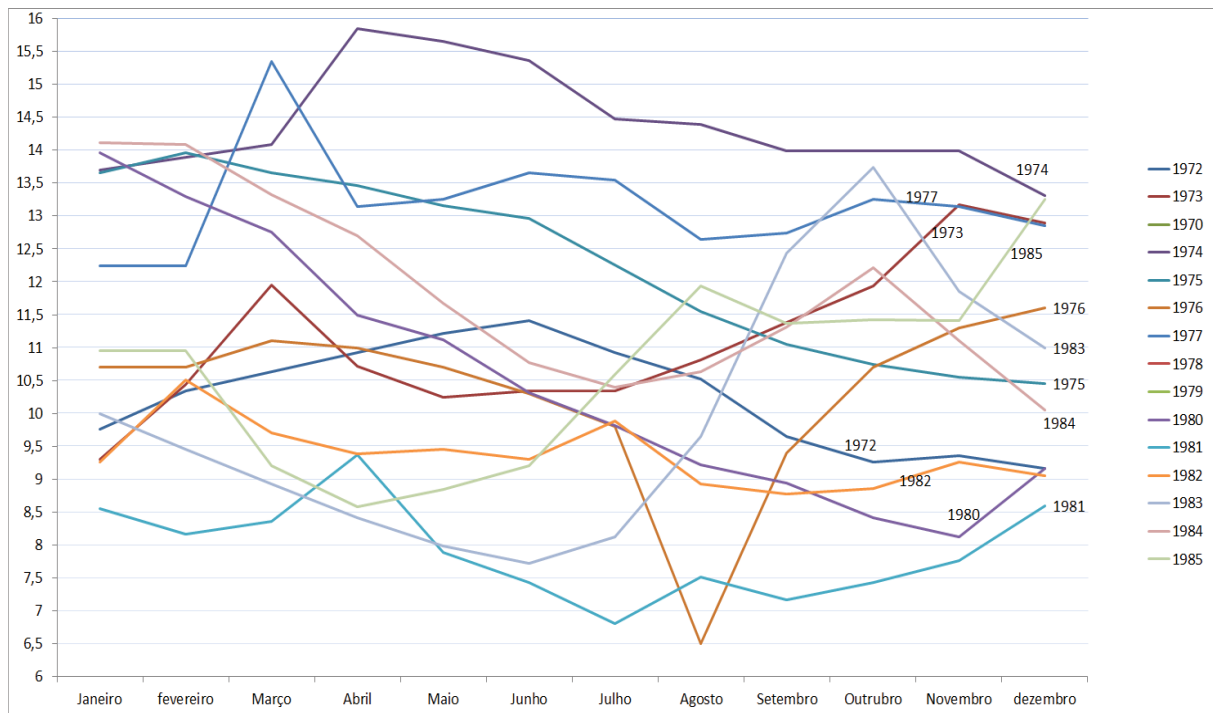
²⁹ Média anual, já que não foram encontrados dados mensais para este período.

³⁰ Média anual, já que não foram encontrados dados mensais para este período.

Conforme a tabela, a década de 1970 caracterizou-se um período de consolidação do mercado agroindustrial no setor de suínos, embora tenha sido turbulento. Dos anos de 1971 a 1973 houve crises no setor, onde o reflexo foi sentido nos preços no final do ano de 1972. Também na produção para o abate teve uma queda de 3,29%, conforme pode ser observado na Tabela 13. Já no ano seguinte esses voltam a subir e se mantêm em patamares elevados, estimulando ainda mais a produção, alcançando um acréscimo de 27,06% na produção no período de 1972 a 1975.

No final de 1975 os preços pagos ao produtor começam a baixar, mantendo-se até o ano seguinte, houve conseqüentemente uma redução de 6,62% no abate de suínos. Porém, em 1978 o segmento retorna a se expandir, tendo uma ascendência entre 1977 e 1978 de 37,93% no abate, e também em nível de preços. Dessa forma, o que se percebeu foi a forte correlação entre o nível de preços e a produção. O período que vai do final 1978 a meados dos anos 1980 caracteriza-se pela queda no abate, especialmente em 1981 e 1983. Assim como, a redução em nível de preços de alguns meses para os anos mencionados, pois nesse período a produção foi afetada pelo aparecimento da peste suína (ESPINDOLA, 1999).

Figura 8: Evolução dos preços do quilo suíno pago ao produtor em Santa Catarina – 1970 a 1985



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto CEPA/SC

A figura acima demonstra graficamente a instabilidade e oscilação do preço pago ao quilo de suíno, logo, constata-se que o produto não tinha uma constância ou tendência de alta ou baixa do preço. Isso por sua vez, dificultava a produção do suíno, o que gerava instabilidade na oferta do animal.

A tabela abaixo se refere ao preço do milho, da mesma forma que o preço dos suínos, o preço do milho também apresenta altas e baixas. Isso afetava o custo na produção do suíno, tornando complexa e de risco em termos de lucro e prejuízo, a atividade da suinocultura.

Tabela 13: Evolução dos preços do milho pagos ao produtor por saca em Santa Catarina (1971-1981)

Safra	71/72	72/73	73/74	74/75	75/76	76/77	77/78	78/79	79/80	80/81
Preços deflacionados (Cz\$)	96	119	127	157	168	141	106	147	166	149

Fonte: CEPA/SC (1986)

O preço do suíno influenciava sobre o do milho. Nos períodos de aumento da safra do milho há também aumento na quantidade de suíno, podendo assim dizer que a interferência entre ambos era quase mútua.

Para a produção de um porco de 95 kg, peso aproximado para a venda, eram necessários 210 kg de milho, ou 3,5 sacas de 60 kg e 133 kg de concentrados (CEPA/SC, 1986). Ao analisar em específico o preço do milho *versus* a produção do suíno, para produzir um suíno em 1971 o custo da saca de milho (Tabela 13) era de Cz\$ 96; portanto, eram necessárias 3,5 sacas, o que daria Cz\$ 336,00; o preço para venda nesse período (Tabela 13) era de Cz\$ 9,1 o kg. Para tanto, ao se vender um suíno de 95 kg, ganhava-se Cz\$ 864,5, deduzindo o custo do milho, restaria Cz\$ 528,5 para o produtor sobreviver e pagar os demais custos da produção, como, por exemplo, a ração. Fazendo essa mesma análise para o ano de 1980, com base no preço do milho e uma média do preço do quilo do suíno, restaria ao suinocultor um saldo de Cz\$ 481,30, ou seja, em comparação com o ano de 1971, em 1980 o produtor teria um ganho ainda menor, sem levar em conta o período de inflação e crise que foram desencadeadas na década de 1980, agravando ainda mais o setor. Dessa maneira, nos anos de 1980, para a atividade ser rentável, a relação entre os preços do suíno e do milho deveriam ser acima de 6 por 1; caso estivessem nessa relação, o suinocultor altamente

modernizado consumiria 37% da receita total obtida com a venda de suíno apenas para a compra de milho. Se a relação caísse 4 por 1, o percentual pago de milho seria ainda maior, 55% da receita total.

Tabela 14: Abate de suínos (em número de cabeças) para Santa Catarina – 1970 a 1984

Ano	Santa Catarina
1970	943.822
1971	1.086.583
1972	1.050.799
1973	1.108.042
1974	1.114.577
1975	1.335.182
1976	1.552.318
1977	1.449.589
1978	1.999.346
1979	2.297.505
1980	3.045.446
1981	2.951.793
1982	3.494.641
1983	3.260.641
1984	3.519.341

Fontes: Ipeadata, Ministério da Agricultura – Sipa.

Percebe-se que o preço do milho também afetou o abate em 1971 e 1972, assim como nos anos de 1977, 1980 e 1981 foram períodos de crise na suinocultura. Nesses anos tanto o preço do milho como do abate reduziram, como pode ser acompanhado na Tabela 14.

Assim como o crescente abate de suínos a dedicação do Estado a essa atividade também ocorreu, chegando a totalizar 166.653 estabelecimentos em 1980 que priorizavam a suinocultura.

O processo de modernização agrária brasileiro, de certo modo, esteve alicerçado no desenvolvimento tecnológico, sobretudo porque intensificou pesquisas genéticas, desenvolvendo variedades de animais e vegetais mais produtivos. Em nível regional, concluiu-se nas décadas de 1960 e 1970 o processo de colonização da região oeste catarinense, em que para a pequena produção familiar não eram mais dadas condições para sua reprodução com base no acesso a novas terras (ESPIRITO SANTO, 1999), mesmo isso não sendo mais possível, o aumento da produção ocorreu, aliado à demanda do setor agroindustrial.

Tabela 15: Abate de suínos (em número de cabeças) em Santa Catarina oeste catarinense e microrregião Oeste

Ano	Santa Catarina	Mesorregião Oeste catarinense	% participação	Microrregião Oeste catarinense	% participação
1970	943.822	756.935	80,20	185.630	19,67
1971	1.086.583	933.186	85,88	262.541	24,16
1972	1.050.799	895.350	85,21	244.539	23,27
1973	1.108.042	942.536	85,06	247.986	22,38
1974	1.114.577	947.875	85,04	278.581	24,99
1975	1.335.182	1.128.144	84,49	306.404	22,95
1976	1.552.318	1.314.904	84,71	415.228	26,75
1977	1.449.589	1.298.073	89,55	374.160	25,81
1978	1.999.346	1.650.045	82,53	456.424	22,83
1979	2.297.505	-*	-*	-*	-
1980	3.045.446	-*	-*	-*	-
1981	2.951.793	2.610.595	88,44	873.221	29,58
1982	3.494.641	3.046.341	87,17	1.076.701	30,81
1983	3.260.641	2.955.792	90,65	1.046.446	32,09
1984	3.519.341	3.167.406	90,00	-	-

Fonte: Ipeadata, Ministério da Agricultura – Sipa.

(*) Não encontrado.

No que se refere ao abate de suínos, a mesorregião Oeste catarinense chegou a ser responsável por 80 e 90% no estado de Santa Catarina, já a microrregião Oeste, objeto do estudo, obteve considerável grau de participação (Tabela 15), chegando no início dos anos 1980 a representar 30% do abate de suínos no estado. Cabe considerar que em 1971 houve o início de uma séria crise na suinocultura catarinense, onde os preços pagos aos produtores caíram, permanecendo baixos até 1972 (CAMPOS, 1987). Isso provocou uma queda no abate para a microrregião Oeste de 6,9%.

Com o processo de fomento do desenvolvimento agrário em nível nacional e com a ramificação disso para Santa Catarina e o oeste catarinense, as transformações ocorreram não somente na forma de aumento de produção, mas também nas relações internas da pequena produção familiar.

As mudanças aconteceram a partir da transformação do suíno numa mercadoria por excelência, o que ocorreu entre o fim da década de 1940 e início da de 1950, em que o pequeno agricultor do oeste catarinense tornou-se um produtor sistemático de mercadorias, reorganizando sua unidade de produção para tal objetivo (DALLA COSTA, 1993), atendendo o processo produtivo determinado pelas agroindústrias.

A partir da consolidação da colonização do oeste catarinense, ocorreu o fechamento da fronteira agrícola - pela indisponibilidade de novas terras a serem compradas ou desbravadas - que encerrou a possibilidade de reprodução “horizontal” da pequena produção, visto que as terras já haviam sido comercializadas e os limites territoriais já estavam oficializados. O reflexo desse processo foi a demanda crescente por terras por parte dos pequenos produtores e, por conseguinte, uma elevação do seu preço.

Tabela 16: Evolução do preço da terra na microrregião Oeste catarinense

Ano	Valor da terra (ha) (Cz\$)
70	2.713,00
75	12.154,00
80	14.456,00

Fonte: IBGE – Censos agropecuários de Santa Catarina – 1970 a 1980.

Conforme a tabela é possível constatar que o preço da terra para a região Oeste de 1970 a 1975 variou 348%, e para 1980, 19%. Ou seja, no início da década de 1970, o esgotamento horizontal das terras no oeste catarinense ainda era recente, isso valorizou as propriedades, já que a busca estava intensa, depois, a partir do final dos anos de 1975, o preço estabilizou, já que boa parte das famílias migrantes já haviam se estabelecido na região.

A pequena produção, então, concentrou os esforços para a geração de maiores excedentes. Entretanto, segundo Campos (1987), essa relação mercantilista passou a alocar o mercado como determinante da remuneração média de produção das diferentes unidades produtivas. Tratando-se de um mercado oligopolizado, caracterizado por poucos frigoríficos, ficou evidente que cada vez mais esses padrões sociais eram determinados pela ação do grande capital agroindustrial, isso significa dizer que o capital determinava o excedente expropriado, sobretudo a remuneração da produção familiar.

Possuindo uma quantidade fixa de terra, restava para os pequenos produtores arjar os outros dois meios de produção disponíveis: capital,²² e força de trabalho (PERTILE, 2008).

Reduzindo a participação da migração nesse processo, pelo fato de nesse período já estar majoritariamente consolidada, uma parcela da força de trabalho não teve a possibilidade de formar novas unidades familiares, devendo, assim, permanecer na unidade paterna. Isso implicou uma produção abaixo dos padrões, já que a produtividade individual se tornou baixa, pois a produção nesse caso não era horizontal, dada à limitação territorial das propriedades rurais, sobretudo na diminuição do potencial de acumulação familiar.

Para a diminuição dessa pressão sobre a baixa produtividade da terra, o processo de modernização foi empreendido ao máximo, dada as limitações e as possibilidades que lhes eram permitidas pelas unidades familiares, garantindo à unidade familiar uma produtividade individual que atendesse aos padrões exigidos pelo sistema mercantilista (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982).

Inicialmente, a pequena produção se relacionava principalmente com o capital agroindustrial local. Contudo, após o processo, a produção diversifica suas relações com diferentes capitais que englobam o complexo agroindustrial, assumindo relações com o capital financeiro e, por conseguinte, com a indústria de fertilizantes, máquinas, entre outros.

A partir da exaustão da expansão horizontal, iniciou-se o processo de expansão vertical da produção, em que a parcela dos modernizados expande sua produtividade,

²² “Capital” que aqui tem o sentido específico de referir-se a máquinas modernas e insumos.

elevando a produção total. Em compensação agrava-se a situação das já difíceis condições enfrentadas pelas unidades não modernizadas, que têm sua produção abaixo do padrão médio.

Isso acabou sendo refletido na queda de 16,63%, segundo instituto CEPA (1986), no número de estabelecimentos em Santa Catarina, que tem na suinocultura a principal atividade econômica entre 1980 e 1985. Os que permaneceram na atividade passaram a reter boa parte do excedente financeiro para viabilizar o processo de modernização, fator indispensável para a sobrevivência na condição de pequenos produtores (GONÇALVES NETO, 1997).

A modernização de uma parcela dos pequenos produtores do oeste catarinense trouxe consigo várias implicações econômicas e sociais. Foram dois os principais fatores acarretados pela modernização: o endividamento junto ao setor bancário e a crise da suinocultura (POLI, 2008).

A abertura de linhas de crédito bancário acessível, inicialmente, somava-se ao estímulo, à melhoria das instalações e equipamentos das propriedades e à modernização das formas de produção, sobretudo para o uso intensivo de sementes selecionadas, mecanização agrícola e uso de insumos de origem industrial. O ramo da suinocultura foi o mais sensível a isso, que tinha como agravante a forte oscilação dos preços e o processo inflacionário vivido pelo país no período, que elevava muito o custo para as famílias.

A chamada “peste suína africana” foi outro componente negativo para a suinocultura do oeste catarinense. Esse fatídico episódio surgiu em meados da década de 1970, com a morte de alguns suínos que se alimentavam na região de um aeroporto. Diante da morte desses suínos, a notícia foi divulgada como sendo uma doença que estava atacando a criação. A partir da suspeita passou a se interditar e exterminar os lotes produzidos em determinadas região do oeste, até de outras da própria região Sul como um todo. O primeiro caso de extermínio ocorreu em 1º de setembro de 1978 no município de Xanxerê (RENK, 1997).

Na década de 1970, muitos agricultores resistiram em trocar seu antigo modo de produzir, bem como suas raças, para as novas raças europeias, denominadas Large White e Landrassen. Para enquadrar todos os produtores dentro dos padrões estabelecidos, a peste suína africana foi um pretexto - de uma estratégia do governo e das agroindústrias - para eliminar definitivamente a produção autônoma de suínos na região, e de exterminar todos os porcos da raça comum, e impor a nova raça de porcos brancos, já que os novos porcos precisaram ser produzidos dentro de determinados padrões de higiene e alimentação (PAIM, 2003). Conforme relato de um padre, agente da pastoral,

Na verdade os agricultores não enxergavam nenhum suíno doente e de repente vinha uma determinação e, da noite para o dia, aparecia uma tropa militarmente aparelhada para fazer a matança. Vinham inclusive com retro-escavadeira, abriam uma vala enorme, carregavam os suínos dos chiqueirões, derrubavam nas valas e os soldados, com fuzis iam matando. No interior de Saudades, por exemplo, foram disparados mais de mil tiros de fuzil naquele dia, onde foram fuzilados em torno de mil suínos. (POLI, 2008, p. 68).

A fama da peste suína agravou as exportações por um longo período, diminuindo o consumo da carne suína do mercado interno, reduzindo o mercado para o produto e provocando queda no preço.

Somados os fatores negativos, muitos agricultores foram obrigados a se desfazerem de bens, senão da própria terra, para arcar com as obrigações bancárias.

Outro agravante desse processo, segundo Campos (1987), foi que a modernização da pequena produção tornou supérflua a crescente oferta de força de trabalho, complicando a permanência e sobrevivência das unidades menos evoluídas.

Dessa maneira, em termos sociais, as consequências da modernização da agricultura provocou a busca por novas fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste (principalmente no estado Mato Grosso), Norte (Rondônia, e Maranhão) e Nordeste (Maranhão), e também no deslocamento de contingente populacional para as cidades-polo da região.

O êxodo foi bastante considerável. Enquanto a população urbana crescia a cada censo, a população rural diminuía. A cidade de Chapecó, sendo cidade-polo da região Oeste, bateu recordes com o fenômeno.

Tabela 17: População urbana e rural de Chapecó para os censos de 1970, 1980 e 1991

Ano	1970	1980	1991
População rural	29.508	28.499	21.551
População urbana	20.185	55.269	93.740
Total	49.693	83.768	115.291

Fonte: IBGE.

Segundo a tabela, a população urbana de Chapecó, em termos percentuais, cresceu 173,8% entre as décadas de 1970 e 1980, e no período de 1980 a 1991 evoluiu em 69%. Já a

população rural, no mesmo período, decresceu 3,4% e 24,4%, respectivamente. Esses valores demonstram o encolhimento da população rural, gerado pelo desestímulo em residir e ter na agricultura a fonte de renda para sobrevivência. O que também contribui para este cenário é o fato de que nestas décadas, a zona urbana de Chapecó já apresentava um considerável desenvolvimento do setor de comércio e empresarial, isso atraía os mais jovens, que deixavam suas famílias de origem na agricultura, e iam trabalhar na cidade.

A partir dessa conjuntura de crises e dificuldades de permanência e sobrevivência da população rural, somado ao esgotamento da fronteira agrícola, surgiram nos anos de 1980 na região diversos movimentos sociais no campo. Alguns ganharam repercussão estadual e até nacional, como foram os casos do Movimento das Mulheres Agricultoras, Movimento dos Sem-Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens e Movimento de Oposições Sindicais (POLI, 2008).

3.8 Sistemas de integração na produção de suínos

A subordinação da pequena produção do oeste catarinense tem nos sistemas de integração da pequena produção à agroindústria a sua forma mais desenvolvida, estabelecendo relações contratuais entre ambas as partes (BAVARESCO, 1995). Como já analisado, essa subordinação da pequena produção foi mediada pelo mercado que, por sua vez, estabelece os padrões sociais de produção.

O sistema de produção integrada caracteriza-se por uma empresa processadora, nesse caso uma agroindústria, que integra várias fases do processo produtivo, como fornecimento dos suínos e/ou frangos, nutrição, melhoramento genético, garantindo o aparato necessário para a criação dos animais aos agricultores, e estes, por sua vez, encarregam-se de vender, ou entregar essa produção para a agroindústria. Quanto ao termo entregar, este é empregado, quando a agroindústria fornece - além do aparato técnico - também os leitões no caso da suinocultura, e/ou os pintinhos, no caso da avicultura, desta forma, compreende-se que o agricultor está prestando um serviço. De toda forma, há uma integração entre a empresa e o produtor no processo de criação e processamento dos suínos, e aves.

Os primeiros contratos oficializados de integração de suinocultores ocorreram com o Frigorífico Sadia, em 1972, embora antes já fosse praticado o sistema de integração, mas de

forma não contratual. Também é nesse ano que se pulveriza a prática para os demais frigoríficos. Antes deste sistema ser adotado, a comercialização de suínos era feita com os chamados comerciantes

Junto com o sistema de integração, a partir de 1972, são estabelecidos novos padrões de produção, mais rígidos e seletos, o que provoca um processo de exclusão de uma parcela de pequenos produtores suinícolas. Os agricultores entrevistados que aderiram ao sistema de integração consideraram adesão como um processo natural, e segundo o agricultor Nelcir Giovanoni (entrevistado no dia 15 de janeiro, em União do Oeste/SC), o processo de integração foi inevitável, mas este sistema permitia uma certa zona de conforto na hora de dividir as responsabilidades em cima dos resultados obtidos, já que como os agricultores integrados recebiam instruções das agroindústrias, caso houvesse algum problema com o rebanho, o produtor nesse caso, seria menos responsabilizado pelo ocorrido, já que estaria em dia tanto com os cuidados e formas de manejo, como com alimentação, exigidos pelas agroindústrias.

O processo de integrar os produtores perpassa pela seleção, em que são avaliados critérios, tendo predileção aqueles mais modernizados e, por consequência, os mais produtivos, garantindo melhores retornos às agroindústrias.

Segundo L. Z. (entrevistado no dia 15 de janeiro de 2014, em União do Oeste/SC), o agricultor ia até a agroindústria, ofertava a sua disponibilidade em se integrar, e esta por sua vez verificava o potencial que a propriedade possuía, a partir do tamanho de propriedade, e benfeitorias que essa possuía, e a partir disso era assinado um contrato.

Neste contrato eram estipuladas as diretrizes em que a atividade de integração se pautava. A agroindústria possuía como dever fornecer os leitões, a alimentação, remédios e assistência técnica - insumos e serviços que eram cobrados, e contabilizados no final do ciclo do rebanho – para o agricultor, que por sua vez, ficava imbuído de fazer a engorda dos suínos nos padrões estabelecidos pela agroindústria. O lucro do suinocultor era apurado a partir de uma taxa de conversão, ou também chamada de taxa de desfrute, estipulada pela agroindústria. Na fórmula de conversão as variáveis são o percentual de mortalidade, o peso médio, a idade, e o consumo total de ração.

Em conversa com um técnico agropecuário de um frigorífico de Chapecó, que atua há décadas neste segmento, o que era e ainda é primado na hora de efetuar um contrato de integração é a estrutura que o agricultor possui. Neste caso, principalmente a quantidade de terras e as benfeitorias que o colono tinha. Os agricultores descendentes de europeus eram os mais visados, até porque, na região, poucos eram os colonos que não fossem desta

descendência. A explicação para maior atratividade pelos descendentes era pelo fato destes terem maior visão empreendedora e comercial.

Na percepção dos suinocultores e avicultores entrevistados, o processo de integração foi inevitável. A relação entre os agricultores e agroindústria, era de subordinação dos primeiros, no sentido de que estes deveriam exercer a atividade com base nos padrões estabelecidos pela segunda, e isso era acordado em contrato, mas de toda forma e em razão disso, a relação pautava-se naquilo que havia sido acordado, e assim a relação entre as partes era previsível. As inconveniências segundo os agricultores entrevistados eram as crises, e oscilações de preços, que dificultavam previsões ou estimativas de produção ou lucro por parte dos mesmos, e com isso as dificuldades passavam a ser nítidas e consideráveis a ponto de se repensar na atividade praticada ou até mesmo, na permanência na propriedade rural (Augustinho Seraglio, C.M., Darci Francisco, entrevista no dia 15 de janeiro de 2014, em União do Oeste/SC).

Segundo Espindola (1999), a grande expansão dos frigoríficos do oeste catarinense tinha por trás uma suinocultura que possuía índices técnicos bem acima dos níveis brasileiros e um sistema de integração que aumentava ao longo do tempo. Em 1972, havia cem produtores de suínos integrados em Santa Catarina, já em 1978, o número aumentou para 2.304 (CEAG, 1978).

Tabela 18: Distribuição de produtores integrados por frigoríficos em 1978 na mesorregião Oeste catarinense

Empresa	Número de integrados
Sadia	988
Perdigão	300
Seara	472
Pagnocelli	68
SAICC	42
São Carlos	9
Safrita	7
Total	1.886
Outras regiões do estado	418
Total de Santa Catarina	2.304

Fonte: CEAG/SC (1978).

Na mesorregião Oeste, em 1978, havia 1.886 produtores de suínos integrados, as demais regiões do estado somadas tinham 418. Os que representavam a microrregião Oeste, neste caso eram os frigoríficos Sadia, São Carlos e SAIC, totalizando 1.039 produtores integrados. Comparando estes dados com os da tabela 17, é possível verificar que os 1.039 produtores, estimando uma média de quatro componentes no grupo familiar na década de 1970, correspondiam a 4.156 pessoas envolvidas na atividade de integração. Se cruzar este dado com a população rural de Chapecó para década de 1970, que era de 29.508 pessoas, o percentual de indivíduos que estavam envolvidos com o sistema de integração representava 14%. Se analisar o nível de maturidade do sistema de integração, que era de 7 a 8 anos – já que as primeiras integrações foram no início dos anos de 1970 – a evolução é considerável, se levar em conta que inserção do sistema de integração é de certa forma complexo, por trazer modificações no manejo, por exigir melhorias estruturais na propriedade rural, e, além disso, corria o risco de confrontar-se com questões culturais, e limitações de ordem financeira. Outro fator a ser levado em conta, é que na década de 1970, muito embora o crédito bancário tenha sido amplo, nem todos os pequenos agricultores estavam propício a ele.

Estima-se que 54.000 era o número de estabelecimentos que se dedicavam majoritariamente aos suínos em Santa Catarina em 1978 (CAMPOS, 1987), ou seja, nesse ano, o número de suinocultores integrados na microrregião oeste correspondia a 2% do total.

Os anos de 1980 tiveram pelos agricultores uma maior adesão ao sistema de integração. Para Altmann (1997), os produtores integrados corresponderam por 13% do total de suínos abatidos no início dos anos de 1980, totalizando trezentas mil cabeças, equivalendo a 130 por integrado.

O progresso técnico alcançado após a implantação do sistema de integração é notório. Os índices técnicos alcançados pelos produtores são superiores aos nacionais, comparáveis aos de países em que a cultura de suínos era tradicional.

Tabela 19: Índices de produção e produtividade entre os países

Itens	Brasil	Alemanha	Estados Unidos	Japão	Inglaterra
Desfrute ²³	56	160,4	136,0	191,5	170,1
Peso médio das carcaças (kg)	67	75	75	74	64
Leitões/parto	5 a 7	8/10	8/10	8/10	8/10
Idade desmame (dias)	50 a 60	35/42	35/42	35/42	35/42
Mortalidade	20 a 30	10/15	10/15	10/15	10/15
Peso abate (kg vivo)	80 a 90	90/100	90/100	90/100	80/90
Número partos porca/ano	1 a 1,5	1,8/1,9	1,8/1,9	1,8/1,9	1,8/1,9
Idade abate (meses)	8 a 12	5/7	5/7	5/7	5/7
Conversão ²⁴ alimentar/kg	5	3,5/4	3,5/4	3,5/4	3,5/4

Fonte: SUDESUL/BRDE (1978).

A Tabela 19 permite analisar que foi possível alcançar elevados níveis de produtividade, atingindo as médias próximas dos grandes países produtores de suínos por meio da pequena produção familiar. Sendo que a partir de 1978, os frigoríficos, visando melhorar ainda mais os índices, primaram pelo aumento do número de integrados, para isso os rigores para a seleção foram diminuindo (ALTMANN, 1997). Ao tornar-se um integrado, o suinocultor já deteria um nível substancial técnico que permitiria elevar sua produtividade.

Ainda com relação à tabela, os dados que compõem o Brasil demonstram um menor desenvolvimento da atividade. É percebido que o nível de desfrute é baixo, se comparado aos outros países, mas esse ainda é considerável, se considerar o tempo de maturação que a atividade suinícola tinha no período. O Brasil está abaixo também nos demais quesitos em

²³ O desfrute refere-se ao aproveitamento do rebanho, ou a capacidade do rebanho gerar excedente. Em que são analisados fatores como raça, abate de fêmeas, peso do abate, natalidade, sistema de criação (confinamento ou pasto), idade da primeira cria, ou seja, todas as variáveis que compõem a criação refletem no desfrute. Quanto maior o desfrute, maior a produção interna do rebanho.

²⁴ Conversão alimentar é a quantidade de ração, ou alimentação, consumida pelo suíno, dividido pelos quilos finais, ao qual o mesmo é comercializado.

comparação com os demais países. Outro dado importante é a conversão alimentar, que revela a eficiência de produção do suíno, com base e sua alimentação e manejo, na tabela se constata que o índice de lucratividade do Brasil é menor que os demais países analisados, onde a conversão alimentar era, em média, 3,5 kg de alimentação para 4 kg de suíno, ao passo que no Brasil era de 5 por 1.

Para produzir um porco de 98 kg a uma taxa de conversão alimentar de 3,5 por 1, eram necessários 200 kg de milho (CAMPOS, 1987), logo, para engordar 130 suínos era necessário em torno de 26.000 kg de milho. A produtividade da lavoura do milho no oeste catarinense girava, em média, em torno de 3.000 kg/ha. Para tanto, seriam necessários para as unidades familiares uma lavoura de milho de 8,6 ha para engordar 130 porcos (CEAG, 1989).

Em 1980 o estado de Santa Catarina possuía 166.653 estabelecimentos que praticavam a atividade suinícola, sendo responsável naquele ano pela produção de 4.385.089 suínos (CEPA, 1986). Segundo censo agropecuário de Santa Catarina (FIBGE, 1985), esta atividade era praticada principalmente por estabelecimentos que tinham até 50 ha.

Grande parte dos suinocultores possuía menos de 10 ha, ou seja, quantidades de terras exíguas, e que, além da suinocultura, dedicavam-se à cultura do feijão e do milho – importante e decisiva na alimentação e produção dos suínos. Cabe ressaltar então que o crescimento da capacidade produtiva dos suinocultores esteve limitada pela qualidade e quantidade das terras disponíveis. O relevo da microrregião Oeste é caracterizado por declives, fator que limitava ainda mais a área de aproveitamento para a cultura do milho.

O ano de 1980, segundo Espindola (1999), foi o auge do ciclo da expansão suinícola. Basicamente pelo aumento dos preços sentidos a partir de 1977, e que se mantiveram altos até o final da década de 1980. Esse fator estimulou a produção capitalista.

Segundo Campos (1987), em períodos de ascensão dos preços, era costumeiro comerciantes e profissionais liberais da região com pequenas áreas de terra se dedicarem à suinocultura. Isso também ocorrera com produtores mais capitalizados, que através do aumento da produção de milho garantiam a expansão de suínos. Quando os preços começavam a baixar, essa produção ocasional desaparecia.

Outro detalhe válido de se mencionar é que principalmente a partir do fim da década de 1970 os grandes frigoríficos passam a produzir uma parcela do total dos suínos que abatem. Isso ocorre substancialmente por dois motivos: primeiro essa produção se caracterizaria como uma reserva, ou segurança, em situações adversas, como queda na produção pelos suinocultores, garantindo o equilíbrio dos abates para os diversos meses do

ano; segundo, está relacionado a alguns produtos nobres, que exigem para sua produção animais com determinadas características de difícil obtenção junto aos produtores integrados.

Segundo estimativa do CEAG (1978), 12% do total de cabeças abatidas pelos frigoríficos, a produção é própria. Ainda segundo o estudo, isso equivaleria a 250 mil cabeças.

Em 1981 iniciou-se uma grave crise sobre a suinocultura, com quedas nos preços, voltando a reagir em 1983. Esse agravo foi oriundo principalmente da profunda crise que a economia brasileira passou nesse período, com arrocho salarial (1982), limitando significativamente o poder de compra da sociedade brasileira, principalmente a classe média, principal consumidora da carne suína no Brasil.

Tabela 20: Evolução da suinocultura no Brasil e em Santa Catarina (1980-1985)

Anos		1980	1981	1982	1983	1984	1985
Rebanho (milhões de cabeças)	Brasil	32,6	32,1	31,6	30,3	39,00	38,6
	Santa Catarina	3,6	3,6	3,5	3,6	3,5	3,6
	%	11,0	11,2	11,0	11,9	12,0	12,6
Abates (milhões de cabeças)	Brasil	17,7	18,2	17,0	15,3	13,9	14,0
	Santa Catarina	3,9	4,2	4,0	4,3	4,0	4,2
	%	22,0	23,1	23,5	28,1	28,8	30,2
Desfrute	Santa Catarina	113,4	116,7	112,5	118,8	110,0	116,6

Fonte: Instituto CEPA/SC (1986).

Conforme os dados verifica-se a queda que a crise desencadeou, tanto no abate e rebanho, em nível de Brasil e também especificamente no estado de Santa Catarina. A crise que se instaurou em 1981, provocou queda na produção e no rebanho para o ano subsequente, o de 1982. A recuperação veio em 1983, mas não foi capaz de se manter pelo tempo. No que tange ao desfrute, o reflexo da crise também ocorreu, provocando oscilações, com alta em 1983 e queda em 1984. Somente nesse ano o mercado volta a se expandir (DALLA COSTA, 1993).

Tabela 21: Evolução da produção de suínos em Santa Catarina (1970-1985)

Ano	Abate
1970	948.822
1975	1.335.400
1976	1.552.318
1977	1.449.592
1978	1.999.346
1979	2.297.505
1980	2.912.027
1981	3.045.446
1982	2.051.793
1983	3.494.641
1984	3.304.082
1985	3.319.341
1986	3.720.000

Fonte: Instituto CEPA/SC (1986).

A partir da tabela verifica-se que os efeitos da crise dos anos 1980 afetaram a produção e, por consequência, o abate de suínos para o estado. Entre 1981 e 1982, a queda foi de 32,63%. Os valores oscilaram entre altas e baixas até 1984, em que o número de abates voltou a subir.

Entretanto, durante o período de crise o mercado de suínos se modificou, principalmente porque a produção diminuiu, tanto pela incerteza do mercado pelos suinocultores que se mantiveram na atividade como pela saída de 16,6% da atividade (CAMPOS, 1987).

Diante disso, a estratégia adotada pelos frigoríficos do estado, especialmente no oeste, foi de ampliar o número de integrados. Diminuindo as exigências.

Tabela 22: Número de integrados na produção de suínos em Santa Catarina

Ano	1982	1983	1984	1985	1986
Número de integrados	9.958	16.140	20.073	22.106	23.936

Fonte: CEPA/SC (1986).

De acordo com a tabela, entre os anos 1982 e 1986, o número de suinocultores integrados cresceu 140%. Segundo o relatório do Instituto CEPA (1986), em 1986 os suinocultores integrados representaram 71,3% da produção estadual de suínos e 82% do abate no estado.

A suinocultura se disseminou pelo estado e região oeste, e a importância da atividade segundo entrevista com O. G. (entrevista realizada no dia 03 de janeiro em União do Oeste) no orçamento familiar, foi considerável nos primeiros anos da atividade, mas a partir de meados dos anos de 1980 em função das crises, e da oscilação dos preços, os rendimentos caíram. Outro agravante foram as exigências ambientais, que incentivaram muitos suinocultores a saírem da atividade (entrevista com Maria Enderle, em 14 de janeiro de 2014), aliado a falta de mão de obra. A entrevistada também relata sobre as mudanças e melhorias constantes tanto no setor de suínos como de aves, ao passo que o lucro obtido com a venda de um rebanho ou lote, por vezes deve ser reinvestido na propriedade a partir de adequações solicitadas pelas agroindústrias.

Embora o número de integrados tenha aumentado, a necessidade de diversificar as atividades conectadas às agroindústrias permitiram e impulsionaram o setor de avicultura, como será analisado a seguir.

3.9 A integração dos avicultores

A criação de aves não era uma atividade tradicional da região. Havia uma produção, mas se limitavam a algumas galinhas criadas soltas em torno da residência. A atividade avícola no oeste catarinense surgiu então de modo tardio, se comparado à atividade suinícola, pois teve início na década de 1970, década depois do surgimento da suinocultura.

O ramo de aves surgiu da estratégia adotada pelos frigoríficos, que, por sua vez, visavam diversificar suas atividades ainda em meados da década de 1960, quando já se tornaram produtores de concentrados e rações, conglomerados comerciais, armazenadores de grãos e, finalmente, abatedores de frangos.

Tabela 23: Evolução do abate de aves em Santa Catarina (1970-1985)

Ano	Abate (1.000 aves)
1970	3.322
1971	5.779
1972	9.437
1973	15.537
1974	26.518
1975	49.687
1976	62.000
1977	81.557
1978	98.984
1979	115.911
1980	136.025
1981	182.340
1982	216.359
1983	224.349
1984	244.813
1985	263.981

Fonte: CEPA/SC (1986).

Conforme a tabela verifica-se o alto crescimento do setor em Santa Catarina entre 1970 e 1985. O abate cresceu mais de 7.000%.

Na década de 1970 instalou-se na cidade de Chapecó a Sadia Avícola S.A., utilizando técnicas mais modernas, com conhecimento oriundo de técnicos holandeses. Assim, inicia-se o mesmo sistema empregado na suinocultura, o de produção integrada. Desse modo, a agroindústria fornecia pintos, rações específicas, assistência técnica aos pequenos produtores, e remuneração pela produção de frangos. Antes ainda, na década de 1950, a agroindústria já havia iniciado a criação de frangos, porém de forma mais modesta na Granja Santa Luzia, em Concórdia (FONTANA, 1980).

No ano de 1971, a Sadia Avícola Chapecó S.A possuía 22 produtores integrados. A partir daí a produção só cresceu. Passou de 4.650 toneladas de frango em 1970 para 394.916

em 1985 (Associação das Indústrias de Carne e Derivados do Estado de Santa Catarina, encontrado no relatório da Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1993, Programa Nacional de Pesquisa de Aves, mimeografado, Concórdia, SC.).

A avicultura transformou-se numa das atividades mais revolucionárias de capital. Para alta produção eram necessários investimentos em insumos, vacinas, medicamentos, rações balanceadas, dentre outros. Ainda no final de 1970, para a produção de 1 kg de carne de ave, eram necessários, em média, apenas 2 kg de ração, e um tempo de formação até o abate bastante rápido, em média, de cinquenta a sessenta dias, ao passo que para os suínos eram necessários, no mínimo, 3,5 kg de alimentos para a produção de 1 kg de carne, num tempo de 180 dias (CEAG/SC, 1989).

Essa rapidez, se comparada à produção dos suínos, no processo de produção dos frangos ocorreu graças a investimentos em genética, dando origem aos frangos híbridos. Até a década de 1980, para a produção de frangos no Brasil era necessária a importação das matrizes, sendo que no ano de 1980 foram importados para o país cerca de cem mil matrizes, custando 50 dólares cada unidade (SORJ; POMPEMEYER; CORADINI, 1982). Depois disso, as matrizes, em sua maioria, eram produzidas internamente. Segundo Augustinho Seraglio (entrevista realizada em 15 de janeiro) a produção de frangos era mais compensatória, se comparada a de suínos, pois o tempo do ciclo é menor, e tem melhor manejo.

O controle técnico seguia o modelo do sistema de integração dos suínos, já que era prestado pelos frigoríficos, para o agricultor; portanto, cabia a estes obedecer às técnicas sugeridas pelos departamentos das agroindústrias. A preferência na escolha dos produtores a serem integrados era com aqueles mais modernizados e que possuísem áreas maiores de terra, já que esta última era indispensável para a obtenção de crédito rural. Nesse caso, a necessidade de áreas grandes não está ligada a capacidade de produção de milho e, sim, a captação de crédito, já que a alimentação do frango era provida pelos frigoríficos.

Do mesmo modo que a suinocultura, o número de avicultores cresceu de modo rápido.

Tabela 24: Número de avicultores integrados (1970-1976)

Ano	Quantidade de frigoríficos integradores	Número de integrados	Número médio de integrados por frigorífico	Quantidade de abate anual por cabeças (milhões)	Quantidade média abatida por produtor integrado
1970	1	134	467	3,3	24.791
1976	9	934	106	10,0	62.959

Fonte: CEAG/SC (1978).

De acordo com a tabela, no ano de 1970 havia apenas um frigorífico que atuava com o sistema de integração avícola e 134 agricultores integrados na Sadia Avícola Concórdia, de Concórdia. Nesse ano, essas unidades familiares integradas produziram, em média, cada uma 24.791 cabeças de frangos, totalizando 3,3 milhões.

Logo depois, no ano de 1971, iniciou o sistema de integração de avicultores em Chapecó pela Sadia Avícola S.A (ESPINDOLA, 1999). Em 1974, a atividade avícola já é iniciada por outros frigoríficos, o reflexo disso pode ser verificado no ano de 1976, quando o número de agroindústrias que passaram a operar com a integração avícola chegara a nove, o número de unidades familiares integradas passou a ser 934, sendo que, em média, cada frigorífico teria 106 integrados. Estes, por sua vez, passaram a produzir, em média, 62.959 cabeças de frangos, totalizando 10,0 milhões de aves para 1976. E em 1977, a Sadia Avícola passou a possuir 262 integrados.

Tabela 25: Unidades integradas por frigoríficos em Santa Catarina (1977)

Frigorífico	Quantidade de integrados
Sadia – Concórdia	412
Sadia - Avícola Chapecó	262
Perdigão - Vale do Rio do Peixe	187
Seara – Xanxerê	110
Chapecó Avícola – Xaxim	51
Pagnocelli - Herval D'Oeste	42
Frigorífico Ouro-Ouro	6
Total entre a região Oeste e o Vale do Rio do Peixe	1.069
Frigor – Blumenau	36
Frisucca	25
Total do Estado	1.130

Fonte: CEAG/SC (1978).

A partir de meados da década de 1970, o número de agroindústrias que passaram a operar com a atividade avícola e com o sistema de criação integrada aumentou. Se considerarmos o número de integrados entre as regiões Oeste e Vale do Rio do Peixe, juntas totalizariam nesse período 1.069 integrados, teriam quase 95% da produção de aves do estado, conforme tabela 25.

Tabela 26: Características dos produtores de aves em Santa Catarina para 1980

Área (ha)	Participantes	%	Aves vendidas	%
5	2.824	10,2	8.325.111	5,8
5 a 10	4.401	15,8	10.147.841	7,1
10 a 20	9.170	33,0	26.735.129	18,7
20 a 50	9.010	32,4	60.648.512	42,5
50 a 100	1.802	6,5	25.405.498	17,8
100 a 200	409	1,5	5.070.338	3,5
mais de 200	164	0,6	6.344.765	4,6
Total	27.780	100	142.677.194	100

Fonte: Censo IBGE (1980).

Segundo censo de 1980 do IBGE havia 185.617 estabelecimentos que criavam aves, dos quais apenas 27.781 efetuaram vendas totais de 142.677.194 cabeças, ou seja, de todos os criadores, apenas 14% do total eram classificados pelo censo, tendo a avicultura como atividade econômica. Além disso, pode-se verificar que a grande maioria dos então avicultores possuía menos de 50 ha, ou seja, 25.405 do total, isso representa 91%. Das 142.677.194 aves produzidas, 105.856.593 foram de propriedades também com menos de 50 ha, representando quase 75% da produção total. Isso demonstra que a produtividade do setor não depende da quantidade territorial que o produtor possui, pois a atividade não está relacionada à produtividade do milho – já que a alimentação base dos frangos é a ração –, e as dimensões do aviário no oeste eram de, em média, 1.200 m² (IBGE, 1980), ou seja, não exigiam grandes quantidades de terra.

Tabela 27: Número de aviários por integrado Sadia Avícola no oeste catarinense (1971-1984)

Ano	Número de integrados	Número de aviários	Média de aviários por propriedade
1971	22	22	1
1975	144	153	1,16
1979	323	376	1,11
1982	371	449	1,21
1984	518	585	1,13

Fonte: CAMPOS (1987) apud Sadia Avícola; ESPINDOLA (1999).

Outro fator que pode ser analisado é o de que no oeste de Santa Catarina, em média, os avicultores possuíam durante o período tratado um aviário por propriedade e o número de produtores integrados aumentou significativamente entre 1971 e 1975, variando 554%, no total do período, ou seja, entre 1971 e 1984 a variação total foi de 2.254%, ou seja, a política de integração, por um lado, é a saída viável para a manutenção dos aviários, garantindo o mercado; por outro, atrelava o produtor ao frigorífico.

Um dos fatores que impulsionaram o grande aumento da atividade avícola foi o financiamento bancário, já que em 1980 foram financiadas 325 granjas avícolas (CEAG/SC, 1989). A possibilidade de acesso ao crédito bancário provocou o crescimento da procura por parte dos pequenos produtores para a integração ao departamento de integração avícola. Uma vez escolhido o produtor, o departamento de fomento da agroindústria elaborava um projeto e depois enviava ao banco para a obtenção do crédito para investimento no setor.

Segundo entrevista com C. M. (realizada no dia 13 de janeiro de 2014, em Chapecó/SC) o financiamento bancário permitiu o início e a manutenção do agricultor, tanto do ramo de suínos como de aves, o detalhe é que o frigorífico não era avalizador do projeto, dessa forma, o agricultor dava sua propriedade como garantia. E esta era uma das dificuldades enfrentadas, segundo João e Maria (nomes fictícios, entrevista arquivo do CEOM, 1998, Chapecó/SC) em períodos de crise na economia brasileira, de congelamentos de preços, e em que os juros bancários se elevavam, o pagamento do empréstimo era a maior dificuldade enfrentada pelo agricultor, já que não havia interferência ou auxílio da agroindústria.

Tabela 28: Abates de aves pelos frigoríficos da região Oeste catarinense (1982-1984) (em mil cabeças)

	1982		1983		1984	
	Abate	%	Abate	%	Abate	%
Sadia	75.154,5	35,2	80.630,3	36,6	91.217,1	37,2
SAIC	28.576,4	13,3	26.402,1	11,9	30.408,7	12,4
Perdigão	76.467,9	35,8	77.230,4	35,0	83.817,0	34,2
Seara	23.379,5	9,0	25.751,5	11,7	31.645,9	12,9
Eliane	6.522,2	3,1	7.251,7	3,3	7.724,5	3,3
Outros	3.619,5	1,7	3.108,4	1,5	-	-
Total do oeste catarinense	103.730,90	48,50	107.032,40	48,50	121.625,80	49,60
Outros no estado	109.989,1	51,5	113.342,00	51,5	123.187,4	50,4

Fonte: Associação das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado de Santa Catarina

Os grupos Sadia e Perdigão detêm a maior parcela do abate para o período com 71,4% no ano de 1984. Observa-se que os frigoríficos do oeste representam boa parte do abate total de aves para Santa Catarina. A participação oscilou pouco durante os anos, mas garantiu às agroindústrias do oeste a representação de quase 50% do total de aves abatidas no estado.

A atividade avícola em Santa Catarina passou a representar 27,3% em 1984 do abate de frangos no Brasil, garantindo a exportação no valor de U\$\$ 147,2 milhões, representando 58% das exportações desse segmento (CEPA/SC, 1986).

Tabela 29: Integrados por frigoríficos e aviários para 1985, para região Oeste

Empresa	Aviários integrados	Abate de aves (em mil cabeças)
Sadia Avícola	1605	96.081.000
Chapecó Avícola (SAICC)	548	33.279.000
Seara	480	32.200.000
Perdigão	1.389	93.73.000
Total	4.022	254.633.000

Fonte: CEAG/SC (1989); CAMPOS (1987).

Conforme a tabela acima, para o ano de 1985 a quantidade de avicultores integrados na região Oeste catarinense chegou a 4.022. Esse aumento provocou uma crescente na quantidade de abate, chegando a 254.633.000 cabeças.

Tabela 30: Pregos pagos do frango ao produto em Santa Catarina (1970 a 1985) (Cz\$)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Janeiro	11,27	11,91	12,13	12,88	14,31	13,25	11,43	10,67	10,95	12,69 ³⁰	10,78	10,41	7,70	7,96	10,38	7,78
Fevereiro											11,95	9,37	8,06	7,68	11,95	7,14
Março											10,38	9,54	8,07	8,11	11,21	5,99
Abril											9,82	8,83	7,13	7,94	8,40	5,59
Maiο											9,82	7,94	6,72	9,06	8,20	5,19
Junho											9,53	7,68	6,42	8,51	8,39	7,83
Julho											8,82	7,80	7,23	7,89	7,84	8,32
Agosto											8,87	9,24	6,60	8,23	8,68	7,77
Setembro											9,74	9,23	7,60	11,06	10,34	7,40
Outubro											9,41	8,85	7,26	9,57	10,17	7,53
Novembro											10,34	8,50	7,42	9,17	8,20	9,62
Dezembro											10,26	8,10	7,57	9,31	7,25	9,93

Fonte: CEPAS/SC (1986).

³⁰ Para os anos de 1970 a 1979 foram encontrados médias anuais de preço.

No que tange à evolução dos preços do frango, é possível perceber que esses decresceram, conforme também pode ser analisado na Figura 6. Isto ocorreu boa parte em razão do aumento da oferta, consequência da alta produtividade alcançada na década de 1980.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto CEPA/SC (1986).

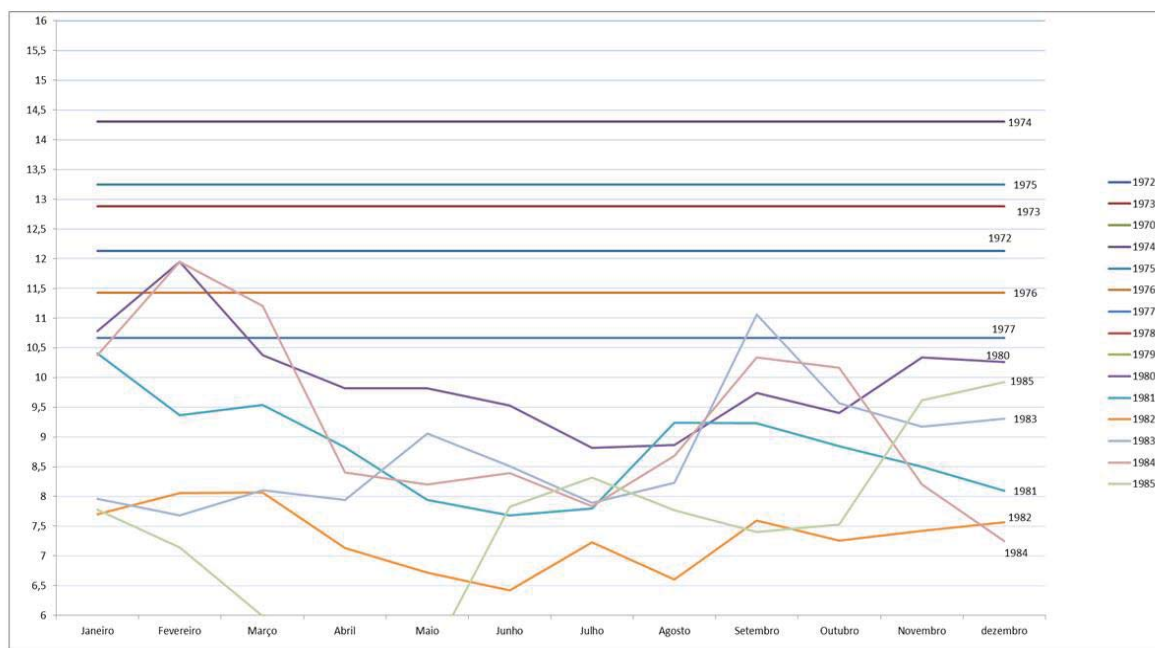


Figura 9: Oscilação do preço do quilo do frango para Santa Catarina entre 1970 e 1985

Ao analisar a tabela e figura dos preços do quilo do frango, nota-se que até o ano de 1974 o preço do quilo se elevou até atingir Cz\$ 14,31 kg, a partir daí, de 1975 a 1980, os preços começaram a cair para, em média, Cz\$ 10,00 kg. A partir de 1980 os preços desabaram, chegando à cifra dos Cz\$ 9,00 a Cz\$ 10,00. Entre 1983 e 1984 houve uma recuperação modesta, ficando os preços entre Cz\$ 8,70 e Cz\$ 9,25.

A queda constante nos preços do frango pago ao produtor avícola esteve relacionada ao já comentado aumento da produtividade, já que em 1970 eram necessários, em média, sessenta dias para a maturação de um frango de 1,5 kg, e na década de 1980 o tempo reduziu para 45 dias, mas, além deste, foi motivado pela expansão da avicultura em outros estados, onde até então era boa parte somente suprida pelo estado catarinense, provocando uma perda do poder dos preços na oferta do produto.

No ano de 1979 foi criada a Associação Catarinense de Criadores de Aves (ACRAVE), no município de Chapecó, com duas finalidades principais (ACRAVE, 1979):

congregar os criadores, tanto pessoa física quanto jurídica, que por suas atividades estivessem ligados diretamente à criação de aves, vedando a participação dos que industrializam o produto; defender os interesses e direitos da classe avícola. Apenas no início a relação com os frigoríficos foi conflituosa, depois procuraram estabelecer uma relação de aproximação com as diretorias da ACRAVE, passando a incentivar a filiação dos integrados à mesma. Como resultado, a ACRAVE foi perdendo crescentemente o seu papel como instrumento de luta dos avicultores para se tornar um instrumento de mediação das relações entre frigoríficos e integrados (CAMPOS, 1987).

Para tratar especificamente das relações entre as agroindústrias e os produtores integrados, são utilizadas fontes orais, que como mencionados na introdução deste trabalho, correspondem a oito entrevistados, dois destes, deixaram a atividade da integração na agricultura, e atualmente atuam como funcionários urbanos na cidade de Chapecó, e os demais, são produtores integrados na cidade de União do Oeste.

Partido de uma análise geral, a prosperidade na produção tanto por parte da matéria prima ofertada pelos colonos quanto pela agroindustrialização, foi consequência direta da incorporação da produção integrada, em que o mercado industrial determinou a transformação no processo produtivo, e tornou praticamente inviável a sobrevivência das formas tradicionais de produção. Conforme pode ser entendido na percepção do agricultor e produtor integrado Darci Giovanoni:

nós produzia e vendia os porco macauzinho para os comerciante, tinha uns daqui de perto, conhecido, que tinham comércio, e outros de fora, depois, os frigorífico começaram a comprar os porcos, e dai começamos a produzir o porco branco, e acho que o comércio desenvolveu mais, os comerciante daqui das redondeza passaram a exigi até mais do que nós produzia, e dai não teve outro jeito a não ser vender também para os frigorífico. Eu sempre digo para os meus filhos, de que não adianta a gente ir contra as coisas, tem de se fazer o certo, bem feitinho, que tudo se ajeta.

O pequeno produtor com a transformação passa a assemelhar-se ao trabalhador assalariado pelo fato de ambos gerarem um excedente apropriado pelo capital. E pode ser considerado como uma unidade produtiva, ao passo que detém a posse dos meios de produção.

Segundo o agricultor Nelcir Giovanoni produtor integrado, que iniciou sua relação com as agroindústrias ainda na década de 1970:

nós sempre fomos educados pelos nossos pais, que vieram lá de Erechim, do Rio Grande, que não ganha a vida do jeito fácil, só trabalhando mesmo. Dai quando nós começamos a vender para os frigorífico, não podia dizer olha, hoje eu quero ir trabalhar, amanhã não, ou então, dizer que quer largar mão daquilo que tá fazendo, por que depois que a gente virou integrado, nós passamos a ter o compromisso de obedecer os técnico, e aquilo que eles pediam, pra que no passar do tempo os porcos e os frangos ficassem criados e a gente pudesse vender pra eles, e assim nós ganhar o nosso dinheiro.

Isso demonstra o comprometimento, e a relação profissional - mesmo que pouco clara para os agricultores – que passou a se estabelecer na zona rural em razão do sistema de integração.

Ainda, a relação pode ser considerada entre duas unidades produtivas, de um lado, a familiar, e do outro, a capitalista, em que há já de início uma deficiência na acumulação da unidade familiar, ao contrário da capitalista, que não apenas subordina o trabalho, mas também o modo de produção.

O fator que influenciou sobremaneira as circunstâncias estudadas foram as políticas econômicas estabelecidas no Brasil, principalmente a partir do Governo Getúlio Vargas, que através da implantação do Programa de Substituição as Importações (PSI), passou a fomentar e garantir o desenvolvimento industrial dos diversos setores. Cabe lembrar que para limitar as importações da época, era necessário que a indústria nacional ofertasse aquilo que antes era suprido pelo mercado externo. Isso garantiu um leque de financiamentos que culminaram, especialmente, com a visão empreendedora dos cooperativistas oestinos, rendendo-lhes a formação do complexo agroindustrial.

Depois, o crescimento do governo JK também garantiu fortes avanços na área da indústria de alimentos, assim como as reformas instituídas no Brasil no período da ditadura militar, que conferiu reformas nos setores bancário e da agricultura, entre outros. A derrocada veio na década de 1980, como se menciona na sequência. É nítido, obvio e até mesmo redundante de se comentar que as boas e más fases vividas pela economia de ordem macroeconomica, foram duramente sentidas pelos agricultores integrados. Já que estes representaram a parte mais frágil e suscetível às mudanças.

Nas entrevistas realizadas com colonos que tiveram ou ainda tem a experiência da produção integrada, duas versões foram reveladas. De um lado, os que entenderam essa mudança na produção, ou a integração dos colonos com as agroindústrias como uma forma de controle de mercados rurais, e de subordinação da agricultura à indústria, e outros que consideraram como algo provincial, que garantia ao produtor uma renda em curto prazo, o

que se difere do cultivo de grãos, uma vez que neste, as safras ocorrem de modo sazonal. Para este estudo, serão expressas ambas as opiniões.

De acordo com Maria Enderle, agricultora integrada:

a integração pra nós foi boa, por que pelo menos a gente ganha uns trocos a cada quarenta ou sessenta dias, eles pagam pouco, mas é melhor que ficar sem renda, já que na agricultura os produtos sempre valeram pouco. Me lembro quando nós trabalhávamos na roça, e não vendia para a cooperativa, era um tempo mais difícil, pois o dinheiro a gente só via na safra, então depois, com os chiqueirão e os aviário, começamos a ganhar uns troco.

O que foi percebido é que o considerar “provincial” expressa aqui, a percepção que alguns agricultores têm dos avanços capitalistas inevitáveis que atingiram todos os setores sociais, e também despe a visão de que estes têm do empreendedorismo. Acreditando ser então um agente em potencial, e não apenas um seguidor obrigatório das atividades impostas. Essa opinião demonstra o colono empreendedor, que embora, sofrido pelos percalços nada tênues, possui gerenciamento orçamentário familiar, e assim obteve um nível de capital considerado por si próprio como substancial, se comparado ao estágio inicial da formação familiar. Mas o que deve ser frisado, é que o projeto de implantação das agroindústrias na região foi previsto, a partir de estudos prévios, levando em consideração o potencial da região e os agricultores. Ou seja, as dinâmicas de implantação das agroindústrias foram estratégicas e planejadas.

Segundo o agricultor E. S. (entrevista realizada no dia 03 de janeiro de 2014, em União do Oeste/SC), ainda produtor integrado na suinocultura, avicultura e produção de grãos “o começo da comercialização com as agroindústria garantiu um maior valor ao produto, pois mais produtos passaram a ser usados na produção, os porcos eram maiores, menos gordos, tinham mais carne, do que aquele que era produzido anteriormente, e que era vendido para o comerciante”.

Como a prática de criação de porcos já existia, e assim a venda para o comerciante, a substituição deste para a agroindústria exigiu maior rigorosidade e controle na forma de produção e manejo. Para a agricultura Maria Enderle:

antes, quando nós vendíamos os porco para o comerciante, era dado o trato que nós quiséssemos, nós usava mais lavagem, milho, abobora, e outros alimento que nós mesmo produzia, depois quando veio a novidade das empresa, que assim, né, comprava os porco, e nós tínhamos assim, venda certa, eles que passaram a dizer o que nós devíamos dar de comida pra eles, no começo nós ficamos um pouco com medo, mas depois, os vizinho aqui de perto passaram a negociar, e vimos que estava dando certo, que era honesto, e dava um lucro, nós também se interessamos, e fomos atrás

Da mesma forma em que a produção de suínos aumentou – em razão de melhores técnicas, melhores raças, e maior infraestrutura - os custos acarretados com essa nova forma de produção também foi crescente. Deste modo, o lucro do agricultor não diferiu-se do sistema anterior. Já que segundo entrevista realizada com C.M., agricultor integrado atualmente, o pequeno lucro que era obtido pelo agricultor com a venda do lote de suínos ou frangos, já eram revertidos em novos investimentos solicitados pelas agroindústrias. De acordo com C.M:

os técnico lá dos frigoríficos, vinha na minha terrinha, dava uma olhada, e dizia, olha, o Senhor tem que mudar isso aqui, isso dali, a gente fazia o que eles pediam, depois vendiam os lotes, e o lucro que não era dos melhor, não dava pra se fazer muito coisa, pois de novo vinha dali uns tempos, o sujeito pedindo pra gente modificar umas coisas, de novo. A gente mudava, mesmo achando que estava bom assim. É que esses funcionário dos frigorífico deviam entender melhor que nós.

A adesão à produção integrada foi ao mesmo que atraente, inevitável. Para se manter na agricultura, e ter renda mínima de sobrevivência, os produtores seguiram o caminho mais convincente, conveniente ou até mesmo o único que havia para o momento. Os oito entrevistados mantiveram outras atividades paralelas, principalmente produção de leite e grãos, que garantiriam uma renda complementar, assegurando o orçamento familiar, em períodos que a atividade de suínos ou aves não rendia o esperado. Isso pode ser complementado com o que o agricultor L. Z. considera:

produzimos sempre porco, desde quando morava com meu pai, lá na Linha Gaúcha, produzia para fazer a banha, que não tinha esse negócio de azeite, essas coisas. Vendia uns para o comerciante, e depois para os integrados, foi por que era assim, como se diz, era mais fácil a gente produzir e ter um comprador certo, e que dava umas orientações para gente, que vinha aqui na porta de casa buscar os porcos. Mas não dava pra tirar tudo o ganho que uma família precisa só com os chiqueirão e aviário. Dai nós sempre tivemos umas vaquinha, e também a gente plantamos soja, milho, feijão, pra garantir, por que o pequeno agricultor que nem eu, nem falar, que não sobrevive só disso.

O lucro considerado modesto pelos entrevistados, assim como a atividade suinícola e/ou avícola foi desestimulado, principalmente pelos custos, que se tornaram altos, e pela oscilação de preços. Segundo o agricultor L.Z:

quando nós começamos a criar os porco, e que vendia para as cooperativa, parece que dava mais dinheiro, eu me lembro que dava para se comprar mais coisa, depois dali uns tempos, parece que não deu mais lucro que nem antes. Eu me lembro, já que você disse agora, que tinha uns anos que dava vontade de largar mão de criar os bicho, mas daí a gente voltava atrás, a gente não tem muita escolha. Mas tinha lote que a gente se desanimava, por que o preço dos porco caía lá em baixo, dava vontade de largar mão.

Isso é compreendido já que no período estudado, ou seja, até os anos de 1980, o Brasil passou por apuros de ordem econômica. Da mesma forma que os financiamentos eram estimulados, até meados dos anos de 1970, e com isso garantiam o avanço na atividade, estes se tornaram pesadelos para os agricultores a partir da década de 1980, garantindo a muitos a necessidade de se desfazer da terra, para arcar com as obrigações bancárias. Nos anos de 1980, os empréstimos continuaram, mas o grau de exigência aumentou, isso agravou as chances da permanência na atividade. Com relação ao endividamento bancário, Darci Francisco Giovanoni:

o problema é que a gente começou a se enfiar nas dividas por que de tempo em tempo as cooperativa começaram a vim com mais exigência. Me lembro de uma vez, que nós estávamos com os aviário bom, tudo arrumadinho, daí veio um técnico, e disse que a gente tinha que colocar uma tela ao redor do aviário, a empresa não ajudou a pagar essa tela, nós que tivemos que puxar do bolso, e nós tivemos que ir no banco e financiar. No fim das contas a gente pouco lucro tinha, o pouco que ganhava tinha que investir, e daí nem sempre a gente tinha dinheiro pronto pra pagar essas exigência, daí nós tínhamos que recorrer aos bancos. E a divida com os bancos você sabe como é que é, não tem choro, tem que pagar, senão eles levam embora a terra.

Alguns agricultores não resistiram às dificuldades e tiveram de deixar suas propriedades, encaminhando-se para a cidade, indo inclusive trabalhar nos frigoríficos, dos quais eram no passado, produtores integrandos. As dificuldades principais eram as exigências das agroindústrias - que demandavam investimentos - e, por conseguinte os empréstimos que

forçaram estes a residir nas cidades, por considerarem os padrões impostos pelas agroindústrias como difíceis de serem alcançados, levando em conta as restritas condições financeiras da maior parte dos agricultores. Conforme João e Maria, atualmente funcionários urbanos de Chapecó:

os frigorífico não tem pena de ninguém, quando queria que a gente mudasse as coisas, e quando carecia chamar algum técnico, eles cobravam, mas na hora de dar uma mão, com as dívidas, nem falar que ajudavam. Nós tínhamos uma quantia de terra pequena, e daí tirar só da roça o sustento não deu mais com o tempo, daí enveredamos para os aviário. Financiamos umas coisas, e depois, não deu certo, tinha lote de frango que dava bom, e tinha uns que não dava pra cobrir as despesas. Peguei e arrendei a terra, e pelo menos assim, eu tiro um dinheiro limpo todo ano. Daí eu e a mulher viemos pra cidade. Aqui já estamos pagando nossa casa. Estamos mais tranquilos. Dá pra viver bem, e todo mês a gente sabe que o salário vem. Daí quando bate a saudade da roça, a gente vai lá visitar os parentes que moram lá ainda.

Assim como os custos, os preços desestimulavam a produção de suínos e aves. A oscilação segundo os entrevistados não dava garantia de lucro. Desta forma o orçamento familiar era pouco previsível. Esta experiência vivida é remetida na versão dos entrevistados principalmente entre as décadas de 1980 e início dos anos de 1990, e como mencionado em parágrafos anteriores, esse fator foi decorrência da instabilidade monetária. Ainda segundo os agricultores, o que se percebe é uma nostalgia quanto a produção ainda entre as décadas de 1960 e 1970, pois segundo estes, neste período o lucro obtido era melhor, e a atividade mais rentável.

O processo de integração garantiu um profissionalismo produtivo para os agricultores. Todo relacionamento baseando em contrato, formalizava juridicamente o comércio entre as partes²⁵. Os contratos são unilaterais, isso quer dizer que o agricultor recebe o contrato pronto, com todas as especificações, e exigências impostas pelas agroindústrias, e ele deve assim, assina-lo. E assim como boa parte das relações comerciais, as prestações de serviço eram cobradas. Destaca-se a assistência técnica, importante para a eficiência e eficácia da atividade, e que segundo os entrevistados, era cobrada. Esta questão é a mais citada como fator negativo entre os entrevistados. Isso pode ser compreendido, como uma forma de frustração entre os colonos, já que as agroindústrias “feriam” a confiança, e a relação amistosa e simples em que

²⁵ Com relação aos contratos de integração, embora se tenha buscado cópia junto aos agricultores entrevistados, estes afirmaram que nunca ficaram com vias deste. Posteriormente foi tentado junto às cooperativas, e estas informaram que o setor jurídico determinou que não fosse fornecida cópia mesmo que fosse para fins de pesquisa, como é o caso.

os colonos até então tinham na forma de relação comercial. Mas, segundo enfatiza o agricultor J.S. “a relação com os frigorífico era profissional, mais nós que não entendíamos naquele tempo”.

A insatisfação com as agroindústrias na visão de alguns entrevistados, também era vista nos momentos de dificuldades com os empréstimos bancários, que eram feitos para garantir a infraestrutura solicitada pelas agroindústrias. O agricultor que queria aderir a integração poderia fazê-lo chamando algum técnico que prestava assistência técnica aos vizinhos, ou então poderia ir até a agroindústria e oferecer seus serviços. Após isso feito, uma análise técnica era feita em sua propriedade, verificando terra, e infraestrutura - esta última era um critério informal de análise mencionado pelos entrevistados, já que o fator principal segundo as agroindústrias era a terra – e finalmente era formalizado o contrato de integração. Segundo O. G., agricultor integrado:

no começo, a cooperativa radiava nos programa de rádio, quem tinha interesse em construir aviário e chiqueirão de porco, tinha que passar na cooperativa para se inscrever. Só podia se inscrever os sócio, dai se o sujeito não fosse sócio, tinha de ir lá e se associar. Dai a cooperativa passava umas exigências, a principal delas era ter condições, né, ter dinheiro pra construir os chiqueirão e os aviário, dai dependia do que sujeito tinha interesse. Dai depois também o técnico ia na propriedade pra ver se tinha agua, e ver o melhor local para se construir. As exigência lá no começo, ainda lá em 1975 por ai não eram muitas, agora pelo que a gente houve falar tá mais difícil conseguir. Por que até acho que eles já tem um produção boa, dai não precisa recorrer a qualquer agricultor se eles acham que não é conveniente. Inclusive os agricultores mais bem estruturados eles conseguem aumentar mais os aviários.

A partir disso, os empréstimos eram inevitáveis para boa parte dos colonos. Mas estes eram feitos sem a interferência direta das agroindústrias, dessa forma todo ônus ou bônus para honrar com esta obrigação financeira era de incumbência apenas do agricultor. De toda forma, a fragilidade financeira destes, perante a potente condição das agroindústrias torna compreensível o ponto de vista do produtor integrado.

No decorrer dos anos, as dificuldades de manter-se no ramo agrícola foram comuns em todas as atividades, por razões gerais como normas ambientais, desvalorização do produto, submissão ao grande mercado capitalização, e ao setor bancário. Especificamente as normas ambientais foram responsáveis pela fuga de alguns agricultores das atividades agroindustriais. Conforme o agricultor Nelcir Giovanoni:

Quando mandaram nós construir os aviário foi o técnico da cooperativa que escolheu o lugar, e ele não deu bola para o rio que tinha perto, e o aviário ficou menos de uns 30 metros do rio, e daí nós produzimos com o aviário uns 15 anos assim, produzindo tudo normal, quando começou as encrenca. Daí um dia veio o técnico, e disse que nós não podíamos mais continuar engordando os frangos, com o aviário naquele lugar, que era o último lote e eles não iam mais fornecer, que tinha que troca de lugar o aviário, se quisesse ganhar frango de novo. E daí eles fizeram isso, o técnico disse, por causa das lei do meio ambiente, que diz que não pode ter criação de frango nem chiqueiro perto dos rios. E daí já não estava dando muito lucro, daí achei melhor vender o aviário e me dedicar as vaquinha de leite, que são mais segura.

Estas dificuldades contribuíram para o êxodo rural, desestimulando a permanência do jovem no campo e na continuidade das atividades dos pais, preferindo estes estudar e trabalhar como empregados na cidade. Isso começou a ocorrer com a formação acadêmica dos filhos desses agricultores, que após graduados, não retornaram a propriedade, tornando assim a mão de obra familiar escassa, surgindo assim a necessidade de contratação de empregados rurais para o pastoreio dos aviários e chiqueirões

Esse cenário ocorre na propriedade do agricultor E.S.:

no começo, era nós, eu a mulher, e nós dava conta de tudo, era pouca coisa, era 50 metros de aviário. Depois os filhos cresceram e nós aumentamos pra 100 metros. Ai sabe como é, o filho terminou o segundo grau e quis fazer faculdade, ele ia de ônibus toda noite para Chapecó, fazer faculdade. E depois resolvemos fazer mais um aviário, o piá com o estudo veio quis de informatizar o aviário, colocar os comedor automático. Quando ele se formou ele achou emprego em Chapecó e não quis mais trabalhar roça. Então me obriguei a contratar uma família pra cuidar do aviário.

Percebe-se a permanência no campo de agricultores com estrutura financeira estabilizada, com maiores áreas de terras, e com mais de um aviário e chiqueirões, produzindo em grande quantidade. A automatização dos aviários, conforme o entrevistado, ocorre no sistema de distribuição da ração para os frangos, e foi introduzida em meados da década de 1990. Antes do chamado “comedor automático” a distribuição de ração nos comedouros era feito de forma manual e dispndia a maior parte da mão de obra do manejo do lote de aves. E corria-se o risco de alguns tubulares (local onde fica a alimentação das aves) ficarem sem ração, não garantindo a homogeneidade no crescimento das aves. Depois da implantação da tecnologia, a alimentação nos tubulares acontece de forma constante, evitando assim a falta de

alimento, e o comprometimento do lote. Também é possível atualmente a automação na alimentação dos suínos. Ainda segundo o agricultor E.S.:

quando nós começamos a trabalhar com os frango, nós levava meio dia por ai, pra um aviário de 100 metros, dai para encher os tubular dos frango, depois que instalei os comedor automático, facilitou um pouco, pois é uma preocupação a menos, e os frango ficam mais bem tratado. E dai esse tempo, né, eu pude fazer outras coisas na propriedade. Como eu tenho os chiqueirão também, que você me pediu, a coisa que mais dá serviço pra lidar com os porcos, é tratar e limpar as báias, tem como informatizar os comedor que nem dos frangos, mas por enquanto ainda não sobrou pra investir nisso.

Quanto ao sistema de integração da produção do frango e dos suínos, cada um possuía suas peculiaridades. De modo que, na integração com a atividade avícola, a agroindústria fornece os pintinhos, e a ração, cabendo ao agricultor integrado a engorda e todo o manejo sob a orientação técnica dos profissionais da agroindústria, sendo que estes determinam data especifica e horário da entrega das aves ao frigorífico. O transporte das aves ocorre sob a responsabilidade da agroindústria.

Já na integração da suinocultura, havia várias formas: o ciclo completo, em que o agricultor era responsável pelas matrizes, criação e engorda dos porcos, entregando para a agroindústria o suíno quando atingia o peso de mais ou menos 100 kg; a outra forma de integração era de ciclo parcial, onde o integrado optava por ser criador, cuidando este das matrizes até o desmame dos leitões, então estes são alojados pelas agroindústrias, nas propriedades dos integrados que optaram somente pelo engorda dos mesmos, ou seja, neste sistema de ciclo parcial, havia opção de escolha entre apenas a produção dos leitões, ou da engorda. Segundo o agricultor O. G., que faz somente a engorda dos suínos:

eu no caso, construí um chiqueirão, naquele tempo tinha um pouco de dinheiro, e um pouco peguei do Pronaf, com capacidade para engordar uns 500 porcos por ai, dai a cooperativa me traz os porquinhos, mais ou menos tudo do mesmo tamanho e peso, e dai eles me dão a ração também, meu serviço então, é tratar, limpar, vacinar, e entregar eles gordo pra eles, num prazo de mais ou menos 120 dias. Os porcos não dão muito lucro, mas pelo menos não tenho prejuízo, que nem quando eu criava por conta, tinha anos que eu trabalhava no prejuízo, sem contar que sobra o adubo dos porco pra mim espalhar na roca, e poupo na compra de adubo químico. Dá serviço cuidar dos porcos, por que não dá pra sair tudo de casa, por que eles brigam, e não pode faltar agua nem comida.

De uma forma geral, o mercado oligopolizado das agroindústrias garantiu às práticas praticadas pela produção integrada. O sucesso no setor foi obtido graças às possibilidades de financiamento, boas práticas de produção por parte do produtor integrado, e um sistema de industrialização e gerenciamento eficiente por parte das agroindústrias.

4.0 Impactos no perfil social a partir da análise de Chapecó

Com base no retrospecto histórico apresentado até aqui, a região Oeste passou por transformações desencadeadas, principalmente pelos processos de modernização e formação das agroindústrias que impactaram, sobretudo no perfil da região. Analisar os resultados para além da década de 1980, obtidos a partir da transformação do sistema de produção colonial para o agroindustrial é mister, para que seja avaliado mesmo que particularmente, o quão importante foi, ou não, esse processo de transformação, que determinou para região a capital da agroindústria.

Para tanto, essa análise com dados além do período proposto – após década de 1980 – tem o caráter de reflexão e avaliação, já que, se tratou até aqui da fase de crescimento populacional e comercial da região, ou fase inicial de todo processo; da constituição e solidificação das agroindústrias; e especificamente neste item de tratar do desenrolar os fatos, e neste caso a partir de dados atuais, analisar o cenário atual que todo este processo desencadeou para região, a partir da análise da cidade de Chapecó.

Tomando como análise a cidade Chapecó, polo da região Oeste, esta apresentou uma variação na população urbana, conforme a Tabela 31.

Tabela 31: Evolução da população urbana para Chapecó e outras cidades polos de Santa Catarina – 1960 a 2010

Ano	Chapecó	Joaçaba	São Miguel do Oeste	Maravilha
1960	10.898	11.662	3.522	1.230
1970	20.452	13.755	7.816	3.630
1980	55.269	19.230	18.790	7.181
1991	96.751	23.211	25.638	12.171
2000	134.592	21.688	27.392	14.226
2010	168.159	24.918	32.052	18.090

Fonte: IPEADATA – IBGE (elaborada pela autora).

O crescimento analisado da zona urbana se deve ao êxodo rural que esteve essencialmente ligado ao processo modernizatório. Se for comparado o crescimento de Chapecó com as outras cidades, para todos os anos – exceto em 1960, onde Joaçaba teve maior fluxo populacional urbano –, este teve um crescimento maior. De acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2009), Chapecó foi considerada a 76ª melhor cidade para se trabalhar do Brasil. E de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (2007), tida como a 46ª mais empregadora do país. Passando, dessa forma, de cidade rural para urbana, figurando como desenvolvida, atraindo fluxo de pessoas do estado e fora dele para trabalhar em atividades oriundas direta ou indiretamente dos frigoríficos.

Tabela 32: População economicamente ativa – 1991 e 2000

Município	1991			2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Chapecó	41.539	11.408	52.947	70.809	5.935	76.744

Fonte: IBGE, Ipeadata (elaborada pela autora).

De acordo com os dados, em 1991 o total da população em Chapecó, segundo Ipeadata, era de 123.050, destes 26.299 residentes rurais e 96.751 urbanos. Isso mostra que, se avaliado pela Tabela 32, 42% da população rural estava economicamente ativa, contra

42,93% da urbana. Para o ano de 2000, o total da população de Chapecó era de 146.967 pessoas, sendo 12.375 rurais e 134.592 urbanas. A população economicamente ativa representava então 47,9% e 52%, respectivamente. Se comparados os anos, o percentual da população economicamente ativa cresceu especialmente no setor urbano. Essa elevação foi incrementada principalmente pela oferta de empregos direta e indiretamente, disponibilizada pelo setor das agroindústrias. No setor rural, o incremento veio a partir da produção a ser ofertada às agroindústrias, que foi cada vez mais incorporada à produção integrada.

Chapecó também teve uma boa classificação no ranking do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2007 – mede os índices de renda e emprego, saúde e educação –, ocupando a 133ª posição em nível nacional e a décima posição em nível estadual (FIRJAN, Ranking IFDM, 2007, edição 2010. Disponível em: <http://www.firjan.org.br>).

Tabela 33: Produto interno bruto em nível de Brasil, Santa Catarina, oeste

Unidade	PIB
Brasil	3.031.864.490,00
Santa Catarina	123.282.982,00
Oeste catarinense	24.428.746,00
Chapecó	4.295.173,00

Fonte: IBGE, banco de dados Sidra. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> (elaborado pela autora).

No que se refere ao produto interno bruto (PIB), sendo a soma dos bens e serviços produzidos finais, Chapecó entre os anos 2004 e 2008 ficou na sétima posição em nível estadual. Se analisada a tabela, a região Oeste representa 19% do PIB para o estado em 2008 e 0,81% em nível nacional. Já Chapecó participa do PIB com quase 18% em nível de região Oeste, 3,5% pelo estado e 0,14 em nível de país. Em nível regional a cidade tem uma considerável participação.

Para o ano de 2008, Chapecó ocupava a 27ª posição do estado (IBGE, SIDRA, 2008), com o PIB *per capita* de R\$ 25.003,00, ficando inclusive acima do estado que era de R\$ 20.369,00. O produto interno bruto *per capita* é o PIB total dividido pelo número de habitantes.

Tabela 34: Índice de desenvolvimento humano (IDH) para Brasil, Santa Catarina e Chapecó – 1970 a 2000

Anos	Chapecó				Estado	Brasil
	Longevidade	Renda	Educação	Total	Total	Total
1970	0,518	0,366	0,550	0,478	0,477	0,462
1980	0,654	0,919	0,625	0,733	0,734	0,685
1991	0,799	0,676	0,807	0,761	0,748	0,742
2000	0,855	0,747	0,947	0,848	0,822	0,757
Crescimento %	65,1%	104,1%	71,5%	77,4%	72,3%	63,9%

Fonte: IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadara.gov.br>. Acesso em: out. 2013 (elaborado pela autora).

Analisando Chapecó entre os anos de 1970 e 2000, a cidade teve um crescimento no IDH total de 77,4%, acima do estado, que foi de 72,3%, e do país, que, por sua vez, teve um acumulado de 63,9%. O destaque em Chapecó é para a renda, com um crescimento total de 104,1%. Cabe analisar que entre 1970 e 1980, o crescimento foi o mais significativo, isso pode ser explicado pela franca expansão e consolidação agroindustrial que a região teve na época. Para os indicadores educação e longevidade, o crescimento ocorreu, consequência também do crescimento da renda, muito embora esta última registre uma queda entre 1980 e 1991, como reflexo das complicações econômicas vividas pelo país no período.

Chapecó para o período de 1991 e 2000 evoluiu no *ranking* do IDH. Em 1991 ocupava a 23ª posição, passando para 2000 a ocupar o 14º lugar, em nível de Brasil passou da 190ª posição para 39ª, respectivamente.

A cidade possui um papel regional forte que atrai fluxo de pessoas, principalmente por sua infra estrutura urbana, seus eventos e por suas atividades econômicas.

O crescimento de Chapecó e região, esteve interligado ao desenvolvimento do setor agroindustrial, tanto para o setor rural - na forma de agricultores que integrados às agroindústrias viram-se com a opção ou talvez obrigação, de não somente comercializar, mas também aceitar os padrões de produção propostos ou impostos – como também no setor urbano, a partir de todos os setores do comércio e indústria, que tiveram suas relações pautadas em atender as demandas vindas do setor agroindustrial. A partir do desenvolvimento das agroindústrias outros setores foram fortalecidos, impulsionados por uma demanda não somente do setor agroindustrial, mas também uma demanda do consumidor final, encorajada pela capacidade de consumo. A evolução e desenvolvimento das atividades econômicas,

somadas à acelerada urbanização, tornaram a cidade como uma das mais polarizadas do estado. Essa inserção estadual ocorreu, sobretudo, a partir do processo de modernização do setor agroindustrial e pelas variedades de serviços e bens de consumo ofertados em decorrência desse processo, que auxiliou na promoção do desenvolvimento da cidade e de todo o oeste catarinense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto conclui-se que, durante as primeiras décadas do século XX, a região Oeste catarinense passou a ser ocupada por agricultores de origem italiana e alemã, vindos do Rio Grande do Sul. Essa migração foi motivada pelo esgotamento das terras rio-grandenses e, por conseguinte, pelas novas terras baratas da região Oeste, aliado à construção da estrada de ferro Paraná–Santa Catarina, que trouxeram as companhias colonizadoras à região.

A partir da iniciativa privada, as empresas colonizadoras reconstruíram o espaço regional, que já era ocupado por populações naturais da região e a terra passou a ser uma mercadoria.

Os agricultores que migraram dedicaram-se à policultura, como feijão, trigo e milho, e à criação de animais de pequeno porte para sua subsistência, como o suíno. A microrregião Oeste, foco do estudo, é sediada pela cidade de Chapecó. A região sempre foi caracterizada por calorosos conflitos políticos. E o controle esteve em sua parte inicial de administração, quando da constituição do município, nas mãos dos donos das empresas colonizadoras.

Com a construção da ferrovia e a presença de povoamento da região, surgiram empreendimentos particulares que valorizaram as terras. O povoamento também foi maior em razão das atividades lucrativas que eram praticadas no oeste. A economia da região perpassou quatro fases desde a gestação do capital, que corresponde à fase de subsistência, até a década de 1930; depois adveio a expansão e o crescimento do capital comercial, em razão da comercialização do excedente produzido, entre a década de 1930 e meados da de 1940; a terceira fase foi o processo de mercantilização da produção das unidades familiares e o surgimento do capital agroindustrial, com a criação dos frigoríficos, no período de 1945 a meados de 1960; por fim, o último ponto que o oeste protagonizou para o período em estudo foi a solidificação e a monopolização do capital agroindustrial, e a subordinação das pequenas propriedades às agroindústrias para a produção de suínos e posteriormente a de aves, entre os anos de 1965 até a década de 1980.

Todo este processo que se sucedeu no oeste catarinense foi incorporado aos ciclos econômicos que garantiam o aquecimento financeiro para a região.

O ciclo da erva-mate constitui-se após a formação das vilas e carreiros abertos a partir da passagem do gado, e foi responsável por grande parte das exportações catarinense entre

1892 e 1906, principalmente para o Uruguai e a Argentina, e a comercialização interna era feita substancialmente para o Rio Grande do Sul. Essa atividade contribuiu para o surgimento de estabelecimentos comerciais na região da atividade. A decadência do setor veio a partir de 1910.

O ciclo da madeira é subsequente, constituído a partir do povoamento, fomentado pelas colonizadoras, de migrantes do Rio Grande do Sul, que careciam do produto para a construção de suas moradias, e também a derrubada era necessária para limpeza do território, permitindo o povoamento. A madeira extraída era comercializada pelos colonizadores, que para administrar a atividade extra, formaram também madeireiras. Nos anos de 1930 havia várias madeireiras na região Oeste. Junto com as madeireiras surgiram várias indústrias, núcleos e vilas para fornecer gêneros de primeira necessidade. A comercialização da madeira se dava principalmente pelo transporte feito pelos rios, por meio de balsas. A queda nesta atividade ocorreu pelo esgotamento das florestas nativas no final da década de 1940.

A fase posterior ao ciclo da madeira foi a agroindustrial, grande divisor de águas para a economia do oeste. A suinocultura foi a atividade ligada às agroindústrias mais desenvolvida durante os anos do estudo. Historicamente o porco, que até a década de 1940 era produzido para banha, com o tempo passou a ser para carne, justamente quando do nascimento dos frigoríficos.

O surgimento das agroindústrias esteve conexo a outros fatores. O primeiro porque a produção de suínos em grande escala só foi possível a partir do desenvolvimento de técnicas modernas para tal e também pelo aumento da produção de milho, ambas então estão relacionadas ao modelo modernizador instituído no mundo, igualmente no Brasil, que garantiu insumos, máquinas, equipamentos e melhores técnicas de manejo.

O segundo fator foram políticas de crédito financiadoras, instituídas principalmente pelo governo federal e estadual que garantiam o desenvolvimento e constituição dos frigoríficos no estado de Santa Catarina, especialmente no oeste.

O mercado de suínos, como mencionado, foi responsável pela expansão de produção dos frigoríficos, graças ao sistema adotado oficialmente na década de 1970, mas que praticado anteriormente de modo menos expressivo, o chamado “sistema de produção integrada”.

Esse sistema permitiu a oferta em qualidade e quantidade exigidas pelo mercado. E obrigou de certo modo as unidades familiares a se subordinarem ao modelo mercantilista de produção.

Essa subordinação demonstrava de certa maneira fragilidade na hora da oferta dos suínos produzidos pelas exíguas propriedades, temendo a não aceitação pelos frigoríficos

compradores. Para evitar correr esse risco, as unidades familiares buscavam atender aos critérios para compor o quadro de produtores integrados. Assim, esses estreitaram as relações comerciais com os frigoríficos e garantiriam, por conseguinte, a produção de suínos bem aceitos pelo mercado, para isso os pequenos produtores deveriam se modernizar.

A modernização nesse caso era feita via financiamento bancário. Já que o capital excedente para investimento era ínfimo. Isso acarretava no comprometimento financeiro dos pequenos produtores suínícolas, que, por sua vez, em períodos de crise comprometeu a vida do produtor no campo, obrigando em muitos casos levar a que o pequeno se desfizesse de sua propriedade para honrar com suas obrigações financeiras e compor o alto contingente populacional que inflou as cidades a partir das décadas de 1970 e 1980, a grande maioria por essa mesma razão.

O preço pago pelos suínos historicamente oscilou em razão das crises econômicas e de oferta de milho. A crise econômica brasileira ocorrida em 1981 foi a mais marcante, pelo fato de acarretar mudanças no setor.

Como a crise deu trégua apenas em 1984, parte importante dos produtores reduziram sua produção de suínos, ou a deixaram de lado, isso levou a que a oferta dessa matéria-prima para os frigoríficos reduzisse. Para recompor o quadro, as agroindústrias refizeram seus critérios de adesão a novos integrados, visando facilitar a sua entrada, com isso, elevar novamente a oferta de suínos até o atendimento de sua necessidade.

De modo geral, o padrão de produção e abate de suínos pelo oeste catarinense foi de modo crescente, responsável por grande parte do estado de Santa Catarina.

A partir da década de 1970 a avicultura toma força, passa a fazer parte do leque de atividades praticadas pelas unidades familiares. Esta também esteve alicerçada na produção integrada. Rapidamente passou a ser esmerada pelos frigoríficos da região. Também tornando o oeste responsável nos meados dos anos de 1970 e 1980, por parte significativa da produção total de Santa Catarina.

O setor de aves conquistou boa parte do espaço das atividades das unidades familiares do oeste graças ao financiamento bancário. E estimulado pelo preço, na década de 1970 o número de executores da atividade cresceu largamente, boa parte graças ao preço que o produto teve nessa década. Fato que não foi contínuo na década posterior em razão da expansão da oferta, atingida pela amadurecida técnica de produção que ganhou corpo não somente no oeste e estado, mas no país.

A região dessa forma passou de uma economia colonial, de subsistência, para uma economia baseada na agroindústria suína, avícola e agrícola voltada para o grande mercado. A

partir disso, o perfil econômico da região foi transformado, colocando-se como um dos maiores centros agroindustriais do país. Havendo uma perda do domínio técnico do processo produtivo pela pequena produção, onde o trabalho passou a estar subordinado ao capital agroindustrial.

Transformaram-se as relações externas e internas à pequena produção, que passa a atender as necessidades de acumulação ampliada do capital, onde o capital agroindustrial subordina até mesmo a força de trabalho. Todo esse processo de subordinação possibilitou uma elevação da capacidade produtiva da pequena produção.

As agroindústrias passaram a exigir padrões de produção cada vez mais elevados. Dificultando o sustento, a sobrevivência e até mesmo a permanência das unidades familiares na atividade ou, mesmo, no setor rural.

A trajetória da produção de suínos iniciou com a da subsistência e depois passou para a fase de melhorias do processo através da diferenciação, tanto no manejo quanto das raças, depois ocorreu a concentração a partir da integração. Esta última converge com a redução da importância da agricultura familiar na produção de suínos e da atividade nos sistemas de produção das unidades familiares. Com isso, a atividade de produção de suínos passou a ter um cunho mais capitalista comercial. O setor das aves inicia em meados dos anos de 1970, a partir do modelo de produção americana, que também contou com o sistema de integração. E por ser de ciclo mais rápido de produção, foi amplamente aceita pelos colonos que em sua maioria já eram produtores de suínos. Tanto a produção de suínos como de aves, contou com o financiamento bancário como fonte de renda principal dos colonos.

Da mesma forma que a formação do complexo agroindustrial trouxe dificuldades para as unidades familiares, este trouxe benefícios como ganho bruto maior do que as culturais anuais, diversificação das atividades e garantia de assistência técnica.

O surgimento das agroindústrias e suas relações de produção integrada com os agricultores, provocaram transformações na produção local, pois a oferta de matéria prima – suínos e aves – aumentou, graças a melhorias genéticas, que garantiram um produto final de qualidade e aceitação mercadológica. O modelo de produção colonial, que era característico pela produção diversificada, em que comercializar o excedente não era o principal objetivo, passou a um sistema de produção capitalista agroindustrial, em que o agricultor passa a ser um fornecedor de uma matéria prima específica, previamente ajustado com a agroindústria. Neste sistema, a produção por parte do agricultor deve ser em grande escala, seguindo normas de qualidade impostas pelas agroindústrias.

Essa transformação no sistema de produção, fez com que os pequenos agricultores, com menos poder econômico, abandonassem as atividades, uma vez que para se adaptar às exigências das agroindústrias, havia necessidade de investimento inicial na construção dos aviários ou chiqueirões. Dos que deixaram de exercer esta atividade, muitos destes, por falta de opção tornaram-se empregados dos frigoríficos, trabalhando no processo de industrialização da matéria prima. Os que se mantiveram na atividade, se adequaram a esse novo modelo produtivo, construindo os aviários, ou chiqueirões, e tornaram-se um parceiro da agroindústria.

As agroindústrias utilizam da mão de obra e instalações dos colonos, para que assim, fosse garantida a matéria prima do setor. Os agricultores por sua vez, são remunerados apenas pela prestação de serviço, e não pelo uso e depreciação dos equipamentos e construções que envolvem a criação e produção das aves e suínos.

Com o enraizamento, e solidificação do ramo agroindustrial na região de Chapecó, as propriedades rurais tornaram-se unidades familiares organizadas com suas atividades, semelhantes a uma empresa. Também, houve um crescimento urbano, tanto na cidade de Chapecó, quanto nas cidades próximas as instalações dos frigoríficos, fomentado pela oferta de emprego que o setor agroindustrial gerou.

Mesmo que na prática o sistema de integração não seja totalmente lucrativo, já que mostrou prejuízo em alguns momentos, este se tornou um fator de viabilização para as pequenas propriedades rurais. Dessa forma, cabe destacar que a perda do domínio produtivo por parte do agricultor não se dá apenas pelo poder das agroindústrias, mas também e principalmente pela influência capitalista mundial de produção. As agroindústrias trouxeram, além das vantagens mencionadas, outros benefícios, como a ampliação dos centros urbanos, oferta crescente de empregos, conseqüentemente renda, impostos e a partir do analisado de Chapecó, que se tornou polo regional, as mudanças ocorreram no IDH e no aumento da capacidade produtiva de bens e serviços finais através da análise do PIB.

Atualmente a região sedia as agroindústrias Aurora e Brasil Food, duas das maiores agroindústrias do ramo no Brasil.

O desenvolvimento da região Oeste catarinense teve uma relação profunda da agricultura familiar e os processos relacionados a essa. O surgimento e a implantação dos frigoríficos na região foram os principais fatores dinamizadores da economia regional e tornaram-se os principais elementos da economia do estado.

OBRAS CONSULTADAS

ABIPECS – Associação Brasileira de Indústrias Processadoras e Exportadoras de Carne Suína. Disponível em: <http://www.abipecs.com.br/>. Acesso em: 6 abr. 2013.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ACRAVE – Estatutos Sociais. Chapecó, 1979.

ALBA, Rosa Salete. *Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó*. Chapecó: Argos, 2002.

ÁLBUM do cinquentenário, Chapecó, 1967.

ALTMANN, Rubens. *A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores*. Florianópolis: [s.n.], 1997 (Florianópolis: Gráfica e Editora Paloti).

AMOSOC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.amosc.org.br>. Acesso em: 12 ago. 2013.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. História Econômica e História Cultural: uma trajetória historiográfica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 4, n. 3 (número especial), p. 6-26, ago/2008.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. *Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no extremo oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2005.

BECKER, Marília Beatriz Cibils. *Agroindústria e desenvolvimento*. Porto Alegre: Evangrafe, 1989.

BELIK, Walter. *Agroindústria processadora e política econômica*. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, 1992.

BELLANI, E. M. *Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950)*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

BEN, Fernanda. Trabalhadores da indústria frigorífica: experiência de operários. *Cadernos do CEON*, ano 19, n. 25 - UNOESC Campus Chapecó – dezembro/2004.

BENITEZ, Miguel. *Os frigoríficos da Grande São Paulo e arredores*. Dissertação (Mestrado) - FFLCH, USP, São Paulo, 1979.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. *Agricultura familiar na região sul do Brasil*, Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BORGES, C. A. *Filière Suinícola em Santa Catarina*. Florianópolis: Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. Dissertação Mestrado.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense*. Florianópolis: Editograf, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade* (Prefácio). São Paulo: Edusp, 1989.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí: Fidene, 1988.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A; *A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção*. Projeto: UTF/BRA/051/BRA, 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>. Acesso em 04 mai. 2014

CADERNOS do CEOM, ano 21, n. 29, p. 12-24, 1995.

CADERNOS do CEOM, ano 21, n. 29, Bens culturais e ambientais. Chapecó (SC). *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 5, n. 7, abr. 1991.

CAMPOS, I. *Os colonos do rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústria no oeste catarinense*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CARBONARI, Maria Rosa. De como explicar la región sin perderse en el intento. Repassando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*, vol. 13, nº 1 – jan/2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. *Conflitos agrários no norte gaúcho: 1960-1980*. Porto Alegre: Edições Est, 2007.

CASSOL, Evaldo. *A secretaria do Oeste*. Quatro Barras: Editora Prottexto, 2013.

CASTRO, Armando Barros de. *Ajustamento e transformação*. A economia brasileira de 1974 a 1984. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Armando Barros de. *O capitalismo ainda é aquele*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

CEAG/CEBRAE-SC. *Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos em Santa Catarina*. Florianópolis: CEAG/SC, 1978.

_____. *Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos em Santa Catarina*. Florianópolis: CEAG/SC, 1975.

_____. *Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos em Santa Catarina*. Florianópolis: CEAG/SC, 1989.

COLETTI, Tomé. *Agroindústria suinícola e agricultura familiar: uma “crônica” sobre a trajetória histórica no oeste catarinense*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina – Centro Sócio Econômico – 2009). Florianópolis, 2009.

COMASSETTO, Leandro Ramires; Da política ao negócio: a mutação do rádio no Oeste catarinense; *Congressos Anuais da Intercom / Núcleo de Pesquisa - Rádio e Mídia Sonora*, 2004.

COSTA, Arthur Ferreira. *Oeste catarinense*. Visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas, 1931.

CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC Edições, 1995.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste catarinense. *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM*, Chapecó: Unoesc, p. 141- 219, 1995.

DALLA COSTA, A. *A Sadia e a produção integrada*. O lugar do agricultor no complexo agroindustrial. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993.

ESPINDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.

ESPIRITO SANTO, Evelise. *A agricultura no estado de Santa Catarina*. Chapecó: Grifos, 1999.

ESTRATÉGIA *de desenvolvimento para a região sul*. 2. ed. Porto Alegre - RS: SUDESUL/BRDE, 1978.

FERRARI, D. L. *Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2003.

FIBGE – *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

FIRJAN, Ranking IFDM, 2007, edição 2010. Disponível em: <http://www.firjan.org.br>. Acesso em 24 mai 2014.

FONTANA, Attilio. *História da minha vida*. Petrópolis: Vozes, 1980, 278p.

FORTES, Adílio. *A proto-história do município de Chapecó: o oeste de Santa Catarina*. São Paulo: Carthago, 1990.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Revolução federalista: uma interpretação. In: FRANCO, Sérgio da Costa et al. (orgs.). *Pensar a revolução federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

FUNDAÇÃO Plínio Arlindo de Nês, n. 41, ano 6, abr. 1987.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GERHARDT, M. Os caboclos e a relação com a natureza no norte do Rio Grande do Sul. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 33, p. 165-173, 2006.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOULARTI FILHO, A. *Formação econômica de Santa Catarina*. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GRANDO, Paulo Jonas. O extremo-oeste catarinense: características da organização espacial e perspectivas de desenvolvimento socioeconômico. In: FONTANA, Airton (Org.). *Construindo a sustentabilidade: uma perspectiva para o desenvolvimento regional*. São Miguel do Oeste: McLee, 2011.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HASS, Monica (Org.). *Partido eleições e votos: comportamento político-eleitoral de Santa Catarina*. Chapeco: Argos, 2003.

HASS, Monica. *O linchamento que muitos querem esquecer*. Chapecó: Argos. 2007.

_____. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local – 1945-1965*. Chapeco: Argos, 2000.

HARTSHORNE, Rochard. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre o Brasil e a Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe*. Joaçaba: Unoesc, 1997.

_____. *Fronteira Brasil/Argentina. A questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HENN, Cristiane Gretzler; HENN, João Dionísio; SILVA, Karen Roberta Soares. Territórios transformados: crise e falência da agroindústria Chapecó Alimentos e as repercussões territoriais. *Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural*. Porto de Galinhas, 2010.

IBGE. *Censos agropecuários*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, 1980. Acesso em 04 fev. 2014.

_____. *Censo agropecuário 1970*. Rio de Janeiro, 1973.

_____. *Censo agropecuário 1980*. Rio de Janeiro, 1983.

_____. *Censo agropecuário*. Censo demográfico de Santa Catarina 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. *Censo agropecuário*. Censo demográfico de Santa Catarina 1980. Rio de Janeiro, 1983.

_____. *Produção agrícola municipal*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=t&o=3&i=P>. Acesso em: 2 ago. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEADATA). Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em 04 jan. 2014.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina*. 1980. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1980.

_____. *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina*. 1981/82. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1982.

_____. *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina*. 1985/86. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1986.

JORNAL *A Voz de Chapecó*, Chapecó, ano VII, n. 159, 13 abr. 1947.

_____. *Folha do Oeste Chapecó*, 11 jan. 1968.

_____. *Informativo Chapecó*, 1981.

_____. *Informativo dos 25 anos da AURORA*, 1994.

_____. *Informativo da AURORA*, 1993.

LAUSCHNER, Roque. *Agribusiness, cooperativa e produtor rural*. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1995.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

MACHADO, Brasil Pinheiro Machado. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Formação da Estrutura Agrária tradicional dos Campos Gerais. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba: UFPR, v. 3, 1963.

MAFRA, Antonio Dias. *Aconteceu nos ervais: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate na região Sul do Vale do Rio Negro*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado UNC, 2008.

MAMIGONIAN, Armem. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central pecuário. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: AGB, n. 51, 1976.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MEZZALIRA, Cristiane. *A questão da saúde do trabalhador da agroindústria de Chapecó – SC*. Monografia (Pós graduação em gestão social de políticas públicas) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, UNOCHAPECO. Chapecó – SC, 2011.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 2002.

NEUMANN, Rosane Marcia. A colonização do Planalto gaúcho por empresas privadas. *Histórica. Revista On-line do Arquivo Público do Estado (São Paulo)*, São Paulo, v. 17, p. 3, dez. 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese (Doutorado em história) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre - RS, 2009.

- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PADRE, agente de pastoral. POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1999, p. 68.
- PAIM, Elison Antonio. *Industrialização e educação*. Chapecó: Argos, 2003.
- PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. *Aspectos geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1991.
- PERTILE, Noeli. *Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense*. Tese (Doutorado em geografia) - UFSC. Florianópolis, 2008.
- PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- _____. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1983.
- PLEIN, Clério. *As metamorfoses da agricultura familiar: O caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Econômicas – 2003). Porto Alegre, 2003.
- POLI, Jaci. *Caboclo, pioneiro esquecido*. Chapecó: Fundeste, 1987. *Cadernos do Centro de organização da memória sociocultural do oeste de Santa Catarina*. Chapecó, 1995.
- POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. 2. ed. ver. Chapecó: Argos, 2008.
- RADIN, José Carlos. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão*. José Carlos Radin / Florianópolis: UFSC, 2006.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RANGEL, Ignácio M. *Economia: milagre e antimilagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- Relatório do PROCAPE, 1991.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *História regional: dimensões teórico-conceituais*. *Revista História: Debates e Tendências*, Passo Fundo - RS, v. 1, n. 1, p. 15-22, 1999.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.
- _____. *Sociodiceia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROSSETO, Santo. *Síntese histórica da região oeste*. *Cadernos do CEOM*. CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina. Edição comemorativa, Chapecó: Argos, n. 23, 2006.
- SADIA - *Relatório anual da Sadia*, 1985; São Paulo, 1986.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Marcio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro-rio-grandense. (1950-1900)*. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Augusto; ROSA, Adenilson. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. *Revista Catarinense de História* [on-line], Florianópolis, 2010; n.18, p.139-160.

SILVESTRIN, Alvirio. *Bodanese, a geração de um pioneiro*. Chapecó - SC: Mercur, 1999.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori; CORADINI, Odacir Luiz. *Camponeses e agroindústrias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SPALDING, Walter. Itinerário da literatura sul-rio-grandense. In: Enciclopédia Rio-Grandense. Porto Alegre, 1956; MOREIRA BENTO, Cláudio. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul - 1635 a 1870*. Porto Alegre: A Nação/DAC/SEC-RS, 1976.

TASSARA, H.; SCAPIN, A. *Perdigão, uma trajetória para o futuro*. Videira: Empresa das Artes, 1996.

TEDESCO, João Carlos. *Imigração e integração cultural: interfaces: brasileiros na região de Vêneto – Itália*. 2. ed. ver. atual. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

TEIXEIRA, Francisco. *Sadia, 50 anos construindo uma história*. São Paulo: Prêmio Editorial, 1994.

THOMÉ, Nilson. *Civilizações primitivas do Contestado*. Caçador - Santa Catarina: IUL, 1981.

TJPR - Tribunal de Justiça do estado do Paraná. Disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/guerrado-contestado-museu>. Acesso em: 26 abr. 2013.

VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO, Rudnei Junior. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VICENZI, Renilda. *Mito e história na colonização do oeste catarinense*. Chapeco: Argos, 2008.

_____. *Terra nova, vida nova: a colonização Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense, 1920-1950*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. O comércio da madeira e a atuação da Brazil Railway no Sul do Brasil. *Boletim IHGEP*. Curitiba: IHGEP, v. XLII, 1984.

WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, n. 2, p. 159-217, 1979.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WERLANG, Alceu A. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006.

ZANCHET, Maria Salete. *Estrutura agrária, modernização e distribuição de renda na agropecuária catarinense, em 1980*. Piracicaba, 1990. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária -Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, Universidade de São Paulo).

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

Fontes Orais

C. M.. *Entrevista*. Entrevistador: Ivone Maria Serpa. Chapecó, SC. 15 de janeiro de 2014.

E.S. *Entrevista*. Entrevistador: Ivone Maria Serpa. União do Oeste, SC. 03 de janeiro 2014.

ENDERLE, Maria. *Entrevista*. Entrevistador: Ivone Maria Serpa. União do Oeste, SC, 14 de janeiro de 2014.

GIOVANONI, Darci Francisco. *Entrevista*. Entrevistador: Ivone Maria Serpa. União do Oeste, SC, 15 de janeiro 2014.

GIOVANONI, Nelcir. *Entrevista*. Entrevistador: Ivone Maria Serpa. União do Oeste, SC, 15 de janeiro 2014.

João e Maria (nomes fictícios); entrevista arquivo do CEOM, 1998, Chapecó/SC.

L. Z. *Entrevista*. Entrevistador: Ivone Maria Serpa. União do Oeste, SC, 15 de janeiro 2014.

O.G. *Entrevista*. Entrevistador: Ivone Maria Serpa. União do Oeste, SC, 03 de janeiro 2014.

SERAGLIO, Augustinho. *Entrevista*. Entrevistador: Ivone Maria Serpa. União do Oeste, SC, 15 de janeiro de 2014.

Locais de Pesquisa:

Arquivo CEOM Chapeco, SC;

Cooperativa Alfa, Chapeco, SC;

Fundação Plínio Arlindo de Nês, Chapeco, SC;

Memorial Atilio Fontana, Concórdia, SC.